



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA DO INCRA
O CASO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DANDARA DOS
PALMARES - CAMAMU/BA

SÉRGIO RICARDO REZENDE

CRUZ DAS ALMAS - BAHIA
OUTUBRO – 2004

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA DO INCRA
O CASO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DANDARA DOS
PALMARES – CAMAMU/BA

SÉRGIO RICARDO REZENDE

Engenheiro Agrônomo

Universidade Federal de Lavras, 1992.

Dissertação submetida à Câmara de Ensino de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Agrárias, área de concentração - Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^a. Dra. ALICIA RUIZ OLALDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CRUZ DAS ALMAS - BAHIA – 2004

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Alicia Ruiz Olalde
Escola de Agronomia - UFBA
(Orientadora)

Prof. Dr. Antônio Dias Nascimento
Dep. de Ciências Humanas, Campus I - UNEB

Prof^a. Dra. Gilca Garcia de Oliveira
Escola de Agronomia – UFBA

Homologada pelo Colegiado do Curso de Mestrado em Ciências Agrárias em
Conferindo o grau de Mestre em Ciências Agrárias em

Agradecimentos

À minha orientadora, Prof^a. Dra. Alicia Ruiz Olalde, pela amizade, sinceridade, confiança, apoio e cobrança;

Ao INCRA, pela liberação em tempo integral para realização do curso;

Aos amigos e colegas que acreditaram, incentivaram e colaboraram na realização deste trabalho

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO.....	01
Capitulo 1	
NOVAS PERSPECTIVAS PARA A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	05
Capitulo 2	
A APROPRIAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA. O CASO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DANDARA DOS PALMARES – CAMAMU/BA.....	31
Capitulo 3	
O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. O CASO DO ASSENTAMENTO DANDARA DOS PALMARES – CAMAMU/BA.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
ANEXO A - QUESTIONÁRIO I : PROJETO DE ASSENTAMENTO.....	106
ANEXO B - QUESTIONÁRIO II : BENEFICIÁRIO.....	120
APÊNDICE 1 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO PA DANDARA DOS PALMARES	
APÊNDICE 2 – MAPA DE CAPACIDADE DE USO DAS TERRAS DO PA DANDARA DOS PALMARES	
APÊNDICE 3 – MAPA DE USO PROGRAMADO DO PA DANDARA DOS PALMARES	

INTRODUÇÃO

Discussões e debates em torno da propriedade da terra nunca deixaram de existir no Brasil. A herança histórica da grande propriedade sempre gerou questionamentos que muitas vezes desaguarão em conflitos. Contudo, as diferenças sociais no campo se acirraram a partir da década de sessenta, quando um conjunto de medidas e políticas públicas propiciou, de uma maneira extremamente veloz, a modernização da agricultura brasileira.

O período de redemocratização iniciado nos anos 80 traz também o ressurgimento, ou fortalecimento, dos movimentos sociais, os quais serão os responsáveis por manter a bandeira da reforma agrária hasteada.

É também nos anos oitenta que o discurso em prol de um modelo de desenvolvimento mais sustentável ganha força, trazendo com ele a revalorização da agricultura familiar e do conhecimento local, os quais se tornarão peças fundamentais na busca por uma agricultura menos dependente de insumos, que valorize o conhecimento autóctone e que permita alavancar a cidadania para uma população até então excluída. Por conseguinte, a participação da sociedade civil tanto na elaboração como na implementação de ações e planos está sendo cada vez mais valorizada.

Para se atingir a sustentabilidade dos sistemas agrícolas, alguns autores passaram a defender a agroecologia como caminho, uma vez que ela incorpora cuidados com o meio ambiente e as questões sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica, adaptando as plantas ao meio e protegendo-as contra competidores e predadores com soluções locais e conhecimento descentralizado (ALTIERI, 2000).

Acompanhando este processo, paralelamente, houve a imposição de um novo estilo de políticas públicas que, pelo menos no discurso, valorizam o enfoque local do processo de desenvolvimento, implicando em uma descentralização das responsabilidades e levando o Estado a buscar parcerias

com organizações da sociedade civil para implementá-las (PETERSEN e ROMANO, 1999).

Porém, a efetividade destas políticas e parcerias possuem um forte limitante: embora no discurso haja uma crescente valorização da idéia do desenvolvimento local participativo, na prática, o que observamos é que não há sustentação política e social para que ele ocorra. De acordo com Marinho (1999), a extrema desigualdade social submete a camada mais pobre da população à uma situação de dependência e subordinação, reforçando uma cultura política de raiz autoritária e clientelista, barrando o exercício pleno da cidadania no Brasil.

Especificamente em relação às áreas de Reforma Agrária, a partir de 1998, o governo federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, passou a utilizar o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDSA) como instrumento de intervenção com o intuito de estabelecer o planejamento participativo visando a sustentabilidade das áreas sob sua responsabilidade.

Devido à importância de se verificar a visão das comunidades sobre a questão do planejamento participativo e de seus resultados práticos, despertou-se o interesse de estudar o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDSA) do Projeto de Assentamento Dandara dos Palmares, no município de Camamu, Estado da Bahia.

A escolha específica deste Projeto de Assentamento (PA) se dá pelo fato de seu PDSA ter sido elaborado em parceria com uma entidade reconhecidamente experiente em práticas agroecológicas, o SASOP, Serviço de Assessoria a Organizações Populares.

Desta forma, o problema de pesquisa consiste em verificar se houve apropriação, por parte dos agricultores, dos conceitos de planejamento participativo e sustentabilidade e se o PDSA tem contribuído para o alcance de uma agricultura sustentável, através das seguintes hipóteses:

a) A Reforma Agrária pode constituir-se em um caminho viável para o fortalecimento da agricultura familiar, possibilitando o desenvolvimento rural sob o enfoque da sustentabilidade;

b) O PDSA pode ser para a comunidade um instrumento para conhecimento e avaliação de sua realidade, tendo-se como premissa o Planejamento Participativo;

c) O PDSA pode ser um vetor de transição para a agricultura sustentável, mesmo tratando-se de uma inovação induzida institucionalmente.

Desta forma, tem-se como objetivo geral da pesquisa confrontar os conceitos teóricos de Planejamento Participativo e Agricultura Sustentável com a observação empírica de pontos que possam esclarecer o impacto do PDSA no cotidiano das famílias assentadas, através dos seguintes objetivos específicos:

I. Fazer um breve histórico da Reforma Agrária no Brasil, analisando-a como ferramenta para a promoção da sustentabilidade, realçando a necessidade de inserção de métodos participativos de planejamento nas áreas de assentamento.

II. Analisar o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDSA) do Assentamento Dandara dos Palmares, buscando identificar o grau de assimilação, ou de “empoderamento”, da comunidade beneficiada pelo plano quanto ao conhecimento e avaliação de sua realidade, tendo-se como base os princípios do Planejamento Participativo.

III. Analisar se o PDSA tem contribuído para que as famílias busquem uma agricultura sustentável no PA Dandara dos Palmares, tendo como parâmetro os princípios da agroecologia, principalmente no que tange a uma maior consciência ambiental.

Para tanto, o presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, é feito um breve histórico da Reforma Agrária, buscando destacar a influência da relação entre poder e posse da terra nas características sócio-econômicas do nosso país, bem como das diversas visões sobre qual a função da Reforma Agrária em diversos períodos. Ao final do capítulo é feita análise do debate atual sobre a questão, apresentando o novo papel da Reforma Agrária, agora vista como vetor para uma agricultura sustentável, tendo como fundamento a propriedade de base familiar.

Na segunda parte, é feita uma discussão sobre o planejamento participativo com enfoque no desenvolvimento rural, e mais especificamente em áreas de reforma agrária. Posteriormente, é feita a apresentação dos resultados obtidos com a pesquisa no PA Dandara dos Palmares, visando avaliar o grau de apropriação do PDSA pela comunidade.

Por fim, no último capítulo, o PDSA é analisado quanto à contribuição para uma agricultura sustentável no PA Dandara dos Palmares, analisando a difusão dos princípios da agroecologia.

Referências Bibliográficas

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica das inovações na agricultura**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, 110 p.

MARINHO, R. **Dilemas da gestão participativa do desenvolvimento local em Serra do Mel – RN. 1999**. Dissertação de Mestrado. Disponível em www.nead.org.br. Acesso em set.2002.

PETERSEN, P. e ROMANO, J. **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro:AS-PTA/Actionaid-Brasil, 1999, 143 p.

CAPÍTULO 1

NOVAS PERSPECTIVAS PARA A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Resumo

Historicamente no Brasil, houve um favorecimento da concentração fundiária, a qual, de acordo com Veiga (2003), é a grande responsável pela pobreza rural no país. Falar da questão agrária em nosso país, significa falar do não enfrentamento deste problema. A partir da década de 90, a idéia da Reforma Agrária com ênfase na dimensão econômica cede lugar ao enfoque na necessidade de sobrevivência dos trabalhadores do campo e na preocupação com suas gerações futuras. Ao mesmo tempo, ressurgem o debate sobre a importância da agricultura familiar, agora vista como um meio de se atingir a sustentabilidade, não só da agricultura, mas da sociedade como um todo, dentro de um projeto de desenvolvimento de base territorial. Para tanto, é urgente a necessidade de discussão mais profunda sobre o modelo produtivo das áreas de reforma agrária, destacando a necessidade do planejamento participativo.

Palavras chaves: Reforma Agrária, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Sustentável.

Abstract

In Brazil, for a long time, it has been given a favorable treatment for the large-farm sector which is greatly responsible, according to Veiga (2003), for the rural poverty in the country. Talk about the agrarian question in Brazil is the same as talk about the refuse of to confront that problem. Since the 90's the emphasis given to economic dimension of the land reform has been changed for the arguments focused on its crucial role of solving the country's social problems. At the same time, the family agriculture has become an important issue of policy and debate mainly because it is believed that family agriculture is more efficient for achieving the sustainability, not only in the agriculture, but in the whole social context, turning into an important actor in a local development program. As a result, it's necessary to improve the debate about the technological, productive and organizational model of the familiar agriculture, especially in the resettlement areas.

Key words: Land Reform, Family Agriculture, Sustainable Development.

1. Introdução

A história da atividade agropecuária confunde-se com a história da sociedade organizada, pois, foi a partir do momento em que o homem passou a ter um maior controle e entendimento da natureza que a civilização se estruturou, forçando a criação de normas que regulamentassem o acesso e posse da terra, a qual, juntamente com o trabalho, se constituiu na principal fonte da produção primária para a humanidade. Sendo a terra a geradora de riquezas, ela foi, e continua sendo, motivo de violentas disputas ao longo dos séculos, amenizadas somente nos últimos 200 anos, quando então a indústria e a prestação de serviços ganham maior peso, em algumas regiões do planeta, em relação à agricultura (SPAROVEK, 2003).

O Estado, historicamente, tem sido chamado a intervir nos conflitos por terra ou melhores condições de vida da população do campo, sendo sua atuação, de forma favorável ou contrária, pautada pela composição dos grupos que atuaram, e atuam, neste processo. Assim, a idéia de Reforma Agrária passa, obrigatoriamente, por uma intervenção planejada do Estado na base de sustentação agrícola de um país ou região, sendo esta então *“uma opção governamental por uma determinada linha de desenvolvimento”* (VEIGA, 1994, p. 8), e dependerá do arcabouço do domínio da terra, bem como das estruturas institucionais e da dinâmica política que a incentiva, sendo seu alcance *“tanto do ponto de vista social quanto econômico, dependente das relações de força entre os camponeses, os assalariados agrícolas, os operários, as chamadas camadas médias, a burguesia e os grandes proprietários fundiários”* (VEIGA, 1994, p.8).

De acordo com Teófilo e Carvalho Mendonça (2001), a iniciativa de eliminar as barreiras estruturais que tornavam o crescimento econômico lento ou mesmo inibido, é a característica marcante dos países chamados desenvolvidos. A questão agrária foi uma das barreiras cruciais enfrentadas por estes países, permitindo o alcance de níveis de equidade e justiça social que estamos longe de atingir, uma vez que o Brasil optou por não fazer este enfrentamento.

Desde o período colonial, a concentração fundiária tem condicionado a forma peculiar em que se entrelaçam desenvolvimento econômico, relações sociais e políticas públicas no nosso país. Com as Capitânicas Hereditárias, tem-se início uma associação entre poder econômico e “status” social com a propriedade

da terra que gerou um Estado fundeado em uma cultura clientelista e de base patrimonial que, segundo Souza Martins (1994, p 13), bloqueia *“tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania dos seus membros”*.

Como resultado desse fato histórico, e, principalmente, pelo padrão de desenvolvimento adotado, houve o favorecimento da agropecuária de caráter patronal, com forte concentração fundiária, a qual, de acordo com Veiga (2003), é a grande responsável pela pobreza rural no país.

O período de redemocratização, que se inicia em 1985, ficará marcado pela solidificação de um novo viés no discurso em prol de uma melhor distribuição fundiária no Brasil. Isto se deu pela reivindicação daqueles que realmente acreditam e necessitam da Reforma Agrária, os trabalhadores e os movimentos que os apóiam, sendo a partir de então, parcialmente assimilada pela máquina burocrática do Estado, a qual a mastiga e a digere, transformando-a em diretrizes, programas e metas, as quais quase nunca são cumpridas.

A partir da década de 90, a idéia da Reforma Agrária como mera distribuição de terra e aniquilação do latifúndio cede lugar à necessidade de sobrevivência dos trabalhadores do campo e à preocupação com o bem estar das suas gerações futuras. Dessa forma, ela deixa de ser um problema unicamente econômico, o de abrir caminho para um mercado interno e estruturas capitalistas modernas, feito este que as oligarquias agrárias conseguiram ao se associarem com o capital industrial, ajudadas grandemente pelo Estado, passando a fazer parte de uma proposta maior, a de uma Reforma Social. Conforme salienta Souza Martins (1994, p. 159), a questão agrária ressurge, se um dia deixou de estar em discussão, como *“... condição para que outras necessidades sejam atendidas:... sobrevivência,... emprego,... saúde,... educação,... justiça,... integração política,... emancipação,...”*, sendo o Estado não mais visto como o ditador do seu significado político, mas agora como o intermediário, o qual precisa ser mobilizado pela sociedade civil.

Contudo, para que se possa entender o significado desta nova bandeira pró-Reforma Agrária, é preciso antes fazer uma breve revisão dos acontecimentos que a antecedem, focando o modo de atuar do Estado e os mecanismos que mantém o latifúndio como forma predominante no rural brasileiro.

Este artigo tem por objetivo discutir a Reforma Agrária como ferramenta para a promoção da sustentabilidade no Brasil, realçando a necessidade de inserção de métodos participativos de planejamento nas áreas de assentamento.

A discussão se justifica pela necessidade de situar o significado da Reforma Agrária no conjunto de políticas públicas e aperfeiçoar os instrumentos que possam torná-la mais eficiente.

O trabalho contém um breve histórico da reforma agrária no mundo, com ênfase para a América Latina, e no Brasil, caracterizando diferentes períodos, finalizando com uma reflexão sobre seu potencial num processo de desenvolvimento rural participativo.

2. Histórico da Reforma Agrária no contexto internacional

O significado mais comum para o termo Reforma Agrária é o de alteração da estrutura agrária visando uma melhor distribuição da terra e renda agrícola e as primeiras manifestações registradas a seu favor datam de antes de Cristo na Índia antiga, quando então o conselheiro do rei e escritor Kautiliya a recomendava, incitando o governo a retomar terras ociosas dos grandes proprietários para redistribuí-las aos pequenos agricultores interessados em cultivá-las. Já em Roma, no século II a.C., os irmãos Graco levaram adiante as lutas em nome dos humildes do campo contra o monopólio pela nobreza das terras públicas do Lácio e da Etúria Meridional (POMPEU, 2003a), revelando, desde então, uma pré-condição para a reforma agrária: ela só ocorre caso exista um grande número de agricultores sem-terra, o qual esteja disposto a fazer pressão pelo direito de acesso à propriedade. Foram os camponeses que durante a Idade Média e Renascimento iniciaram diversas revoltas na Europa, como também a Revolução Francesa, a partir de 1789, é resultado do choque entre os que cultivavam a terra e os que a possuíam.

Fato interessante foi o ocorrido na Inglaterra, onde se observou um processo inverso à reforma agrária, com a expulsão dos camponeses pela privatização das terras comunais em prol de grandes proprietários, sendo os primeiros obrigados a migrarem para as cidades e servirem de mão-de-obra para a nascente indústria, provando, desde então, que o desenvolvimento capitalista pode ocorrer independente de uma distribuição de terra mais igualitária, conforme

veremos no caso brasileiro. Já em outros países do continente europeu, a abolição da servidão, com posterior redistribuição de terra, ocorreu de forma progressiva após a Revolução Francesa, como, por exemplo, na Suécia e Dinamarca entre 1820 e 1830, Alemanha, Itália e Espanha em 1848 e, mais tardiamente, Irlanda em 1930 (POMPEU, 2003a).

Com relação aos países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento, em especial da América Latina, merece destaque o acontecido no México a partir de 1910, que ficará marcado por ter realizado a primeira grande reforma agrária do século XX e que, embora inconclusa, foi precursora de diversos outros movimentos revolucionários de redistribuição de terras. Tais movimentos, no geral, foram frutos da ascensão ou aumento da participação do poder popular, mas que, por motivos diversos, não se sustentaram, sendo algumas vezes até mesmo revertidos. É o caso da Bolívia, a partir de 1952 com o Movimento Nacionalista Revolucionário - MNR, da Guatemala, iniciado em 1952 por Arbenz e abortada em 1954 com o golpe patrocinado pelos Estados Unidos, do Peru, a partir de 1969 com o General Velasco, da Nicarágua e El Salvador, ambos iniciados na década de 80 após levantes revolucionários, duramente hostilizados pelos Estados Unidos. Como único exemplo que vem se sustentando ao longo do tempo, temos o caso de Cuba, onde, a partir do triunfo das forças revolucionárias em 1959, uma série de reformas agrárias vem sendo realizadas, as quais, embora iniciadas pelo Estado a partir das aspirações da camada pobre da zona rural, ao longo do tempo foram evoluindo mais de acordo com as diretrizes do forte centralismo do partido dirigente, das necessidades da então URSS e, recentemente, da mudança de contexto relativa ao colapso do bloco socialista e das pressões orquestradas pelos EUA, que levaram a uma oscilação no nível de vida dos seus beneficiários (SPAROVEK, 2003 e BARRACLOUGH, 1998).

Ainda mantendo o foco nos exemplos latino-americanos, temos os casos chamados por Sparovek (2003) de reformas agrárias *convencionais*, ou seja, aquelas ocorridas dentro da legislação vigente no país, sem grandes conflitos ou atritos sociais e que, na maioria, não tiveram grande alcance, não alterando de maneira significativa a desigualdade de distribuição de terra onde ocorreram. Neste conjunto, podem ser citados os modelos adotados na Colômbia, Venezuela, Brasil, Costa Rica, Panamá, entre outros.

Um caso particular foi a reforma agrária ocorrida no Chile, que iniciada em 1962 por Alessandri deu bases legais e experiência para que Eduardo Frei, a partir de 1964, e Allende, a partir de 1970, alterassem de forma profunda a posse de terra naquele país, levando à desapropriação de 44,6% das terras agrícolas, 90% delas controladas, até então, pelos latifúndios. Entretanto, o golpe militar que derrocou o governo em 1973, explicitamente apoiado pelos EUA, interrompeu e reverteu este processo sendo parte das terras desapropriadas devolvidas aos seus antigos donos. Contudo, a dinâmica agrária do país nunca mais foi a mesma, o latifúndio praticamente desapareceu, cedendo lugar a modernas fazendas capitalistas de pequeno e médio porte, as quais são responsáveis por uma agricultura de grande sucesso (SPAROVEK, 2003 e BARRACLOUGH, 1998).

O importante aqui, como citado inicialmente, é ressaltar o papel fundamental que o Estado desempenhou em cada exemplo citado, ora agindo em benefício da população pobre da zona rural, facilitando os processos que levaram às reformas, ora impedindo-as ou mesmo alterando ou revertendo os processos anteriormente iniciados, dependendo da gama de fatores internos e externos na qual cada país estava imerso. O fato de, em todos os casos, existir uma camada de camponeses lutando por reformas foi crucial para que elas ocorressem. Entretanto, isso não foi o bastante para garantir que seus efeitos fossem benéficos e duradouros.

3. A Reforma Agrária no Brasil

3.1. Do Descobrimento ao Estado Novo - A Consolidação do Latifúndio

Entender o processo e os caminhos trilhados pela Reforma Agrária no Brasil passa necessariamente por uma compreensão de como se formou a estrutura socioeconômica do nosso país, a qual mistura elementos modernos e arcaicos convivendo lado a lado e onde o valor simbólico da grande propriedade, ainda hoje, é muito grande (BRUNO, 1997).

O sistema de Capitânicas Hereditárias e o de Sesmarias, implantado pela Coroa portuguesa logo após o descobrimento, é o elemento que dará um caráter fortemente clientelista ao nosso Estado, uma vez que a concessão das terras era

feita não por direito, mas sim por favores e lealdade política prestada ao rei. Essa relação se estabelece e se solidifica a partir do momento em que a Coroa dependia dos serviços de particulares para levar adiante seus interesses nas novas terras, como o desbravamento e ocupação do território, implantação de infra-estrutura, organização e administração das vilas e expedições de caça aos índios, abrindo-se assim o precedente para que o público e o privado se confundam, marca característica no nosso sistema político-social (SOUZA MARTINS, 1994). Além disso, ao se transformar em uma colônia essencialmente agrícola, escravista, baseada na monocultura para exportação, o Brasil terá na formação dos seus extratos sociais, basicamente, uma minoria da população branca e católica, proprietária de terras, membros do clero ou burocratas, uma imensa massa de negros e índios escravos, impedidos até mesmo do direito de serem tratados como pessoas, e uma pequena parcela de mascates e comerciantes, aos quais o grau de inclusão social era dado de acordo com suas posses.

Essa conformação não sofrerá grandes abalos por cerca de 300 anos, quando então a Independência em 1822 e a iminente abolição da escravatura por pressão da Inglaterra provocarão as primeiras movimentações das oligarquias no sentido de manterem o privilégio da posse da terra. Embora em 1821 José Bonifácio Andrada e Silva tenha apresentado uma proposta de reestruturação agrária no país, por considerar o sistema de Sesmarias inadequado, é somente em 1850 com a Lei de Terras que se tem a primeira tentativa de ordenação do território que, longe de permitir a correção das distorções fundiárias, buscava apenas uma forma de impedir o acesso à terra aos escravos que seriam libertos, e aos imigrantes que viriam substituí-los, garantindo assim fartura de mão-de-obra às grandes propriedades agrícolas, principalmente as de café (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

A proclamação da República ocorrida em 1889 apenas confirmou o poder das oligarquias agrárias, principalmente as estabelecidas em São Paulo e Minas Gerais, as quais, associadas com o exército, irão se revezar no poder através da política conhecida como *café com leite* que perdurou até a Revolução de 1930. Entretanto, engana-se quem pensa que a ascensão de Vargas e o fim do Estado oligárquico diminuiram a influência dos grandes proprietários na vida do país, ao contrário ela se renova e se fortifica.

Sem embargo, embora já no Movimento Tenentista de 1922 se fizessem críticas à concentração fundiária e apesar de, inicialmente, terem investido contra o coronelismo, aqueles que levaram adiante a Revolução de 30 logo perceberam que as camadas sociais urbanas, surgidas com a industrialização desde o final do século XIX, seriam insuficientes para garantirem o seu poder. Tanto porque foram os próprios fazendeiros que viabilizaram o surgimento da burguesia nacional, financiando-a ou transformando-se eles mesmos em comerciantes e industriais, tanto porque, conforme analisa Souza Martins (1994), esta burguesia, juntamente com a classe operária, já nasce ajustada aos mecanismos do clientelismo, dependendo de transações e trocas de favores com o Estado, agora muito mais burocratizado. De acordo com o mesmo autor, a estratégia de Getúlio Vargas então, foi a de estabelecer um “pacto” com os grandes proprietários e coronéis, levando as suas reformas trabalhistas apenas para o operariado urbano, mantendo a população rural sob o jugo dos potentados locais em verdadeiros currais eleitorais, com poder suficiente para definir a vida política brasileira.

3.2. 1945 a 1964 – Os Movimentos Sociais e o Debate sobre Reforma Agrária

O período compreendido entre os anos de 1945 e 1964, tem como marca principal a emergência dos movimentos sociais, dentre eles as Ligas Camponesas e o MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra, com o conseqüente fortalecimento do debate sobre a Reforma Agrária. Paralelamente, também neste período, será decisiva a atuação da Igreja Católica e do Partido Comunista brasileiro no processo de organização dos trabalhadores rurais via movimento sindical, que levará à gradativa substituição da oligarquia patronal pelo Estado na mediação direta com os trabalhadores (LEITE, 1999).

Desta forma, embora os conflitos de luta pela terra tenham existido desde o momento em que os portugueses aqui desembarcaram (índio x colonizador), tenham passado pelo quilombo e sua resistência no período de escravidão, pelos movimentos messiânicos, pela Revolta dos Colonos em Ibicaba e pela greve dos colonos das fazendas de café já no início do século XX, foi somente com a redemocratização que a Reforma Agrária se tornou síntese das diversas reivindicações sociais existentes no campo (ALENTEJANO, 1999 e MEDEIROS, 1997).

Assim, em diferentes pontos do país, como São Paulo, Triângulo Mineiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Goiás, surgem as primeiras organizações de trabalhadores através de ligas, uniões, irmandades, associações e sindicatos, cujas principais reivindicações são a permanência na terra e melhores condições de trabalho, concentrando as forças na luta contra o latifúndio, merecendo destaque as lutas de posseiros arrendatários e foreiros que resistiam à ação dos proprietários de terra e aos “grileiros”.

Legalizado entre os anos de 1945 e 1947, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) desempenhará papel fundamental dentro deste processo, pois, acumulando informações sobre as condições de trabalho no campo, estimulará a organização dos trabalhadores, vislumbrando na reforma agrária uma etapa para se atingir a “revolução democrático-burguesa”. Esta construção fundamentava-se na idéia da existência de “traços feudais” no rural brasileiro que entravavam o livre desenvolvimento das forças produtivas. Ao mesmo tempo, havia a expectativa de que a “burguesia nacional” apoiaria a luta dos trabalhadores contra o poder do latifúndio, estigmatizado como símbolo do atraso (MEDEIROS, 2002).

No Nordeste, no Estado de Pernambuco, inicia-se a mobilização camponesa a partir da organização de um grupo de trabalhadores que procurava se defender da possibilidade de expulsão das terras arrendadas por falta de pagamento, o chamado “foro”. A partir deste grupo, surgirá um movimento de luta que ficará conhecido como as Ligas Camponesas, as quais existirão entre o período de 1954 a 1964, e que se diferenciavam do Partido Comunista por acreditarem ser inviável a aliança com a chamada “burguesia nacional”, por esta não incluir o trabalhador do campo ou camponês na aliança agrário-industrial que dominou o país após 1930 (BASTOS, 1984).

É também durante este período, sobretudo no final da década de 50 e início dos anos 60, que a Igreja Católica passará a atuar nas questões de organização dos trabalhadores rurais, contrapondo-se ao avanço do Partido Comunista e das Ligas Camponesas. Ainda atrelada à conivência que teve com os grandes proprietários, a Reforma Agrária defendida por ela será a da linguagem da legalidade e da sindicalização, tendo como modelo a pequena propriedade rural como base para a estabilidade da família e formação da classe média rural.

Havia ainda uma outra visão, dentro da chamada estratégia de nacional-desenvolvimentista, articulada à visão da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, a qual pregava a melhoria das relações de trabalho no campo e o acesso a terra, como forma de promover a modernização. O objetivo seria a criação de um mercado consumidor interno, que impulsionasse a industrialização ao mesmo tempo em que se garantisse o aumento da produção agrícola para abastecer os centros urbanos e a geração de divisas pela exportação dos excedentes.

Paralelamente, à medida que cresciam e se estruturavam as organizações de trabalhadores, também se fortalecia a repressão dos grandes proprietários, seja através da violência, com diversos assassinatos de líderes, seja através de suas entidades representativas, como a Confederação Rural Brasileira, ou através do Bloco Ruralista no Congresso Nacional, o qual iria barrar toda e qualquer tentativa de avanço das demandas camponesas (MEDEIROS, 1997).

Como exemplo, embora de alcance estadual e de ter sido apresentado dentro da ideologia da Democracia Cristã, o Projeto de Revisão Agrária do governo de São Paulo, lançado em 1960, foi duramente atacado e, a partir da união entre deputados e a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, inviabilizado através da transferência da cobrança do ITR (Imposto Territorial Rural), instrumento que desestimularia a concentração de terra, da alçada dos estados para os municípios em manobra levada adiante pelo presidente do Senado Federal, Auro Soares de Moura Andrade (GOMES da SILVA, 1997).

Após a assunção de poder, graças à renúncia de Jânio Quadros em 1961, o governo de João Goulart, apoiado por uma equipe de formação esquerdista, apresentou um pacote de medidas intitulado “Reformas de Base”, no qual propunha uma série de mudanças nas áreas de educação, sistema financeiro e questão agrária. Assim, em 1962 foi criada a Superintendência de Política Agrária – SUPRA, e em 1963 foi aprovado e sancionado o Estatuto do Trabalhador Rural.

Entretanto, a que causou mais polêmica e rápida reação das forças conservadoras foi a proposta de alterar o artigo 141 da Constituição de 1946, o qual determinava indenização prévia por justo preço e em dinheiro das terras desapropriadas, para o pagamento em títulos do governo e condicionando a terra ao bem-estar social, sendo que, conforme aponta Gomes da Silva (1997), este é

considerado um dos fortes motivos que levariam ao golpe de 64. Assim, com o apoio da ala conservadora da igreja e da classe média urbana, os proprietários de terra levaram às ruas sua oposição às mudanças sob a égide da *tradição e da liberdade*, abrindo o caminho para a tomada do poder pelos militares.

3.3. Do Estatuto da Terra à Constituição de 1988

Logo após a tomada do poder, e seguindo as orientações definidas pela Aliança para o Progresso, uma iniciativa do Governo dos Estados Unidos, que incitava os países latino-americanos a realizarem a Reforma Agrária como meio de promover o desenvolvimento econômico, barrando o avanço socialista, o governo militar sanciona, em novembro de 64, o Estatuto da Terra, através do qual criava o IBRA, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e o INDA, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

O grande impacto provocado pelo Estatuto foi o de permitir a União a desapropriação por interesse social, com a prévia e justa indenização em títulos do governo. A partir de então, há embasamento jurídico e institucional para a realização da reforma agrária no Brasil, se tornado a base que orientará as reivindicações dos sindicatos e movimentos sociais rurais.

A tipificação dos imóveis rurais contidas no Estatuto (latifúndio por dimensão, latifúndio por exploração, minifúndio, empresa rural, propriedade familiar), deu *status* legal aos termos que haviam politizado o debate no início dos anos 60, estabelecendo como meta a gradativa extinção do latifúndio e do minifúndio em nome da racionalidade da exploração agrícola. A empresa, que podia ser familiar, tornava-se o modelo ideal de propriedade fundiária.

Contudo, conforme aponta Souza Martins (1994), a história do Brasil tem mostrado que, apesar de serem propostas pelos representantes da ala radical, as grandes reformas sociais têm sido colocadas em prática pelos conservadores. “*A questão, portanto, não é a de aprovar leis avançadas, mas assegurar que elas não serão executadas, ou não serão executadas contra os interesses dos que as aprovaram*” (SOUZA MARTINS, 1994, p. 70). Deste modo, apesar do avanço apresentado pelo Estatuto da Terra este foi pouco utilizado em todo o período de ditadura, sendo trocado por uma política de colonização das fronteiras agrícolas, sobretudo na Amazônia após a fusão do IBRA e do INDA criando o INCRA,

Instituto de Colonização e Reforma Agrária, em 1970, acompanhada de uma violenta repressão aos movimentos sociais e de luta por terra.

No início dos anos setenta, uma vez afastado o perigo de uma revolução camponesa, o regime militar volta-se para o grande capital, sobretudo multinacional. A partir da criação do SNCR, Sistema Nacional de Crédito Rural, haverá farta concessão de dinheiro e incentivos fiscais para aqueles que investissem em projetos agropecuários, principalmente na Amazônia. Assim, através da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e do Banco da Amazônia, grandes empresas e empresários, principalmente do Sudeste, tornaram-se proprietários de imensas extensões de terras, inflacionando o mercado e capitalizando os antigos proprietários.

Paralelamente a este processo, com a valorização da terra e a expansão da grande propriedade, haverá a expulsão de um grande contingente de trabalhadores rurais para as cidades, configurando um processo de urbanização acelerado. Desta forma, passamos de 11 milhões de pessoas empregadas em atividades não agrícolas em 1960, para 30 milhões em 1980, o que garantiu um considerável mercado interno para a indústria. Conseqüentemente e forçosamente, haverá uma mudança na própria agricultura, que se voltará para o mercado, se especializando e dependendo cada vez mais de insumos industrializados, principalmente no Centro-Sul do país, consolidando a articulação entre os capitais industrial e agrícola e impulsionando os complexos agro-industriais no processo que ficou conhecido como “modernização conservadora” (GRAZIANO DA SILVA, 1993 e ALENTEJANO, 1999).

Destarte, Souza Martins (1994, p. 80) ressalta: “*no modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais*” e completa, “*nesse sentido, reforçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando, conseqüentemente, o sistema oligárquico nele apoiado*”.

Conforme já citado, o modelo de ocupação adotado trará como conseqüência um processo de expulsão de pequenos agricultores e antigos ocupantes dos territórios. A partir da segunda metade da década de setenta, devido aos freqüentes e violentos conflitos na área de fronteira agrícola entre antigos posseiros, as grandes empresas capitalistas, os grileiros e os índios, a

Igreja, através da Comissão Pastoral da Terra - CPT, passa a ter um novo papel na questão agrária: a de denunciar as violências cometidas, bem como a de organizar os trabalhadores e fornecer espaço para discussão dos seus problemas, chegando a traduzir trechos da bíblia para o enfoque dos conflitos (MEDEIROS, 1989). Simultaneamente, na região Sul, atravessando um processo de pauperização e de invasão da soja, os pequenos agricultores, com e sem terra, começam a resistir à migração em direção ao Norte, então incentivada pelo governo. Mais uma vez, a CPT terá papel fundamental neste processo, dando início ao embrião que formará o MST, Movimento dos Sem Terra (NAVARRO, 1996).

O final da década de 70 e início dos anos 80 ficarão marcados pela grande agitação social que toma conta do país, principalmente motivada pelas greves dos metalúrgicos do ABC paulista e a crescente oposição à ditadura por parte do sindicalismo. Ao mesmo tempo, no campo, vários movimentos começam a surgir, entre eles o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e o próprio MST, os quais apresentavam uma diversidade de demandas: acesso ou permanência na terra, preços justos, preservação do modo de vida, melhores salários, reforma agrária, entre outros. Conforme aponta Medeiros (1997), apesar de focados na questão fundiária, estas manifestações trazem novos componentes que a coloca em novas bases: na possibilidade de modelos alternativos de desenvolvimento, a relevância da questão ambiental e, de grande importância, na discussão de quem são os reclamantes por terra, uma vez que os trabalhadores urbanos se engajam na luta, principalmente devido ao desemprego crescente nas cidades.

A redemocratização e a Nova República nascem então, e o tema Reforma Agrária ressurgem com grande força. Entretanto, conforme aponta Gomes da Silva (1997), as alianças construídas para a eleição de Tancredo Neves entre PMDB e PFL já indicavam as dificuldades pelas quais passariam as propostas neste sentido. De fato, embora a pressão dos trabalhadores rurais, apoiados pela Igreja fosse grande, a dos proprietários era ainda mais poderosa, uma vez que, não declaradamente, contavam com a ajuda do próprio presidente empossado, José Sarney, ele mesmo um grande latifundiário. Assim, a criação do MIRAD, Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário, e o anúncio de um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) desencadearam uma reorganização

da agricultura patronal da qual surge a UDR, União Democrática Ruralista, a qual agirá contra os ideais reformistas, inclusive pregando a violência. De acordo com Oliveira (1999), no período de 1985 e 1988, 782 pessoas perderam a vida em mais de 2.700 conflitos fundiários distribuídos em quase todas as regiões do país.

Além do embate político, passa ocorrer um embate ideológico, onde as classes dominantes do campo buscam se autodefinir como “produtores empresários rurais”, destacando a racionalidade econômica da grande propriedade e a “competência” das grandes empresas rurais. Promovendo-se assim, uma inversão do discurso em que toda e qualquer contraposição passa a ser considerada uma expressão do atraso (BRUNO, 1997).

Em sua versão original, o PNRA, embora embasado no Estatuto da Terra, apresentava-se como um instrumento efetivo de promoção da Reforma Agrária e previa o assentamento de 1.400.000 famílias em cinco anos. Contudo, na sua publicação em outubro de 1985 e na posterior aprovação, já em 86, o plano apresentava tantas emendas e modificações introduzidas pelas forças conservadoras, que ficou completamente desfigurado, inviabilizando as reformas.

Se o PNRA tornou-se uma grande decepção, por ter assentado apenas 90.000 famílias, 7% do total previsto, a Constituição de 1988 é considerada como uma grande derrota para os defensores da Reforma Agrária no Brasil. A despeito do inédito fato de ter se tornado matéria constitucional, afrouxou a abrangência do conceito de função social da propriedade e instituiu a exigência de previa indenização. Além disso, inseriu a impossibilidade de se desapropriar áreas produtivas, restringindo o alcance da Reforma Agrária e facilmente permitindo questionamentos judiciais. Obviamente que os grandes responsáveis por este viés são os defensores do latifúndio que, organizados no chamado Centrão e com amplo apoio da UDR, protagonizaram este verdadeiro recuo da lei (ALENTEJANO, 1999 e GOMES DA SILVA, 1997).

Tais distorções viriam a ser parcialmente corrigidas com a Regulamentação da Constituição Federal em 1993, através da Lei Ordinária n. 8629 e da Lei Complementar n. 76 que disciplinaram a desapropriação por Interesse Social para fins de Reforma Agrária, ambas modificadas em alguns aspectos pelas Medidas Provisórias editadas entre meados de 1997 e abril de 1999. Enquanto a primeira conceitua imóvel rural, propriedade produtiva, função da propriedade, a desapropriação, entre outros, a segunda regulamenta o

procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural.

3.4. A Reforma Agrária na Década de 90

O período compreendido entre 1988 e 1994 é referenciado como um vácuo nas questões da Reforma Agrária. Após a ruína do PNRA e de ser engessada na Constituição de 88, a eleição de Fernando Collor, representante das oligarquias de Alagoas, esfriou os debates e alguns intelectuais chegaram a considerá-la uma questão ultrapassada, sobretudo pelo caráter moderno que a agropecuária brasileira assumiu. De acordo com Graziano (1996), a partir do vigoroso processo de modernização tecnológica, impulsionado pela expansão do capitalismo no campo, a agricultura brasileira perdeu seu caráter latifundiário, transformando-se em uma agricultura empresarial moderna, embora socialmente excludente. Dessa forma, o latifúndio teria um papel residual na dinâmica de acumulação de capital no setor agropecuário.

O Governo Collor foi marcante pelo verdadeiro desmonte do aparato público em diversos setores da administração pública, sendo a realização de assentamentos e arrecadação de terras limitadas à conclusão de processos iniciados na gestão anterior. O responsável por manter a chama acesa foi o MST, que nesta década assumiria o papel de porta-voz da Reforma Agrária (ALENTEJANO, 1999 e MEDEIROS, 1997).

O debate político em torno da eleição presidencial de 1994 traz de volta a questão agrária como um dos temas principais, a qual ganhará contornos dramáticos e violentos que culminarão, em 1995, com o episódio ocorrido em Corumbiara (RO), quando, em confronto com a polícia durante uma reintegração de posse, nove trabalhadores rurais ligados ao MST foram mortos. Neste mesmo ano, o movimento dos sem terra decidiu radicalizar sua luta, partindo para freqüentes ocupações de propriedades consideradas improdutivas. Esta nova ofensiva acabaria provocando uma nova tragédia quando, em Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996, 19 trabalhadores perderam a vida em confronto com a polícia militar.

O presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, que, a partir da aliança com o PFL e o PTB, havia levado diversos representantes do conservadorismo

rural ao poder, com a repercussão internacional do episódio, viu-se pressionado a tomar providências no sentido de reverter o quadro negativo em torno de seu governo, sobretudo em relação à Reforma Agrária e à pressão dos movimentos sociais.

Assim, o INCRA é retirado da estrutura conservadora do Ministério da Agricultura, tradicional reduto do patronato rural, e é vinculado diretamente à Presidência da República através da criação do Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF). A partir de então, várias ações são desenvolvidas, assentando um número significativo de famílias¹, e ampliando as linhas de crédito como o PROCERA, Programa de Crédito Especial para Áreas de Reforma Agrária, e o PRONAF A, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para áreas de Reforma Agrária. Contudo, conforme afirma Leite (1999), estas medidas não se constituíram em um verdadeiro programa de Reforma Agrária.

Já no seu segundo mandato, em 1999, a opinião pública tornava-se cada vez mais favorável à Reforma Agrária e os movimentos sociais não davam trégua, principalmente com as ocupações promovidas pelo MST e as manifestações levadas a cabo pela CONTAG, Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, forçando FHC a mudar de estratégia. Dessa forma, embalado pelas diretrizes apontadas por diversos organismos internacionais, entre eles o Banco Mundial, ele elege o ideal liberalista para atacar a questão agrária (ALENTEJANO, 1999).

Assim, em abril de 1999 é lançado o programa intitulado “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural”, cujo objetivo, conforme o nome indica, era o de vincular a Reforma Agrária com o programa de agricultura familiar, principalmente através de crédito subsidiado, e que, embora embalado pelos ideais de um desenvolvimento sustentável, apresenta em seu arcabouço uma visão de reforma claramente orientada para o mercado (BRASIL, 1999).

Ora, desde meados da década de 80, após diversas crises, as quais originaram o corte generalizado dos subsídios na agricultura, muitas vezes inviabilizando as grandes empresas capitalistas e, mais recentemente, com a crise do desemprego, a agricultura familiar passou a ser uma alternativa viável

¹ De acordo com dados MDA/INCRA, foram contabilizadas 524.380 famílias assentadas entre 1995 e 2002.

para atenuar, ou mesmo resolver, os efeitos negativos que a globalização e a onda neoliberalizante estava gerando. Ao mesmo tempo, o caráter “modernizador” do modelo de desenvolvimento adotado mundialmente estava sendo fortemente questionado, havendo grande pressão por parte de diversas organizações em prol de uma maior “sustentabilidade”, contemplando as variáveis sociais, ambientais e culturais que influem sobre o processo de desenvolvimento.

A estratégia utilizada então, foi se apropriar destes ideais casando-os com o liberalismo econômico em propostas, por exemplo, como a do Banco da Terra, onde a aquisição de terras passaria a ser uma negociação direta entre proprietários interessados em desfazer-se destas e os sem terras, ou então a de *“estabelecer mecanismos para a criação de cadeias agro-industriais próprias ou para a inserção dos assentamentos nas cadeias agro-industriais e nas redes de comercialização e distribuição do setor moderno”* (SELIGMAN, 2001). Ao mesmo tempo, tentava simplificar a problemática da questão da agricultura familiar, considerando que bastaria dispor crédito subsidiado e capacitação para que todos estivessem aptos a competir de forma eficiente em um mercado globalizado.

Como resultado, embora tenha o mérito de reconhecer o fortalecimento da agricultura familiar como caminho para o desenvolvimento e de ter acelerado o processo de desapropriação e o assentamento de trabalhadores rurais, o governo FHC está longe de ter resolvido a questão agrária no Brasil, principalmente no que se refere à estrutura fundiária, pois a distribuição da posse de terra continua com um índice de Gini situado acima de 0,80, configurando-se como um dos mais altos do mundo.

4. A Reforma Agrária na Atualidade

Conforme observado, desde a década de 90 o debate em torno da Reforma Agrária está conectado, quase que obrigatoriamente, à discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar dentro de um modelo de desenvolvimento.

O interesse por esta categoria de produtores se materializa através de políticas públicas como o PRONAF e a própria criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, frutos tanto das reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e das pressões dos movimentos sociais

organizados, quanto das conceituações de renomados economistas e teóricos de desenvolvimento, os quais defendem a redução das desigualdades como forma de favorecer o crescimento econômico, visão esta que também se fundamenta no modelo de agricultura dos países desenvolvidos, que é essencialmente familiar.

Outra vertente que ganha força é a que imprime importância na agricultura familiar pela sua capacidade de dar sustentação à “multifuncionalidade” dos espaços rurais, contribuindo, além da produção agrícola, para geração de empregos, diversificação da produção, prestação de serviços ambientais, preservação da paisagem e da cultura local, entre outros, favorecendo uma distribuição populacional mais equilibrada no território.

Entretanto, é ilusório imaginar que haja consenso sobre o tema, uma vez que a corrente de autores que enxergam o rural como exclusivamente agrícola ainda é forte. Para estes, o centro do debate está na relevância da modernização da agricultura, na expansão da produção e da produtividade e no fornecimento de divisas através das exportações, sendo a agricultura familiar e a Reforma Agrária questões do passado.

Especialmente em relação à Reforma Agrária, Alentejano (1996, 1999) identifica quatro visões distintas que norteiam o debate atual: reforma agrária para amenizar conflitos; reforma agrária como política social; reforma agrária como política complementar e reforma agrária como questionamento ao modelo capitalista de desenvolvimento.

Dentro dos dois primeiros grupos, encontram-se os teóricos que acreditam que a Reforma Agrária perdeu seu significado econômico dentro da moderna agricultura brasileira e, sendo feita de forma massiva, poderia até desestruturar o setor agropecuário. A diferença é que, na primeira visão, admite-se a Reforma Agrária pontual, somente em áreas de conflito, enquanto na segunda, ela teria o papel de política social compensatória, promovendo inclusão social.

Tanto a terceira quanto a quarta visão, enxergam um papel econômico e político, além de social, da Reforma Agrária.

Dentro da quarta visão, estão enquadrados aqueles que analisam a Reforma Agrária como questionamento ao modelo de desenvolvimento, propondo uma mudança radical neste. Assim, para estes a Reforma Agrária é parte integrante de um conjunto maior de reformas que visam um modelo democrático

de desenvolvimento, representando os reais interesses dos setores populares. Esta visão, de cunho socialista, é defendida por alguns movimentos sociais.

Já no terceiro caso, a Reforma Agrária seria uma política complementar, destinada a criar um setor familiar forte na agricultura, contrapondo-se ao processo de modernização agrícola, o qual ocorreu de forma localizada e desigual, apontando sua insustentabilidade ecológica, econômica e social, principalmente revelada pelos graves conflitos e lutas em torno da posse de terra envolvendo sem-terras, atingidos por barragens, seringueiros e índios.

Destarte, para Abramovay e Carvalho Filho (1993) através da Reforma Agrária haveria a ampliação do número de pobres rurais com capacidade de se transformarem em produtores recebendo o apoio de instrumentos de política agrícola. Desta forma, esses excluídos poderiam se incorporar como produtores e consumidores através da reestruturação do minifúndio, da transformação de arrendatários em proprietários, da incorporação dos filhos dos agricultores como produtores rurais, promovendo o processo de crescimento econômico e fundamentando o desenvolvimento sobre bases mais sustentáveis.

Além da distribuição de renda, alguns analistas destacam o papel da Reforma Agrária na dinamização sócio-econômica local e, portanto, na descentralização do processo de desenvolvimento. Navarro (1997) e Leite et al. (2004), por exemplo, destacam o papel dos novos assentamentos nos circuitos econômicos locais e regionais.

Assim, aos argumentos clássicos para defender a realização da reforma agrária, como a necessidade de promover uma melhor distribuição de renda, aumento da oferta agrícola e democratização do poder local, somam-se agora as novas “funções”, como a dinamização dos espaços regionais, geração de emprego e sustentabilidade ambiental.

De acordo com Veiga et al (2001, p. 5), esta nova visão, dentro de um conceito amplo que incluiria a Reforma Agrária, buscaria “... *maximizar as oportunidades de desenvolvimento humano em todas as mesorregiões rurais do imenso território brasileiro, e no maior número possível de suas microrregiões rurais*”, dando um caráter territorial ao desenvolvimento. Desta forma, há um forte contraponto ao enfoque setorial, o qual se baseia na maximização da competitividade do chamado *agribusiness*.

Por sua vez, Olalde e Portugal (2004) ressaltam que a noção de território vai além da dimensão espacial, constituindo-se também de uma dimensão social, não podendo, portanto, ser considerado neutro. Sendo assim, uma política territorial vai além de uma simples busca de distribuição de rendas, devendo despertar os potenciais para a criação de riquezas, iniciativas e coordenações novas, ao mesmo tempo em que fortalece as interações entre os atores locais, criando uma nova institucionalidade. Para as autoras, territórios “... *são projetos estratégicos que pressupõem a participação real dos grupos interessados e um nova relação entre atores locais e Estado, não mais centrada em transferência controlada de recursos, mas em contratos de desenvolvimento entre atores locais e Estado*” (OLALDE e PORTUGAL, 2004, p 13).

Partindo desta premissa, a agricultura familiar, por abranger a maioria da população rural ou não-urbana no país, por representar a maior fonte de geração de emprego e renda nos municípios essencialmente rurais e, geralmente, por se constituir na categoria mais bem organizada, será peça fundamental na construção desta nova institucionalidade de base territorial.

Dentro deste contexto, sinalizando a intenção de dar um enfoque territorial às políticas públicas para o meio rural, o atual governo propõe centrar suas ações em sete eixos estratégicos, quais sejam: a promoção da defesa da agricultura nacional; o fortalecimento da agricultura familiar; a implementação de uma política nacional de reforma agrária; geração de renda e empregos de qualidade; a construção da cidadania no meio rural; soberania e segurança alimentar; e a construção de políticas territoriais de desenvolvimento sustentável.

Integrando um destes eixos, o Plano Nacional de Reforma Agrária, recentemente apresentado, tem entre seus objetivos, a intenção de estabelecer “zonas reformadas”, onde novos assentamentos deverão ser constituídos e os já efetuados serão “recuperados”, além de desenvolver ações específicas para índios e quilombolas (MDA/INCRA, 2004).

Assim, o governo Lula sinalizaria seu posicionamento dentro das vertentes de análise da questão da Reforma Agrária, optando por um caminho que combina políticas de incentivo à agricultura familiar e ao desenvolvimento territorial como vetores para a mudança do padrão de desenvolvimento, com o apoio a uma agricultura empresarial voltada para o agronegócio. Entretanto, as

ações e recursos destinados a cada um destes setores, familiar e patronal, é que irão determinar a prevalência de um ou outro modelo.

Como condição necessária para consolidar o apoio à Reforma Agrária, embora o aspecto quantitativo seja importante para dar dimensão às ações do governo, o aspecto qualitativo dos assentamentos deve ser ressaltado, explicitando aspectos que evidenciem a melhoria na qualidade de vida e a eficácia com que estas ações estão sendo aplicadas.

Para tanto, é preciso lançar mão de ferramentas que permitam melhor organização produtiva dos assentamentos e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento, aqui entendido no seu aspecto mais amplo, abrangendo as dimensões sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais.

Dentre estas ferramentas, o planejamento participativo tem sido defendido como ideal para alicerçar o processo de desenvolvimento sustentável, organizando as ações que levem ao uso racional dos recursos disponíveis e permitindo, por parte dos assentados, uma compreensão a respeito da realidade do seu meio, fazendo-os refletir sobre os fatores que dão forma ao seu meio ambiente bem como à tomada de iniciativas no sentido de melhorar sua própria situação.

5. Considerações Finais

Sobretudo devido à persistência dos agricultores e dos movimentos sociais em lutarem por seus ideais, o tema da Reforma Agrária permanece vivo e atual. Nos últimos anos, as mudanças ocasionadas pelos assentamentos e o impacto positivo por eles causado nos municípios e regiões onde ocorreram, por vezes levaram a situações nunca antes imaginadas: a de políticos locais, ligados a partidos historicamente contrários às desapropriações, apoiando as ocupações e as ações do INCRA, tendo em vista a dinamização econômica que isto acarreta. É certo também que novas lideranças tem surgido, oriundas do embate estabelecido no campo, tendo algumas delas alcançado projeção nacional e representação no Congresso Nacional.

De acordo com Leite et al (2004), apresentando os resultados da pesquisa “Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro”, realizada entre janeiro de 2000 e dezembro de 2001, ficou constatado que a

criação dos assentamentos nas regiões estudadas possibilitou para uma grande população, antes excluída, uma oportunidade de trabalho e de acesso à terra. Ao mesmo tempo, a produção agropecuária destas regiões foi incrementada, com uma maior oferta de produtos agropecuários, tanto em quantidade quanto em variedade, influenciando na qualidade de vida e nos aspectos ambientais pela maior diversificação.

Porém, o mais importante, segundo os autores, foi que a condição de “assentados” deu um novo lugar social para essa população, colocando novos atores na cena econômica, social e política no território onde estão inseridos. Assim sendo, a criação do assentamento, antes de ser um ponto final, representou um ponto de partida para uma nova condição de vida.

Porém, é ilusório imaginar que a força dos latifundiários e dos que são contra a reforma agrária esteja arrefecida. Como exemplo, de acordo com Edécio Vigna, assessor de política agrária e agrícola do Instituto de Estudos Socioeconômicos, citado por Pompeu (2003b), existem na atual legislatura, 2003-2006, 73 parlamentares ruralistas e simpatizantes, os quais conseguiram vitórias importantes para suas pretensões.

E preciso manter a sociedade, rural e urbana, atualizada sobre os debates em relação à Reforma Agrária e de como ela pode ser útil na solução dos problemas atuais, como o desemprego, a violência, as desigualdades sociais, a degradação ambiental, entre outros, reafirmando seu caráter de justiça social. Além disto, destacar a importância da agricultura familiar, agora vista como um meio de se atingir a sustentabilidade, não só da agricultura, mas da sociedade como um todo, assumindo importante papel na conservação e renovação dos recursos naturais, manutenção da paisagem, garantia da segurança alimentar, aumento da oferta de empregos e uma melhor distribuição espacial da população, contribuindo de forma eficaz para o desenvolvimento territorial.

Para tanto, é urgente a necessidade de discussão mais profunda sobre o modelo tecnológico, produtivo e organizacional da agricultura familiar, e em especial das áreas de reforma agrária.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R.; CARVALHO FILHO, J. Reforma Agrária: o sentido econômico de uma política distributiva. In: **Reforma Agrária**, Vol 23, No 2, maio/ago. 1993.
- ALENTEJANO, P. O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90. In: **Cadernos do CEAS**, Salvador, Novembro/Dezembro 1996, Nº 166, p. 19-36.
- _____ **A questão agrária no Brasil**. datil., 1999, 8 p.
- BASTOS, E. **As ligas camponesas**. Petrópolis:Vozes, 1984, 141 p.
- BARRACLOUGH, S. **A reforma agrária nos países em desenvolvimento: o papel do Estado e de outros agentes**. Genebra: UNRISD, 1998. 48p.
- BRASIL,MEPF/INCRA-MA/SDR. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural**. Brasília, 1999, 36 p.
- BRUNO, R. **Senhores da terra, senhores da guerra**. Rio de Janeiro: Forense/Edur, 1997, 160 p.
- GOMES DA SILVA, J. **A reforma agrária brasileira na virada do milênio**. Maceió: EDUFAL, 1997, 248 p.
- GRAZIANO, F. **Qual Reforma Agrária ?** Terra, pobreza e cidadania. São Paulo: Geração Editorial, 1996, 115 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993,110 p.
- LEITE, S. **Questão agrária: políticas públicas e processos sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Observatório da Cidadania, 1999 (no prelo).
- LEITE et al **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**.São Paulo: Editora UNESP, 2004, 391 p.
- MDA/INCRA. **Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, 2004, 38 p.
- MEDEIROS, L. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989, p. 122-215.
- _____ Impactos históricos do uso e da propriedade da terra no Brasil. In: STEDILLE, J. (org).**A reforma agrária e a luta do MST**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 77-93.
- _____ **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 2002, 127 p.

NAVARRO, Z. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Z. (org) **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul). Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996, 228p.

_____. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária In: STÉDILLE, J. (org.) **A reforma agrária e a luta do MST** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, 318 p.

OLALDE, A. e PORTUGAL, C. Agricultura familiar, reforma agrária e sua inserção no enfoque territorial no Brasil. In: **Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia Rural**. Cuiabá, 2004.

OLIVEIRA, A. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1999, 128p.

POMPEU, R. A reforma agrária em outras terras. In: CAROS AMIGOS. **Reforma Agrária: vai ou não vai?** São Paulo: Casa Amarela, número 18, setembro de 2003a.

_____. Bancada ruralista, o “elo frágil” do governo Lula. In: CAROS AMIGOS. **Reforma Agrária: vai ou não vai?** São Paulo: Casa Amarela, número 18, setembro de 2003b.

SELIGMAN, M. **Processo de reforma agrária e desenvolvimento da agricultura: a experiência brasileira**. CD ROM. Brasília: NEAD, 2001.

SOUZA MARTINS, J. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994. 174 p.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2003. 204p.

TEÓFILO, E. e CARVALHO MENDONÇA, E. Notas introdutórias. In : MDA. **A economia da reforma agrária**: evidências internacionais. Edson Teófilo (org.) et *all*. CD-ROM. Brasília: NEAD, 2001.

VEIGA, J. **O que é reforma agrária**. 14^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 88p.

_____. **Pobreza rural, distribuição de renda e crescimento**: a experiência brasileira. Disponível em www.nead.org.br. Acesso em maio de 2003.

VEIGA et al. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. In: **Série Textos para discussão, N^o1**. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD. CD ROM. Brasília: NEAD, 2001.

CAPÍTULO 2

**O PLANO DE DESENVOLVIMENTO COMO FERRAMENTA DE
PLANEJAMENTO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA. O CASO DO
PROJETO DE ASSENTAMENTO DANDARA DOS PALMARES – CAMAMU/BA.**

Resumo

Em se tratando dos programas de Reforma Agrária no Brasil, embora quantitativamente os resultados alcançados sejam expressivos em relação ao número de famílias e áreas desapropriadas, a organização produtiva e o desenvolvimento dos assentamentos ainda apresentam diversas carências. Na interpretação de Bunch (1995), o desenvolvimento é um processo através do qual as pessoas aprendem a cuidar das suas próprias vidas e a resolver seus próprios problemas. Conseqüentemente, esse processo se vê facilitado quando as pessoas adquirem autoconfiança e motivação, além dos conhecimentos necessários para resolver suas dificuldades, mas isto normalmente só ocorre a partir da própria experiência ao enfrentá-las. Em muitos casos, o aprendizado das pessoas, em termos de organização e ajuda mútua é um resultado mais importante até que os ganhos materiais obtidos durante determinada fase do processo de desenvolvimento. Por isso, participação e desenvolvimento são dois processos intrinsecamente ligados. Nesse sentido, vem sendo apresentado recentemente o conceito de “empoderamento”, fundamentado na necessidade da tomada de consciência por parte da população do seu meio político-social e ambiental, sendo almejada a verdadeira apropriação das ferramentas de planejamento pela população local. A experiência do planejamento participativo no PA Dandara dos Palmares reafirma sua importância como um aprendizado social. Porém, sua efetivação de forma pontual e descontinuada compromete os resultados esperados, podendo acarretar em desgaste na credibilidade do processo por parte da comunidade. Assim, deve-se ressaltar a idéia do planejamento como um processo onde a participação deva ser a essência do desenvolvimento sustentável.

Palavras chaves: Planejamento Participativo, Desenvolvimento Sustentável, Reforma Agrária.

Abstract

Despite the fact that the land reform programs in Brazil have achieved expressive number of expropriated areas and resettled families, the problem of productive organization and resettlements development still remains unsolved. According to Bunch (1995), development is the process by which people learn to take care of their own lives and solve their own problems. Consequently, the development process is made easier when people have self confidence and motivation as well the necessary knowledge to work out their problems. However, this knowledge usually stems from going through personal but it happens only when they decide to confront them. In many cases the people learning about organization and mutual aid is a more important result than the material profit got from the development process. Therefore, participation and development are process intrinsically linked. Thus, the concept of “empowerment “ has gained importance based on the necessity of the population’s conscience increase about your social-politic and environment situation, in addition to the appropriation of the planning instruments by the local inhabitants. The Dandara dos Palmares resettlement experience with the participative planning shows its relevance as a social learning. However, due the fact that has been realized on a punctual and discontinued way, the results are not what had been expected, what can damage the credibility on the participative process. So, the planning must be a process in which the participation has to be the essence of the sustainable development

Key words: Participative Planning, Sustainable Development, Land Reform.

1. Introdução

A questão do desenvolvimento rural tem sido motivo de preocupação já há algum tempo, sobretudo nos países do chamado Terceiro Mundo, onde a segurança alimentar e melhoria das condições de vida, a despeito das inovações tecnológicas, está longe de ser alcançada. E isso não tem se mostrado diferente no Brasil, onde apesar da grande soma de recursos aplicados, a maioria dos programas de desenvolvimento agrícola ou rural não tem atingido os efeitos desejados, quais sejam os de alcançar o dinamismo econômico, ao mesmo tempo em que proporcionam a melhoria da qualidade de vida da população em foco e a conservação e/ou renovação dos recursos ambientais.

Especificamente em relação à Reforma Agrária, embora quantitativamente os resultados alcançados sejam expressivos em relação ao número de famílias e áreas desapropriadas, a organização produtiva e o desenvolvimento dos assentamentos ainda apresentam diversas carências.

Para supri-las, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, tem utilizado como principal instrumento de intervenção o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Áreas de Reforma Agrária – PDSA, cujo objetivo maior é o de organizar as ações que levem ao uso racional dos recursos disponíveis, baseando-se nas seguintes premissas: sustentabilidade, planejamento participativo, eficiência econômica, combate à pobreza e segurança alimentar, divisão de responsabilidades, capacitação permanente, integração rural-urbana e regional, integração com os municípios e preservação ambiental.

O objetivo geral deste trabalho é a análise dos resultados obtidos a partir da elaboração dos PDSA's promovida pelo INCRA, verificando sua eficiência como instrumento para o planejamento participativo nos projetos de Reforma Agrária utilizando como estudo de caso o Projeto de Assentamento (PA) Dandara dos Palmares, situado na Região do Baixo Sul, no estado da Bahia.

O problema de pesquisa se enquadra na necessidade de se analisar a efetividade das políticas públicas voltadas para as áreas de assentamento, especificamente as orientadas para a questão do planejamento do desenvolvimento sustentável.

Quanto à justificativa, esta se apóia no fato de que cabe ao INCRA a responsabilidade pelo repasse, fiscalização e monitoramento da aplicação dos

recursos específicos para a elaboração dos PDSA's, bem como pela análise e acompanhamento dos resultados alcançados. Entretanto, até o presente momento, tem-se apenas um estudo crítico dos documentos apresentados pelas instituições contratadas, referentes aos diagnósticos e proposições. Assim, não há uma avaliação dos benefícios obtidos pelas comunidades atingidas pelos diversos PDSA's já elaborados, nem pelo INCRA, nem por outra organização qualquer no estado da Bahia.

Adicionalmente, uma vez que a questão do modelo de assistência técnica voltada para áreas de assentamentos está passando por uma reformulação, este trabalho poderá servir como referência para a formulação de proposições que visem aprimorar as intervenções orientadas para a promoção do desenvolvimento sustentável destas áreas.

Este artigo contém uma primeira parte onde é feita uma breve apresentação sobre o planejamento participativo e o desenvolvimento rural sustentável, especialmente referente à Reforma Agrária. Posteriormente, é apresentada a metodologia e os materiais utilizados para a pesquisa, seguido da contextualização regional do PA Dandara dos Palmares e da apresentação do seu Plano. Após, é feita a análise dos resultados obtidos na pesquisa de campo com as famílias assentadas no referido PA, visando avaliar o grau de apropriação do PDSA pela comunidade.

2. Planejamento Participativo

Planejar é um ato relativamente recente na história da humanidade. As decisões das antigas civilizações baseavam-se, sobretudo, nas tradições, lendas e mitos, ou seja, no passado. O marco das transformações que irão permitir ao homem sonhar com o progresso individual e a possibilidade de desenvolvimento serão as descobertas, teorias e leis, que promoverão uma verdadeira revolução científica e culminarão na Revolução Industrial e no Capitalismo, levando o homem a concentrar seus esforços na solução de seus problemas materiais e a buscar o controle da natureza.

Em sua fase inicial, o planejamento teve sua base fundamentada no racionalismo surgido na Revolução Industrial, sendo então definido como “o conjunto de procedimentos e métodos concebidos de maneira a coletar e

organizar informações e utilizá-las objetivando a tomada de decisões mais racional possível” (LOPES, 1990 p. 26).

Apesar de muito utilizado, principalmente no período posterior à segunda guerra mundial, o método racional, também chamado de Planejamento Ortodoxo, mostrou-se frágil com o decorrer do tempo, sendo bastante criticado devido às dificuldades de sua realização prática, pois exige consenso, não admitindo pluralidade de opiniões. O estabelecimento de objetivos detalhados, quantificados e operacionalizáveis, geralmente leva a conflitos de interesses, os quais, para serem evitados, levam os responsáveis pelo planejamento a optarem por soluções aparentemente neutras, mas que implicam em escolhas que nem sempre são explicitadas.

Uma vez demonstrada a incapacidade de utilização do modelo racional como instrumento ideal de planejamento de forma ampla e irrestrita surge uma nova corrente de planejadores que adotaram os fundamentos dos “Novos Humanistas”, defensores do “Planejamento Comunicativo”, o qual é visto como um processo de aprendizado social, estimulando e dando suporte para o desenvolvimento da humanidade dentro de um quadro de permanentes modificações.

Como questão central, a participação da população local nos planos e projetos passou a ser considerada o meio mais eficaz de superação dos problemas causados pelo enfoque dirigista até então empregado. Nascia assim a base do “Planejamento Participativo”.

O conceito do que seja participar indica uma interação social com ação conjunta em busca de objetivos compartilhados e faz parte do cotidiano na vida em sociedade, sendo reconhecida quando simplesmente tomamos parte em atividades e eventos, seja como espectadores ou agindo sobre os processos decisórios, podendo se dar também apenas pela crítica e pelo questionamento (CRUZ, 1999).

Na interpretação de Bunch (1995), o desenvolvimento é um processo através do qual as pessoas aprendem a cuidar das suas próprias vidas e a resolver seus próprios problemas. Conseqüentemente, esse processo se vê facilitado quando as pessoas adquirem autoconfiança e motivação, além dos conhecimentos necessários para resolver seus problemas, mas isto normalmente só ocorre a partir da própria experiência na resolução de problemas. Em muitos

casos, o aprendizado das pessoas, em termos de organização e ajuda mútua é um resultado mais importante até que os ganhos materiais obtidos durante determinada fase do processo de desenvolvimento. Por isso, participação e desenvolvimento são dois processos intrinsecamente ligados.

Já o planejamento participativo deriva do modelo de Planejamento Comunicativo defendido pelos “Novos Humanistas”, o qual ganhou força a partir do final da década de 70 defendendo a necessidade “... *de uma consciência cívica, de formação de uma vontade política atingível através de um maior grau de reflexão e de consciência da humanidade em direção a uma justa emancipação*” (LOPES, 1990, p. 50). Assim, na definição das estratégias para se chegar ao “futuro desejado”, o homem deve debater os problemas presentes e, ao mesmo tempo, analisar seu passado, principalmente suas tradições.

Desta forma, o método participativo de planejar tem como principal característica o fato de englobar o público alvo em todo o processo do planejamento, buscando sua participação ativa e consciente desde o estabelecimento e priorização das metas e objetivos, bem como do estabelecimento das ações para a execução do mesmo, além de gerar acordos que impliquem em compromissos dos participantes na posterior implementação das propostas. Nesse sentido, vem sendo apresentado recentemente o conceito de “empoderamento”¹, fundamentado na necessidade da tomada de consciência por parte da população do seu meio político-social e ambiental, sendo almejada a verdadeira apropriação das ferramentas de planejamento pela população local.

É comum observar que diferentes sociedades apresentam diversos graus de consciência cívica ou de “propensão a participar”, o que se quer expressar mediante a utilização de conceitos como “capital social”² e outras categorias

¹ De acordo com a Rede EICOS, 2004 (www.eicos.psychology.ufrj.br) “O conceito de empoderamento vem sendo discutido desde os anos 70, propondo, a partir de questões referentes ao desenvolvimento sustentável, a autogestão de recursos políticos, econômicos e sociais como forma de diminuição da pobreza, indo além das noções de democracia, direitos humanos e participação para incluir a possibilidade de compreensão a respeito da realidade do meio (social, político, econômico, ecológico e cultural), proporcionando reflexão sobre os fatores que dão forma ao meio ambiente bem como à tomada de iniciativas no sentido de melhorar sua (público focado) própria situação.”

² Uma tentativa de definir o capital social faz-se através de sua diferenciação. Assim, verificamos que o capital social existe em uma “relação social”, ou seja, reside nas “relações” e não no indivíduo sozinho, como é o caso de habilidades de capital humano. É construído em coletividades institucionalizadas tais como: universidades, corporações, governos, associações informais de pessoas em que o conhecimento e as visões de mundo formam-se e são transferidas. Obrigações, confiança, fluxo de informações, amigos, cultura, normas, redes, engajamento cívico e até simpatia mútua constituem-se em alguns dos indicadores sobre o que é o capital social e onde reside.

conceituais aproximadas que sugerem que a base que fundamenta o desenvolvimento sócio-econômico está associada às tradições e valores que dão coesão ao tecido social e favorecem a efetiva participação da população em determinados contextos.

Cabe lembrar que a estrutura institucional é formada não só pelas regras formais – leis e regulamentos – as quais são papéis do Estado, mas também pelas regras informais da sociedade – cultura e história – as quais, juntas, irão arbitrar o comportamento humano e definir a capacidade institucional de um país. Esse ponto é fundamental na apreensão de como uma cultura política é construída, pois esclarece como os fatores histórico-estruturais influem na qualidade da democracia de um país. Assim, numa análise sobre as condições que dificultam os processos participativos e que garantem a reprodução de determinados padrões e suas implicações políticas, Marinho, (1999, p. 28) verificou que as principais barreiras ao exercício pleno da cidadania no Brasil são:

“... a extrema desigualdade social, que alimenta a dependência e a subordinação dos pobres e indigentes; a existência de estruturas políticas rígidas e inacessíveis à representação dos legítimos interesses populares, privilegiando a troca de favores e ocasionando a apatia e a indiferença em relação ao sistema e instituições democráticas; e os elementos de uma cultura política autoritária (clientelista³ e corporativista⁴), enraizada em um sistema social antigo

³ A origem do termo “clientelismo” advém dos estudos das sociedades rurais, onde os camponeses encontram-se em posição de subordinação, uma vez que não possuem a terra. A desigualdade desempenha papel-chave e gera laços pessoais de proteção e lealdade (SOUZA MARTINS, 1994). Já o “clientelismo político”, o qual vem atrelado ao “patrimonialismo”, é um fenômeno que surge com o Estado moderno, onde os bens e recursos trocados são, principalmente, públicos (NUNES, 1997, p. 28).

⁴ O corporativismo é considerado como um sistema de representação ou intermediação de interesses, que visa o controle político e o controle do fluxo de recursos disponíveis através da inibição da emergência dos conflitos de classe e da existência de grupos de interesse autônomos. Conforme Nunes (1997), o que caracteriza esse padrão de relação Estado-sociedade é um tipo de “participação permitida” de acordo com os seguintes critérios: há um número limitado de participantes, não competitivos, e que são reconhecidos, permitidos e subsidiados pelo Estado (movimentos e setores organizados da sociedade ficam sob a tutela dos governantes). Enquanto instrumento de “participação passiva” da população reforça o autoritarismo de Estado, pois a vontade das massas não participa da administração.

e em relações familiares e pessoais construídas ao longo do tempo”.

Assim, observamos a coexistência de um regime democrático, que fomenta o respeito à Constituição, às leis, às instituições e aos procedimentos democráticos, lado a lado a um Estado fundeado em uma cultura clientelista e de base patrimonial que, segundo Souza Martins (1994, p. 13), bloqueia “*tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania dos seus membros*”, agindo em detrimento do bem coletivo, promovendo, dessa forma, uma maior concentração de riquezas em setores privilegiados, acentuando a desigualdade e a exclusão social.

Constantemente verificamos que a concepção de participação está limitada às mobilizações sociais de cunho político-ideológicas em busca de mudanças ou então, simplesmente, é confundida com “*consulta*” a um determinado grupo ou comunidade, sendo esta usada como fonte de informações para a tomada de decisão por alguém “de fora”, podendo resultar em manipulação e coerção (CRUZ, 1999 e GUIJT, 1999).

O desvirtuamento ocorre, segundo Cruz (1999), justamente por ser o planejamento participativo mais um ideal do que um procedimento usual, pois, uma vez que o governo da democracia direta não é possível, o Estado é chamado a intervir, sendo o responsável então por fazer ou coordenar o planejamento, pelo que a participação passa a ser uma concessão com limites definidos.

Outra distorção observada em planos e projetos ditos participativos é a transferência aos mesmos do estilo verticalizado de atuação do Estado. Por haver prazos e metas a serem atingidos, geralmente se adotam metodologias que deixam de lado a participação coletiva consciente para se calcarem apenas em lideranças ou grupos não representativos do todo, não respeitando o ritmo e tempo necessário para a comunidade estabelecer e priorizar seus problemas, indicando as soluções possíveis. Desta forma, privilegia-se os mecanismos de representação, e o presidente da associação, ou grupo minoritário (os homens de uma comunidade rural, por exemplo), passa a falar pela maioria (Prates, *apud* Machado *et alli*, 1987).

Partindo de uma visão mais otimista, Guedes Pinto, 1981, argumenta que a prática do planejamento participativo, mesmo que induzido pelo poder público,

levaria a mudanças na percepção da população, a qual passaria a propor ações de transformação a partir de suas necessidades e possibilidades, ficando então o controle ideológico diminuído em sua importância. Desta forma, o autor entende a participação como um processo de desenvolvimento social no qual as decisões políticas levariam a uma transformação da conduta institucional.

Complementando, de acordo com Baquero (2003) baseado em diversos estudos, a reversão desse processo negativo, com a conseqüente solução para os graves problemas econômicos, políticos e sociais de um sistema político, não reside na mera existência de instituições, mas antes passa também pelo fortalecimento das redes de solidariedade entre os cidadãos e na existência de movimentos sociais democráticos e mecanismos institucionalizados que sejam aplicados para tornar a democracia participativa viável. A construção do “capital social” deve ser analisada dentro de uma compreensão da evolução histórica e das condições materiais do país, além de considerar-se como um processo de interações sociais que levam a resultados construtivos. Não depende, portanto, de um único fator e também não é uma relação linear.

Um dos caminhos apontados para o aperfeiçoamento e consolidação da prática democrática através de um processo de socialização, seria o fomento de hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público, para os quais as associações livres seriam um caminho promissor. Ao fazer parte de associações, as pessoas desenvolvem interações entre si, aumentando a possibilidade do desenvolvimento de confiança recíproca entre elas, levando à solidificação de um civismo público e, conseqüentemente, fortalecendo a democracia. Discorrendo sobre o assunto, Baquero (2003, www.scielo.br) afirma sobre as associações:

“Outrossim, tem também um efeito educacional porque os participantes adquirem habilidades e competências que são importantes para a democracia: por exemplo, conhecimento sobre temáticas específicas ou como as instituições públicas funcionam, como administrar a organização, como discutir assuntos de “maneira civilizada”... dessa forma, as associações podem constituir-se em escolas de democracia”.

Entretanto, é necessário analisar se a participação em grupos e associações está contribuindo para o processo de construção de uma sociedade em que a cooperação para todo e qualquer propósito – não somente dentro dos grupos – seja facilitada.

Assim, ainda discorrendo sobre o planejamento participativo induzido pelo Estado, Ammann (1980) aponta para o erro de seu caráter associativista como única forma de promover a participação, restringindo-se ao local e aos problemas imediatos e concretos do grupo, sem ampliar o debate para o plano da estrutura econômica, social e política.

Dessa forma, uma vez que seus membros centram-se em questões específicas, estas associações não estariam capacitadas a provocar redes associativas mais abrangentes. Para a autora, uma associação é apenas um meio, e não o fim, para se elevar o poder decisório de grupos frente à sociedade como um todo.

Assim, não se deve incorrer no erro de acreditar que um processo associativo seja necessariamente positivo, ao contrário, dependendo da forma como for induzido e administrado, poderá gerar mais danos do que benefícios, levando mesmo a desestruturar o grupo, principalmente quando não é considerada a falta de experiência da comunidade ou suas condições sócio-econômicas.

Como exemplo, Carvalho (1994) aponta para os casos em que populações pobres do meio rural são instigadas a participarem das reuniões das associações para decidirem sobre os projetos de governo a serem implementados na sua comunidade. Conforme esse autor, devido à extrema pobreza, estas pessoas têm sua sobrevivência muitas vezes condicionada à sua capacidade de receber benefícios das políticas governamentais.

Portanto, a participação neste caso contribui para reforçar um tipo de organização que alimenta uma "participação subalterna", na medida em que estimula o desenvolvimento de um associativismo burocrático, reduzindo a organização popular à condição de ter acesso aos benefícios governamentais.

Uma saída para tentarmos fugir do dualismo “transformação das relações de poder na sociedade x movimento de cooptação e legitimação do Estado” pode

se dar através do relato de estudos de experiências práticas do planejamento participativo, analisando suas conquistas e limitações.

No Brasil, verificamos que as primeiras experiências de planejamento participativo voltado para o desenvolvimento rural comunitário, ocorreram com a criação em Minas Gerais da Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR, em 1948, patrocinada por uma organização norte americana (American International Association for Economic and Social Development), cujo principal objetivo era melhorar as condições econômicas e sociais da população rural através de crédito e assistência técnica. De acordo com Nicholls (*apud* Beskow, 1999), surgida inicialmente para atender os pequenos produtores de baixa renda, rapidamente teve sua função desvirtuada, passando a servir como rede de assistência técnica aos grandes fazendeiros, buscando transferir tecnologias para aumento da produção e esquecendo do bem-estar social, seu objetivo básico.

Outras experiências citadas por Machado *et al* (1987), ocorridas entre as décadas de 50 e 60 e patrocinadas pelo poder público, são as Campanhas de Educação Rural - CNER, o Serviço Social Rural, cuja finalidade era promover a organização de comunidades rurais e o Movimento de Educação de Base – MEB, surgido do trabalho da Igreja de Natal (RN) e posteriormente encampado pelo Estado, o qual tinha como principal objetivo a organização com ênfase na sindicalização.

Entre os anos de 1964-1985, período em que durou a ditadura militar no Brasil, uma característica do modo de atuar do Estado brasileiro foi, por estar apoiado numa situação de controle total político-administrativa do Executivo, interferir em todos os campos econômicos e sociais, sempre de forma centralizada e autoritária. Contudo, isto não significa que durante este mesmo período não tenham surgido organizações, como associações, comunidades eclesiais, sindicatos, entre outros, as quais pleiteavam uma maior participação na vida política do país.

As propostas de participação popular são então incluídas no discurso dos diversos planos nacionais de desenvolvimento (PND), mas sempre com um cunho de “integração social”, com a clara função de aplacar as resistências surgidas e tentar ofuscar uma política que primava pela acumulação capitalista e pelo desenvolvimento apenas quantitativo.

Assim ocorreu com a criação em 1965 da DAC, Divisão de Ação Comunitária, organismo subordinado à Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, cuja função era ocupar o espaço das organizações classistas e movimentos sociais, como as ligas camponesas, as quais foram desmanteladas pelo regime autoritário. Embora no discurso a DAC tenha sido criada para atender às demandas da comunidade, na prática, segundo Machado *et alli* (1987), seu real papel seria o de servir como forma de pressionar a aceitação de inovações tecnológicas por parte dos agricultores, buscando o crescimento agrícola e treinamento de mão-de-obra para financiar e sustentar o processo industrial.

É somente a partir do final da década de 70 que a discussão sobre a participação e sua incorporação nos programas governamentais passa a tomar corpo, quando então os sintomas de uma crise financeira trazem o questionamento do modelo de desenvolvimento adotado. Ao mesmo tempo, diversos organismos internacionais, como o Banco Mundial, BID, entre outros, após análises que mostravam os péssimos indicadores sociais, as distorções nos programas de atendimentos aos produtores e a concentração fundiária, passam a condicionar a liberação de recursos à incorporação da participação como requisito básico em planos e projetos.

Paralelamente, crescia a pressão popular por maior espaço nas decisões nacionais através de canais como a Igreja, sindicatos e partidos políticos, merecendo destaque as greves dos metalúrgicos do ABC paulista no final dos anos 70 e as primeiras marchas de trabalhadores sem terra na região Sul, organizadas pela Igreja no início dos anos 80 e de onde surgiria, pouco tempo depois, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Com a redemocratização, cujos primeiros sinais aparecem já em 1983 com o movimento por eleições diretas, a participação deixa de ser um ícone da contestação em relação a uma situação política, para se tornar ponto comum em qualquer tomada de decisão, em todas as esferas, principalmente no que se refere às ações de planejamento. Segundo Cruz (1999), rapidamente surge um “*verdadeiro furor participacionista*” no Brasil, sendo, obviamente, rapidamente absorvido pelo poder público, o qual, através de secretarias e outros órgãos irá apoiar e promover este princípio, nem sempre de forma positiva.

É importante notar também que os anos 80 trazem a ascensão das organizações não governamentais como elemento importante para a promoção do desenvolvimento rural, sendo consideradas mais eficientes que as organizações estatais pela maior proximidade com as comunidades, o que proporcionaria uma participação mais efetiva. Ao mesmo tempo, o caráter “modernizador” do modelo de desenvolvimento adotado mundialmente estava sendo fortemente questionado, havendo grande pressão por parte da sociedade civil organizada em prol de uma maior “sustentabilidade”⁵, contemplando as variáveis sociais, ambientais e culturais que influem sobre o processo de desenvolvimento.

3. Sustentabilidade e desenvolvimento rural participativo em áreas de Reforma Agrária

No período recente vem ocorrendo uma crescente convergência das ferramentas de planejamento participativo com o ideal do desenvolvimento sustentável. Este ideal, originalmente mais associado à necessidade de respeitar a finitude dos recursos naturais, está incorporando cada vez mais a dimensão da participação social, pois o efetivo engajamento da população no planejamento não é apenas o meio mais eficaz para dar alicerce ao processo de desenvolvimento sustentável, mas representa a própria razão de ser desse processo, entendendo a sustentabilidade como próxima ao conceito de desenvolvimento humano.

Discorrendo sobre o desenvolvimento sustentável, denominado por ele de ecodesenvolvimento, Sachs (2000, p. 75) afirma que a melhoria do nível de vida das populações deve passar por um “*processo participativo de identificação das necessidades, dos recursos potenciais e das maneiras de aproveitamento da biodiversidade*”, sendo obrigatório o envolvimento de diversos atores sociais

⁵ Oficialmente, o termo surge em 1987 com a publicação do *Relatório Brundtland* pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, segundo o qual o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades de uma geração presente, sem prejudicar as futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades, realçando o entrelaçamento da economia, tecnologia, política e sociedade em sua base. A partir de então, inserem-se as variáveis ambientais e sociais que, juntamente com a econômica, se tornarão peças obrigatórias em qualquer projeto de desenvolvimento, originando um grande número de visões e conceitos do “sustentável”, mas sempre baseados no tripé econômico-social-ambiental (Brusek, 2001).

(população local, autoridades, associações civis, agentes públicos e privados, entre outros), gerando o que ele define como uma “*gestão negociada e contratual dos recursos*”.

Uma vez que o setor agrícola é um dos mais atingidos pelos efeitos do modelo desenvolvimentista, no seu pretendido controle sobre a natureza, o mesmo vem sofrendo impactos ambientais e também sociais, principalmente nos países do terceiro mundo, verificando que qualquer discussão que se faça sobre desenvolvimento sustentável passa antes pela discussão de uma “agricultura sustentável”.

Surgiram então, uma série de trabalhos e projetos defendendo alternativas que levem a uma agricultura mais sustentável que, no geral, defendem também a participação democrática, a equidade e inclusão social, o equilíbrio entre o saber popular e científico, a autonomia e a gestão participativa das comunidades, buscando gerar soluções locais ecologicamente viáveis.

Dentro deste contexto, principalmente no Brasil, há um resgate da agricultura familiar, a qual é vista como um meio de se caminhar em direção à sustentabilidade, não só da agricultura, mas da sociedade como um todo, através da conservação e renovação dos recursos naturais, manutenção da paisagem, garantia da segurança alimentar, aumento da oferta de empregos e uma melhor distribuição de renda e distribuição espacial da população. Idéias que se associam ao conceito da “multifuncionalidade”.

A reforma agrária é defendida por vários autores como parte do fortalecimento da agricultura familiar, como instrumento para a construção de um modelo de desenvolvimento rural que promova o crescimento econômico com inclusão social e respeito aos condicionantes ambientais. Assim, além de seu caráter de política social compensatória, de atendimento a uma “dívida social” ou à pressão da sociedade civil organizada, vários autores vêem a Reforma Agrária como uma oportunidade de construir um modelo de desenvolvimento mais próximo aos ideais da sustentabilidade.

Todavia, o processo de Reforma Agrária tem sido caracterizado no Brasil pela quase total ausência de planejamento. Isto pode ser explicado, pelo menos em parte, porque este processo foi o resultado da pressão dos movimentos sociais e da opinião pública, que levou o governo federal a disponibilizar recursos para programas de reforma agrária, mesmo que de forma inconstante e

insuficiente. Desde o fracasso do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), que pretendia demarcar áreas prioritárias para a Reforma Agrária, as desapropriações foram orientadas pela gravidade e/ou a visibilidade dos conflitos, de modo não planejado (MEDEIROS, 2003).

No entanto, principalmente a partir da segunda metade dos anos 90, alguns instrumentos foram mobilizados para promover uma melhor organização e desenvolvimento dos assentamentos rurais. O Projeto Lumiar em 1996 constitui um exemplo de diretrizes específicas para o planejamento das áreas de Reforma Agrária, nesse período.

Entretanto, problemas operacionais, como escassez e inconstância na disponibilização de recursos por parte do INCRA e, principalmente, a distância entre o discurso e a prática da proposta participativa, levaram à suspensão do projeto. Em um artigo sobre o Projeto Lumiar em Pernambuco, Callou *et al* (1999) relata como as instituições públicas brasileiras, no caso o INCRA, tiveram dificuldades para o trabalho em parceria com organizações populares, o que contribuiu para o fim do Lumiar.

Desta experiência pode-se concluir que tanto as instituições públicas como as organizações populares não tinham prática de co-gestão e não houve o tempo necessário, e muito provavelmente também não houve a vontade política necessária, para superar os obstáculos que surgiram neste modelo compartilhado de gestão.

Com a extinção do Projeto Lumiar, o planejamento participativo em áreas de reforma agrária volta à pauta com o lançamento do programa intitulado “O Novo Mundo Rural” em 1998, agora em uma visão claramente liberal, propondo dar condições aos assentados para que estes “*desenvolvam atividades produtivas em níveis de competitividade, dentro da realidade e das perspectivas do negócio rural num mundo globalizado*” (BRASIL, 1999, p.06). Dentro deste contexto, a questão do desenvolvimento sustentável torna-se peça chave, sendo transferidas para empresas e organizações não-governamentais as atividades e ações para sua implementação nos assentamentos. Para tanto, as áreas de assentamento criadas a partir de 1998 passaram a contar com crédito específico para contratação de entidades interessadas na elaboração dos PDSA's. A partir de então, o “Roteiro Básico” para a elaboração dos planos, criado à época do Lumiar pelo INCRA, passa a ser o “Roteiro Mínimo Comum”, sendo revisado e ampliado

e passando a conter também, os indicadores para monitoramento e implementação dos planos.

Os princípios básicos que regem o “Roteiro Mínimo”⁶ são calcados na premissa de que o processo de desenvolvimento deve partir de uma visão local, com forte participação dos beneficiários, no caso os assentados, o poder público e das diversas organizações atuantes na região em foco. Resumidamente, os princípios básicos são: sustentabilidade, planejamento participativo, eficiência econômica, divisão de responsabilidades, integração rural-urbana e regional, integração com os municípios e preservação ambiental (ADIB,1998).

A partir das premissas básicas, o roteiro sugere que o plano, por uma questão didática, seja dividido em duas partes: diagnóstico e programação.

No diagnóstico, o qual deve ser obrigatoriamente participativo, deve-se buscar uma visão crítica por parte dos assentados de sua realidade, coletando informações e analisando as causas e efeitos dos problemas levantados.

Já na fase de programação, é sugerido que, a partir dos dados levantados no diagnóstico, os próprios assentados, com orientação dos técnicos, identifiquem as ações e atividades adequadas, dividindo-as em programas temáticos, os quais devem contemplar o futuro desejado, identificando os principais resultados esperados.

No caso específico do estado da Bahia, ao contrário do que previa o programa, com exceção do primeiro ano de vigência dos recursos específicos para elaboração do PDSA em 1999, quando então os assentados tiveram oportunidade de opinar na contratação das entidades elaboradoras, estas foram contratadas diretamente pelo INCRA através de convênios. Desta forma, ocorreu que os técnicos responsáveis pelos trabalhos, na sua maioria, não tinham ou não tem um histórico de convívio com as comunidades.

Além disso, de acordo com a Norma de Execução INCRA nº 2 de 28/03/2001 (BRASIL, 2001), a empresa ou entidade contratada para elaboração do PDSA teria que fazê-lo em um prazo máximo de três meses a partir da

⁶ O Roteiro Mínimo foi produzido pelo IICA – Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola, através de um acordo de cooperação técnica com o INCRA. Inicialmente elaborado como uma “*proposta*” para a apresentação do PDSA e para a definição de indicadores de monitoramento da implantação do mesmo por parte das equipes elaboradoras e comunidades, o Roteiro acabou se transformando obrigatório (N.A.).

assinatura do contrato, sendo a mesma a responsável pela capacitação dos assentados visando a preparação para o processo participativo.

4. Materiais e métodos

A escolha do PDSA do Assentamento Dandara dos Palmares como matéria de análise ocorreu por ter este Plano se destacado no conjunto dos realizados na Bahia uma vez que sua elaboração seguiu, efetivamente, as diretrizes participativas. A responsabilidade pelo processo de construção ficou por conta de uma ONG, o SASOP (Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais), que já tinha experiência de trabalho nas comunidades rurais da região e no emprego de métodos participativos de desenvolvimento rural. Além disso, a entidade foi escolhida pelos próprios assentados para a elaboração do Plano, o que revela a confiança destes na mesma, fator considerado muito relevante para o efetivo andamento dos trabalhos.

Assim, ainda que possa ter ocorrido algum problema operacional, pretende-se tomar este exemplo como estudo de caso por estar mais próximo do idealizado nas diretrizes metodológicas da proposta. Esta escolha permite concentrar nossa análise na adequação da própria ferramenta de planejamento à realidade estudada e não nas falhas da sua implementação.

Neste caso não ocorreram alguns desvios que se observam em outros Planos, como o fato de algumas entidades que os elaboraram não terem sido escolhidas pela comunidade e, muitas vezes, nem mesmo terem tido qualquer contato anterior nem posterior à sua elaboração com as mesmas. Em outros casos, dada a pressão por cumprir metas algumas entidades formularam um número elevado de planos, sem o tempo necessário para aplicar efetivamente metodologias participativas.

Por último, em alguns assentamentos se observa uma forte evasão, o que leva à freqüente substituição de famílias, pelo que muitos agricultores atualmente assentados não participaram na elaboração dos planos. Nenhum destes problemas ocorreu no Assentamento Dandara dos Palmares.

O trabalho foi realizado em abril de 2004, a partir de entrevistas. Para se garantir a representatividade, foi definida uma amostra de 20 famílias assentadas, o que significa 30,77% do total. As famílias foram escolhidas aleatoriamente por

sorteio, a partir da lista de beneficiários fornecida pelo INCRA, sendo as entrevistas realizadas nas residências dos trabalhadores.

Para o levantamento das informações necessárias foi elaborado um roteiro semi-estruturado no qual se buscou investigar pontos que pudessem esclarecer o impacto do PDSA no cotidiano das famílias assentadas. As questões contempladas no roteiro das entrevistas com as famílias foram divididas em sete blocos principais:

- **Histórico do Assentado:** algumas informações das famílias assentadas sobre o período anterior ao PA Dandara, como local e condição de moradia e atividade principal, além da percepção subjetiva sobre a melhora na condição de vida foi o foco deste bloco de perguntas.

- **Estrutura familiar e Indicadores Sociais do Beneficiário:** neste bloco, levantou-se dados referentes à composição familiar, educação, tipo e local de moradia e saneamento básico.

- **Associativismo e Participação:** Investigar a participação dos assentados em grupos e manifestações coletivas, dentro e fora do PA, foram os objetivos das questões.

- **Meio Ambiente:** o grau de consciência ambiental, bem como o de capacitação sobre o tema foram investigados nesta parte da entrevista.

- **Conhecimento sobre o PDSA e Planejamento Participativo:** este item, o qual serve de base para o presente artigo, pretendeu subsidiar uma análise, a partir das impressões do próprio assentado, da sua participação na elaboração do PDSA e no grau de conhecimento sobre o plano e do projeto de assentamento. Neste ponto, como forma de complementar o roteiro de entrevista, foram feitos questionamentos a partir dos mapas de capacidade de uso do solo e o de uso planejado do assentamento, os quais eram mostrados aos assentados durante a entrevista.

- **Produção/Comercialização/Formação da Renda:** nesta parte da entrevista, foram coletados dados sobre a produção; culturas e criações; quais produtos são comercializados e/ou consumidos; identificação de canais de comercialização e fontes de renda, agrícolas e não agrícolas.

- **Créditos Recebidos e Assistência Técnica:** os créditos recebidos pelos assentados, suas aplicações e informações sucintas sobre assistência técnica foram percebidos nesta parte da entrevista.

Com relação às informações sobre as benfeitorias de uso coletivo, o acesso a serviços e parcerias com instituições governamentais ou não, foi utilizado um segundo roteiro de entrevista, o qual foi aplicado de forma coletiva, em uma reunião que incluiu membros da diretoria da associação local e demais assentados. Além disso, foram realizadas entrevistas com técnicos que participaram na elaboração dos PDSA's.

Os dados obtidos foram tabulados e analisados através do programa SPSS – *Statistical Package for the Social Science*, especialmente desenvolvido para utilização na área das ciências sociais.

5. O Projeto de Assentamento Dandara dos Palmares e a Região em que está inserido

O Assentamento Dandara dos Palmares está situado no município de Camamu, a cerca de 24Km da sede, na região do Baixo Sul, parte norte da região cacauzeira. Considerando-se os recursos naturais, trata-se de uma das áreas mais bem dotadas do estado da Bahia, caracterizando-se como uma região tropical úmida, com temperaturas médias anuais entre 22° e 25° C e pluviosidade média de 2.583 mm em regime de chuvas abundantes, distribuídas durante o ano.

A vegetação típica da região é a Mata Higrófila Sul Baiana, Floresta Perenifólia conhecida como Mata Atlântica, e seus biomas associados – os manguezais e restingas. Vegetação esta que, embora esteja hoje bastante alterada pelas atividades pecuarista e extrativista, apresenta ilhas de vegetação remanescente, sendo uma das preocupações mundiais devido à sua imensa biodiversidade. Apresenta árvores de grande porte concentrando grande volume e variedade de madeiras de valor e importância econômicas.

A área do assentamento é bem servida de recursos hídricos, apresentando numerosas nascentes, córregos e o Rio Orojó, que corta a fazenda. Possui uma área considerável de mata, tendo sido citadas pelas famílias 46 espécies arbóreas que apresentam algum tipo de utilidade (madeira, para a extração de lenha, frutas, uso medicinal e espécies melíferas, entre outras).

Contudo, uma área considerável do assentamento apresenta declividade acentuada e parte dos solos tem fortes restrições para a agricultura intensiva.

A história do PA Dandara dos Palmares começa oficialmente em 21 de dezembro de 1998, data em que é criado pelo INCRA. Entretanto, a luta dos trabalhadores que hoje nele vivem começou muito antes, em consequência da grave crise que se abateu na região cacauceira a partir de 1987, com a chegada da doença conhecida como vassoura-de-bruxa e a acentuada queda internacional dos preços do cacau, em função dos níveis elevados dos excedentes mundiais do produto, agravada ainda pelas irregularidades climáticas verificadas desde 1987/88.

No âmbito social, a diminuição da produção da lavoura cacauceira provocou um forte êxodo rural, forçando o deslocamento de grande parte da população para os centros urbanos mais desenvolvidos, criando um contingente periférico de marginalizados dentro de um quadro de condições precárias de vida para a maioria das famílias.

Esta situação de miséria, aliada ao fato de existirem diversas propriedades agrícolas praticamente abandonadas devido ao ataque do fungo que provoca a vassoura-de-bruxa (*Crinipellis pernicioso*) na lavoura cacauceira, abriu um espaço favorável à Reforma Agrária, forçando uma maior atuação do setor público que, pressionado pelos movimentos sociais organizados, desapropriou um significativo número de fazendas, chegando a conformar vários assentamentos de Reforma Agrária na região.

No caso do Projeto Dandara dos Palmares, de acordo com os próprios assentados, com o apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Camamu e Igrapiúna, um grupo de 31 famílias ocupou o imóvel à época denominado de Fazenda Conjunto Cepel, propriedade da empresa CEPEL Agropecuária Ltda⁷, no final de dezembro de 1997. Esta ocupação foi mantida até março de 1998, quando então foi emitida a reintegração de posse através de liminar judicial, forçando os trabalhadores, já em número de 80 famílias, a se deslocarem e acamparem no Assentamento Zumbi dos Palmares, vizinho à área pretendida.

⁷ A Fazenda Conjunto Cepel na sua época de esplendor chegou a ter 420 trabalhadores assalariados, segundo relato de alguns assentados.

Em março de 1998, tiveram início os trabalhos de vistoria e avaliação do imóvel pelo INCRA e em agosto do mesmo ano a área foi decretada improdutiva e de interesse para a reforma agrária, sendo finalmente desapropriada.

A área total do imóvel, de acordo com o levantamento topográfico da instituição elaboradora do PDSA, é de 1.290,90 ha onde vivem atualmente 65 famílias assentadas. Na época da desapropriação existia uma área significativa de cacau, embora bastante falhada pelo abandono das práticas de manejo. Havia ainda uma área de pastagem e grande área de reserva florestal. Na sede já existiam instalações habitacionais, barcaças para o beneficiamento do cacau, escritório e galpão, embora muitas destas instalações estivessem em precário estado de conservação.

A renda das famílias, quantificada na época de elaboração do PDSA (no ano 2000), era baixa, inferior a R\$ 150,00 para a maioria delas. Para garantir sua sobrevivência, muitos agricultores, além do autoconsumo e da venda de produtos agrícolas, recorriam, às vezes, ao trabalho como diaristas em outras propriedades da região, além das aposentadorias que representavam um componente importante na composição da renda.

6. O PDSA do PA Dandara dos Palmares

O PA Dandara dos Palmares foi contemplado com recursos para a elaboração do PDSA e serviços topográficos em 1999 num total de R\$ 32.500,00, sendo o SASOP – Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais, a instituição escolhida pelos assentados para desenvolver os trabalhos, os quais se iniciaram em princípio de 2000.

De acordo com o SASOP, a primeira etapa de elaboração do plano foi o de esclarecer as famílias sobre as fases que contêm o mesmo, ou seja, diagnóstico e planejamento, procurando facilitar a compreensão das mesmas.

Em seguida, foi feito, além do levantamento de dados secundários, diagnóstico para o qual foram utilizadas diversas ferramentas do Diagnóstico Rápido Participativo *“que são aplicadas em grupo e tem um forte componente visual, permitindo e estimulando a participação de todos na construção e discussão dos diversos diagramas”* (SASOP, 2001, p. 01). Entre as ferramentas utilizadas destacam-se as Rotinas Diárias, a Caminhada Transversal, o Diagrama

de Venn, a Linha do Tempo ou da Vida, os Calendários Sazonais e a construção de Mapas Participativos pelos próprios assentados. Em vários casos se procedeu à separação por gênero e/ou por geração na aplicação destas técnicas, o que permitiu que a heterogeneidade fosse percebida e analisada durante o diagnóstico. Os dados coletados nesta etapa foram complementados pelo levantamento topográfico e pelo estudo de solos.

A partir dos dados do diagnóstico, o planejamento participativo teve seqüência sendo os temas abordados em grupos de diversas composições, permitindo assim, de acordo com o SASOP, a construção do futuro desejado e os possíveis caminhos para atingi-lo.

De acordo com o INCRA, a primeira versão do PDSA do PA Dandara dos Palmares foi apresentada em 2002, contendo as informações do diagnóstico e futuro desejado. Entretanto, devido a vários problemas de adequação às normas exigidas, a versão completa, inclusive com as peças técnicas dos trabalhos de levantamento topográfico, somente foram entregues em 2003. Cabe ressaltar que como o SASOP não contava com a equipe técnica necessária para atender a todas as exigências do Roteiro Mínimo do Plano, várias tarefas foram terceirizadas para outras entidades, especificamente o levantamento topográfico, de solos e os estudos de mercado.

7. Resultados e Discussão

Sob o ponto de vista de fixação do trabalhador ao campo, o PA Dandara dos Palmares vem cumprindo seu papel com êxito. Atualmente, todos os 65 lotes estão sendo trabalhados e, das 20 famílias entrevistadas, 18, ou seja, 90% estão na área desde a sua criação, e apenas uma não reside no local, o que comprova um baixo índice de abandono ou desistência no projeto. Estes dados são confirmados pelo INCRA, o qual aponta que 83% das 65 famílias foram assentadas logo no início da existência do PA, entre os anos de 1999 e 2000.

A principal lavoura desenvolvida continua sendo o cacau, o qual absorve a maior parte da mão-de-obra disponível, vindo a seguir a cultura da mandioca e do feijão, os quais servem tanto para o auto-consumo, quanto para a geração de renda, principalmente pela fabricação da farinha no caso da mandioca. É interessante notar, porém, que foi identificado um altíssimo grau de diversificação,

uma vez que os agricultores, desde o início do assentamento, vêm inserindo outras culturas nas falhas das áreas anteriormente ocupadas pelo cacau. Assim, encontramos alguns lotes onde havia mais de vinte diferentes espécies exploráveis, tanto para consumo da família quanto para comercialização, com destaque para a banana, o abacaxi, o cravo-da-índia, a jaca, o café, a pimenta, entre diversas outras, caracterizando um verdadeiro sistema agroflorestal.

Ao serem questionados sobre a qualidade de vida no assentamento, subjetivamente, 50% dos entrevistados disseram que a vida melhorou muito depois que passaram a viver na área, sendo que os 50% restantes disseram que melhorou mais ou menos, demonstrando uma visão positiva e otimista quando comparado ao modo de vida anterior.

Os dados sobre as condições de existência antecedentes ao PA ajudam a esclarecer o otimismo. Apesar de 75% dos entrevistados afirmarem que viviam em residência própria, na verdade, 40% deles as dividiam com outros membros da família, principalmente pais e irmãos. Assim, ao somarmos as respostas que indicavam outro tipo de moradia (favor, empréstimo, entre outros), verificamos que 55% dos agricultores não possuíam moradia própria. Além disso, 75% das casas eram de barro e 45% delas eram cobertas com telhas de amianto ou palha.

Somado a isto, 50% declararam-se como proprietários rurais, porém, em 70% dos casos, era necessário complementar a renda agrícola com outras atividades, sobretudo pela venda da força de trabalho como diarista, devido, à pequena área das propriedades. Assim, o perfil predominante nos assentados do PA Dandara é de trabalhadores rurais sem terra, moradores da zona rural, tendo sido identificados apenas dois casos de assentados que anteriormente trabalhavam como autônomos na área urbana.

Atualmente, as famílias moram em casas de alvenaria de tijolo, cobertas com telhas cerâmicas, sendo que, a partir do projeto básico prevendo 05 cômodos, inclusive banheiro, algumas famílias ampliaram por conta própria o número de dependências, o qual chega a ser 07. Além disso, a necessidade de trabalhar fora se reduziu a alguns membros da família, geralmente filhos, de forma esporádica, sendo quase toda a força de trabalho despendida no lote.

Os principais problemas identificados pelos assentados referem-se à falta de infra-estrutura e carência de serviços. Dentre eles, os mais críticos são o péssimo estado das estradas de acesso e o suprimento de água de boa

qualidade, uma vez que não há sistema de distribuição, sendo suas fontes os rios e riachos que cortam a propriedade. Entre os entrevistados, 18 famílias utilizam a água do rio para beber. Como complicador, embora as casas possuam banheiro, apenas 30% das famílias entrevistadas os utilizam, os outros 70%, alegando a falta de água encanada, têm como destino dos dejetos humanos o mato, sem nenhum tipo de esgotamento, o que torna alto o risco de contaminação das fontes.

Em relação à educação, embora o índice de analfabetismo ainda seja considerado alto, atingindo cerca de 28% da população com 18 anos ou acima, observou-se que mais de 97% das crianças e jovens entre 7 e 15 anos está estudando, o que permite vislumbrar uma melhoria sensível no nível educacional da população assentada. O ensino é fornecido em uma escola adaptada, em condições precárias, em antiga instalação da fazenda, onde as crianças estudam até a quarta série primária. A partir desse nível, é necessário se deslocar até a sede do município de Camamu para dar continuidade aos estudos, o que, devido às péssimas condições das estradas, pode levar cerca de 1,5 h. O transporte escolar é fornecido pela Prefeitura em veículo não apropriado, uma velha caminhonete com cobertura improvisada de madeira, na qual chegam a se amontoar cerca de 30 pessoas, entre alunos, professores e, freqüentemente, moradores do local que solicitam carona.

A quase totalidade dos entrevistados afirmou receber algum tipo de assistência técnica, principalmente da CEPLAC (15 famílias) e um grupo de três famílias que recebe assistência técnica da CEPLAC e do SASOP, sendo que esta entidade está realizando um trabalho com um grupo de agricultores que decidiu aderir às propostas da agroecologia.

Em relação ao crédito, além dos recursos para instalação e habitação, os agricultores receberam recursos do PRONAF A, utilizados para a recuperação do cacau, e um crédito individual em janeiro de 2004, proveniente do programa Fome Zero, o qual contemplou 17 das 20 famílias entrevistadas, sendo este aplicado na totalidade dos casos para o cultivo da mandioca.

Ao serem questionados sobre as manifestações coletivas existentes no PA, os entrevistados relacionaram a participação nos seguintes grupos: associação de assentados, mutirão de ajuda mútua ou troca de dias de trabalho,

grupo de mulheres, time de futebol, reuniões e cultos católicos e evangélicos, além de um Conselho Escolar.

Embora no PDSA conste a existência de grupos de trabalho coletivo, os quais eram responsáveis por cuidar de lotes comunitários de cacau, foi verificado que estes foram extintos por iniciativa dos próprios assentados. A alegação, segundo levantado durante a pesquisa, foi a incapacidade de se manterem organizados de forma a envolver toda a comunidade com os trabalhos. Por isso, o que antes eram roças comunitárias, hoje foram distribuídas entre os lotes individuais. Da mesma forma, em decisão mais recente, a área destinada para pastagem, até então coletiva, está sendo dividida entre as famílias para ampliação das roças de mandioca.

Já o grupo de mulheres, organizado primeiramente por uma líder da Pastoral da Criança moradora do local, é responsável por uma área de 4,0 ha onde são cultivados cereais e frutíferas, além da mandioca. Iniciado com a participação de 20 mulheres, hoje o grupo conta com apenas 7 pessoas trabalhando ativamente. De acordo com o informado, a principal causa da pouca adesão do setor feminino ao projeto – das famílias entrevistadas, apenas em 15% há participação no grupo - é a grande quantidade de afazeres domésticos e a distância entre a agrovila e o local destinado aos cultivos.

Deste modo, dos grupos citados acima, é a associação de assentados que atrai o maior número de participantes, sendo que 100% dos entrevistados declararam tomar parte com regularidade nas assembléias. Contudo, este é um espaço reservado aos titulares, geralmente homens, pois somente 55% dos companheiros ou cônjuges, e nenhum outro membro das famílias, disseram freqüentar as reuniões.

É interessante notar que, ao serem perguntados sobre a importância da participação nas assembléias, 80% dos entrevistados alegaram ser importante ou muito importante. Porém, somente 15% deles afirmaram tomar parte das discussões, sendo que 40% preferem somente ouvir, na maioria das vezes apenas se manifestando nas votações. Este fato pode indicar uma certa passividade e dependência por parte das famílias, que estariam acostumadas a ter alguém tomando as decisões por elas.

Entretanto, para entender melhor o alto índice de presença nas assembléias, mas com baixa participação ativa, é necessário decifrar a

significação que estas adquirem do ponto de vista dos pequenos agricultores e as expectativas que manifestam a seu respeito. Ora, para ser assentado no PA Dandara dos Palmares, como de fato ocorre em quase todos os outros assentamentos, é imperativo ser associado, como também é através da associação que os créditos da Reforma Agrária são disponibilizados pelo INCRA. Desta forma, fica evidente que, para os agricultores, a Associação é antes de tudo uma obrigação, inclusive para obtenção de recursos, ficando para um segundo plano o viés de ser ela uma entidade de prestação de serviços de promoção humana e social aos moradores locais, um canal para a manifestação de seus problemas e anseios, caracterizando uma “*participação subalterna*”, como conceitua Carvalho (1994).

Obviamente, esta dinâmica irá interferir decisivamente no modo de interpretar o significado do PDSA pelos assentados, e, certamente, a maneira dos mesmos participarem na sua construção.

Assim, ao analisarmos os dados da pesquisa, verificou-se um alto índice de conhecimento em relação ao PDSA, bem como de participação na sua construção. De fato, 90% dos entrevistados afirmaram saber da existência do plano (tabela 01), sendo que 75% deles afirmaram que colaboraram na sua edificação, principalmente nas reuniões e dinâmicas de grupo (tabela 02). Além disso, 70% das famílias souberam reconhecer o nome da instituição responsável, o SASOP, e 65% lembram dos nomes dos seus principais técnicos (tabela 01). Isto não deixa dúvidas de que os assentados estiveram presentes nas atividades de elaboração do PDSA, mas é somente isso. Para analisarmos a qualidade e de que forma se deu essa participação, é necessário investigar outros números e indicadores.

Com efeito, a primeira referência da qualidade da participação, seria a assimilação do conceito do próprio plano elaborado. O resultado obtido não foi animador, pois, das famílias entrevistadas, embora 70% tenha arriscado uma definição (tabela 01), apenas duas, ou 10% do total, interpretaram o trabalho realizado juntamente com o SASOP como um instrumento de planejamento, uma forma de estabelecer objetivos e os caminhos para atingi-los: “*PDSA é pra planejar o que se faz e o que se precisa*” (assentado do PA Dandara dos Palmares). A maioria, ou 50% do total, apresentou respostas vagas, referindo-se ao PDSA como “*algo para desenvolver o assentamento*” (moradora do PA

Dandara), sendo que outros 10% afirmaram que o plano serviu para a demarcação dos lotes e áreas de preservação.

Tabela 01: Grau de conhecimento em relação ao PDSA e equipe elaboradora (%)

Pergunta	Sim	Não	NA^a
<i>Sabe da existência do PDSA no PA Dandara?</i>	90,0	10,0	-
<i>Poderia definir o que é um PDSA?</i>	70,0	20,0	10,0
<i>Sabe dizer o nome da empresa que ajudou na elaboração do PDSA?</i>	70,0	20,0	10,0
<i>Lembra da equipe que ajudou na elaboração do PDSA?^b</i>	65,0	25,0	10,0

Fonte : Dados de pesquisa, 2004

a) Referente às famílias que não residiam no PA à época da elaboração do PDSA;

b) Neste ponto, os assentados foram instigados a lembrar os nomes dos técnicos que participaram da elaboração do PDSA.

Tabela 02: Forma de participação na elaboração do PDSA (%)

Pergunta	Sim	Não	NA
<i>Participou da elaboração do PDSA?</i>	75,0	15,0	10,0 ^a
Formas de participação^b:			
<i>Reuniões e dinâmicas de grupo</i>	75,0	0,0	25,0
<i>Caminhadas de reconhecimento^c</i>	15,0	60,0	25,0
<i>Trabalhos de campo^d</i>	25,0	50,0	25,0
<i>Outra forma</i>	5,0	70,0	25,0

Fonte : Dados de pesquisa, 2004

a) Referente às famílias que não residiam no PA época da elaboração do PDSA;

b) A forma de participação pode ser múltipla;

c) Técnica utilizada no diagnóstico participativo;

d) Alusivo à ajuda, às vezes remunerada, que alguns assentados prestaram nos trabalhos de topografia e levantamento de solos.

Investigando um pouco mais, descobrimos que 80% dos assentados acredita que o PDSA é muito importante para o Assentamento, o que é bastante relevante. Porém, ao serem instigados a explicar as razões, veio à tona a real percepção que os mesmos fazem do PDSA: a de algo que veio de fora para dentro, um momento de capacitação ou ajuda oferecido por uma entidade externa. Pois vejamos os dados:

- 30% afirmou que o plano é o responsável por uma melhoria na qualidade de vida no assentamento, mas não a relaciona como um esforço da

própria comunidade – *“É pra ajudar as pessoas carentes (o PDSA). Eu e muitos não tínhamos onde morar e hoje estamos aqui trabalhando”* .

- 25% não soube ou não respondeu a este questionamento.
- 20% relaciona sua importância ao fato deste permitir acesso a crédito e infra-estrutura – *“Se realizar o que foi dito, vai melhorar muito a vida. A conversa é só pra trazer coisas boas: estrada, colégio, água tratada, preservação do meio ambiente”* .
- 10% relacionou a importância do PDSA a uma melhor organização produtiva – (o PDSA) *“Desenvolve nossa vida, eles ensina a trabalhar, como crescer”*.
- 5% creditou a importância do plano a sua capacidade de melhorar a consciência ambiental no assentamento - (o PDSA) *“Tem deixado na memória um bom resultado. Fez com que cuidássemos mais da questão ambiental”*.
- 5% declarou que o PDSA tem pouca importância para o PA Dandara dos Palmares, pois não está sendo colocado em prática.
- E, finalmente, 5% alegou que a importância reside no fato de ser necessário planejar para se atingir objetivos - *“Tudo na vida, pra dar certo, tem que ser planejado”*.

Como explica Bunch (1995), é sabido que participação é algo que se aprende, pois demanda uma gama de habilidades muito grande e, portanto, não poderíamos exigir que no primeiro exercício de planejamento participativo, como foi este PDSA, houvesse total assimilação e compreensão dos conceitos e objetivos propostos por parte dos assentados. Entretanto, é de fundamental importância que os agricultores tenham a sensação de que o produto alcançado seja seu, aumentando a chance de se manter o entusiasmo e o compromisso da comunidade na implantação das propostas. Além disso, conforme o próprio roteiro mínimo preconiza entre seus princípios básicos, o planejamento participativo visa, entre outros objetivos, a *“incorporação da visão dos assentados sobre o contexto sócio-econômico em que vivem; trazer o processo de decisão para eles;...; promover uma combinação democrática entre o saber popular e o científico e; criar condições para que os técnicos ajudem os assentados na identificação de suas necessidades concretas e superação de seus problemas”* (Adib, 1998, p.04).

Destarte, ao tomarem parte na elaboração do PDSA, os agricultores do PA Dandara dos Palmares deveriam estar assumindo uma nova visão da realidade do seu meio, suas potencialidades e limitações, dando-lhes condição de assumirem maior responsabilidade e, principalmente, “*poder*” na condução dos problemas que os afligem.

Assim, buscando examinar a qualidade da participação e, ao mesmo tempo, avaliar o grau de conhecimento sobre a realidade do assentamento por parte do assentados foram feitos alguns questionamentos tendo como base os mapas de capacidade de uso do solo e de uso programado⁸, conforme apresentado nas tabelas 03 e 06.

Tabela 03: Conhecimento e forma de participação na elaboração do mapa de capacidade de uso das terras (%)

Pergunta	Sim	Não	Em parte	NA
<i>Soube identificar o mapa de capacidade de uso das terras?</i>	5,0	95,0	-	-
<i>Ajudou a construir o mapa de capacidade de uso das terras?</i>	5,0	-	-	95,0
<i>Forma de participação^a:</i>				
<i>Nas oficinas/reuniões/dinâmicas de grupo.</i>	5,0	-	-	95,0
<i>Sabe dizer o significado das cores e desenhos do mapa de capacidade de uso das terras?</i>	5,0	-	-	95,0
<i>Sabe dizer o tipo predominante de solo no lote?</i>	10,0	90,0	-	-

Fonte : Dados de pesquisa, 2004

a) A forma de participação pode ser múltipla.

Conforme observado em relação ao conhecimento sobre os solos existentes no PA e a capacidade de uso que os mesmos apresentam (tabela 03), fica claro que não houve assimilação por parte dos assentados dos seus

⁸ De acordo com o Termo de Referência para o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento, elaborado pela Divisão Técnica do INCRA- Bahia, o qual orienta as empresas elaboradoras do PDSA no estado, como parte integrante e obrigatória do plano deverão constar os mapas de uso programado, contendo o desenho da divisão dos lotes rurais e urbanos, áreas comunitárias, de reserva legal, de preservação permanente, e obras de infra-estrutura, conforme programação prevista, e capacidade de uso da terra, o qual, a partir do levantamento dos solos, considerando análise da fertilidade, topografia, uso atual e as condições climáticas da região, indica as classes e capacidade de uso das terras (INCRA-BA,2001).

potenciais e limitações. Ao ser mostrado aos agricultores o mapa de capacidade de uso das terras, somente 5,0% das famílias o reconheceram e declararam ter participado na sua construção. Além disso, ao ser perguntado se as famílias poderiam dizer qual o tipo de solo predominante em seus lotes, mesmo que utilizando nomenclatura popular, apenas 10% arriscaram responder.

A análise destes dados se torna importante na medida em que qualquer proposta de exploração da área visando uma utilização racional dos recursos naturais, passa pelo conhecimento das potencialidades e restrições das suas terras. Neste ponto, é ilustrativo avaliarmos as respostas dos agricultores (tabela 04) em confronto com o indicado pelo levantamento técnico (tabela 05).

De acordo com o levantamento constante no plano, 74,52% da área do assentamento é ocupada por solos de classes III e VI, onde se concentram a quase totalidade dos lotes, sendo recomendado seu uso com culturas perenes devido ao alto risco de erosão e à baixa fertilidade. Contudo, 25% dos entrevistados acreditam que seus lotes são bons para o plantio de mandioca e outras culturas anuais (feijão, milho, abóbora, entre outras) e, ainda mais grave, 30% das famílias não observam restrição de uso do solo em suas áreas de exploração individual.

Uma vez que o diagnóstico da área já indicava como limitação da dimensão ambiental a baixa conscientização da população local para os aspectos da conservação dos recursos naturais, inclusive sobre as práticas de conservação do solo (SASOP, 2001), podemos aferir que a contribuição do processo de planejamento participativo para o aumento do conhecimento da realidade local por parte dos assentados, poderia ter sido melhor neste aspecto. Além disso, os dados apresentados deixam a dúvida se as proposições referentes ao sistema produtivo, as quais indicam o cacau, o dendê, o guaraná e o café na sua base, foram aprovadas de maneira totalmente consciente pelos agricultores.

Em relação ao mapa de uso programado, os resultados foram um pouco mais animadores (tabela 06), porém, não o suficiente para se ter a certeza de que os assentados apreenderam seu significado e importância ou mesmo que sabem interpretá-lo. Desta forma, 70% dos entrevistados identificaram o mapa e 60% garantiu que ajudou em sua construção. Entretanto, apenas 20% soube explicar o que significavam as cores e desenhos nele contidos de forma rápida e segura e,

ao se pedir que indicassem a localização do lote no mapa, somente 10% dos agricultores o fez.

Tabela 04: Conhecimento das aptidões e restrições dos solos nos lotes individuais

Pergunta	%
<i>Sabe dizer qual a aptidão do seu lote?</i>	
Sim	100,0
Não	0,0
<i>Tipo de aptidão:</i>	
Bom para tudo o que se planta.	30,0
Bom para mandioca e outras culturas anuais.	25,0
Bom para culturas perenes (cacau, banana, café, entre outras).	40,0
Apenas para preservação permanente.	5,0
<i>Sabe dizer quais são as restrições?</i>	
Sim	60,0
Não	40,0
<i>Tipo de restrição:</i>	
Não serve para mandioca e outros cereais e grãos	30,0
Não serve para algum tipo de cultura perene (cacau, abacate, guaraná, coco, entre outras).	25,0
Problemas de fertilidade	5,0

Fonte: Dados de pesquisa, 2004.

Tabela 05: Capacidade de uso das terras do PA dandara dos Palmares

Sub Classe	Caracterização e Recomendações	Área	
		ha	%
IIs	Terras cultiváveis com problemas simples de conservação e potencialidade para plantio diversificado.	6,0	0,41
IIIes	Subclasse representada por solo com baixa capacidade de retenção de água, aliada a problemas de fertilidade e de erosão. Recomendado para palmáceas e fruticultura.	592	40,77
VIe	Terras que sob pastagem ou, eventualmente, com cultura protetora do solo são medianamente suscetíveis à erosão, com relevo ondulado e forte ondulado e declividade acentuada, proporcionando deflúvio moderado a severo.	490	33,75
VIIes	Terras com limitações graves para outras atividades que não florestas, com riscos de erosão muito severos. Recomenda-se manutenção florestal e implantação de cultivos sob mata raleada.	364	25,07

Fonte: Sandoval et al, 2002.

Tabela 06: Conhecimento e forma de participação na elaboração do mapa de uso programado (%)

Pergunta	Sim	Não	Em parte	NA
<i>Soube identificar o mapa de uso programado?</i>	70,0	30,0	-	-
<i>Ajudou a construir o mapa de uso programado?</i>	60,0	10,0	-	30,0
Forma de participação^a:				
<i>Nas oficinas/reuniões/dinâmicas de grupo</i>	50,0	-	-	-
<i>Caminhadas de reconhecimento^b</i>	10,0	-	-	-
<i>Nos trabalhos de campo^c</i>	5,0	-	-	-
<i>Sabe dizer o significado das cores e desenhos do mapa de uso programado?</i>	20,0	10,0	40,0	30,0
<i>Sabe identificar o lote no mapa de uso programado?</i>	10,0	60,0	-	30,0
<i>Sabe identificar as áreas coletivas no mapa de uso programado?</i>	0,0	70,0	-	30,0

Fonte : Dados de pesquisa, 2004.

a) A forma de participação pode ser múltipla;

b) Técnica utilizada no diagnóstico participativo;

c) Alusivo à ajuda, às vezes remunerada, que alguns assentados prestaram nos trabalhos de topografia e levantamento de solos.

Ora, como o mapa de uso programado é a representação gráfica do futuro desejado, o qual por sua vez é resultado do processo iniciado com o diagnóstico participativo, e como a comunidade esteve presente de maneira significativa no processo de elaboração do plano, conforme indicam os dados, era de se esperar uma maior segurança na sua interpretação, uma vez que estão ali representados seus anseios, perspectivas e soluções para os problemas que os afligem.

Concluindo a investigação, durante a entrevista coletiva foi questionado se as decisões grupais tomadas nas assembléias têm como fundamento o PDSA elaborado. Como resposta, os assentados confessaram que o plano não é utilizado, nem mesmo lido conforme relatou um membro da diretoria da associação, sendo que, a única vez que este havia sido consultado até então, foi para se deliberar sobre a divisão da área de pasto, que era uma área coletiva, para que cada família pudesse ampliar o cultivo da mandioca, porém, o SASOP foi chamado para participar do processo decisório.

8. Considerações finais

Dentro de conceito de “empoderamento”, conforme já citado neste estudo, está a idéia de que este vai além da simples participação em assembleias, reuniões, capacitações e congêneres, pois, como afirma a Rede EICOS (2004, www.eicos.psychology.ufrj.br), “*trata-se de um conceito sistêmico, o qual reconhece que, se há um maior poder na tomada de decisões e controle por parte daqueles que, antes, não detinham qualquer poder, há uma necessária transformação ao longo do sistema*”. Portanto, complementa, “*com a simples participação (que pode ser confundida com aquiescência) essa alteração só pode ser "esperada"; já o empoderamento pressupõe uma participação crítica e ativa que não pode, de forma alguma, ser confundida com a simples "presença" ao longo do processo de decisão*”.

Com relação ao PA Dandara dos Palmares, a noção que nos passa a análise dos dados e informações coletadas é a de que os assentados apenas “*tomaram parte*” das fases de construção do PDSA, não sendo essa uma “*participação ativa e construtiva*”, podendo ser caracterizada mais como uma “*presença*” nas diversas reuniões e dinâmicas de grupo. Este ponto fica claro nas análises que fizemos em relação ao conceito e importância dada ao PDSA pelas famílias, bem como de sua pouca capacidade de interpretar o mapa de uso programado por elas mesmas elaborado.

Os dados e informações coletadas também mostram que o processo de planejamento participativo não promoveu uma tomada de consciência na comunidade envolvida de forma consistente, conforme verificamos ao investigarmos o grau de conhecimento em relação à capacidade de uso das terras do assentamento, ponto chave para a proposição de programas produtivos que garantam o uso racional dos recursos naturais.

Como fator explicativo para os resultados obtidos, não podemos deixar de relacionar os fatores históricos-estruturais da formação da cultura política de nosso país. Destarte, a grande miséria a que as populações rurais são submetidas há séculos, aliados ao clientelismo e patrimonialismo, típicos do Estado brasileiro, devem ser considerados, pois, conforme indica Baqueiro (2003, www.scielo.br), embora a cultura seja dinâmica, sua base é formada por

condicionantes duradouros que, conquanto não devam ser abordados com um determinismo histórico, acabam por refletir “... *em crenças, predisposições, motivações e normas de fazer as coisas de um povo*”.

A pouca efetividade da associação do assentamento e a participação apenas “*burocrática*” nas assembleias, a qual é vista principalmente como meio para a obtenção de créditos e recursos institucionais, principalmente do governo federal, advém deste contexto e muito contribuiu para a visão do PDSA como algo vindo de fora para dentro, como mais um momento de capacitação e/ou oferta de ajuda, e até mesmo apenas como mais uma exigência legal para ter acesso a recursos.

Como complicador, existe a falta de habilidade de nossas instituições públicas em lidar com processos participativos, as quais, quase sempre, tem dificuldade em colocar em prática as orientações teóricas contidas em programas sob este escopo.

No caso do PDSA, fica difícil acreditar que se consiga uma real participação dos assentados no processo quando se observa dois fatores primordiais contidos no Roteiro Mínimo e na forma de operacioná-lo: o tempo disponível para se realizar o trabalho e a carga de obrigações assumidas pela equipe elaboradora.

De acordo com Bunch (1995), a partir de uma série de experiências práticas relatadas no livro “Duas Espigas de Milho”, o processo de construção de um planejamento participativo pode levar meses, e normalmente anos. A partir deste ponto então, é que se terá base para a proposição de programas e projetos que efetivamente estarão de acordo com as necessidades e anseios dos agricultores.

Segundo o autor, a questão principal é a confiança, o respeito e os laços de amizade estabelecidos entre os técnicos e a comunidade, bem como do desenvolvimento por parte dos primeiros de uma percepção clara das particularidades de cada local, o que, em todos os casos, não ocorre de maneira rápida e automática.

Como consequência, caso estes elementos não estejam presentes, muito dificilmente se terá uma real participação, ou então, como já tratado neste texto, tem-se uma participação “subalterna”, principalmente pela imposição das idéias e

anseios de pequenos grupos, ou, pior, dos próprios técnicos, pois não há tempo hábil para o amadurecimento das relações entre os atores envolvidos.

No caso do PDSA reconhecemos como seu principal problema seu caráter pontual, aspecto também destacado em entrevista realizada com a equipe elaboradora do SASOP, pois o planejamento em áreas de Reforma Agrária deveria ser um processo contínuo, dada a complexidade e dinamismo da realidade, sendo preferível, portanto, a utilização de ferramentas flexíveis. Além disso, pode ser observado que o Plano, como documento escrito, parece não ter relevância para os agricultores, pois devido a seu baixo nível de escolaridade estão habituados a uma cultura essencialmente oral, sendo que o que está escrito não é visualizado como registro dos compromissos assumidos pela comunidade e, portanto, pode ser mudado a qualquer momento. Além disso, deve-se considerar que no momento do plano, normalmente realizado no primeiro ano, não há vínculos consolidados na própria comunidade, comprometendo a autenticidade do que está sendo proposto.

Contudo, se observa que, principalmente no caso das lideranças, o processo desencadeado a partir do PDSA favoreceu, pelo menos em alguns casos, a “apropriação” das temáticas, como por exemplo, uma maior preocupação com o meio ambiente e interesse pela agroecologia. Recentemente, um grupo de jovens formado no assentamento apresentou interesse em conhecer as propostas existentes no plano para os jovens. Por se tratar de um grupo com um maior nível de escolaridade, isto poderia estar indicando que o fator nível de escolaridade representa uma restrição severa para a efetiva apropriação do conteúdo do Plano.

Outra dificuldade apontada pela equipe elaboradora, além da clara insuficiência do recurso destinado ao PDSA frente às exigências do Roteiro Mínimo⁹ e do atraso na liberação dos recursos pelo INCRA, que comprometeram a continuidade do trabalho, foi o momento em que se realizou o planejamento, no início da existência do PA, quando os agricultores tinham muitos sonhos e expectativas, mas pouco conhecimento concreto das limitações e características da área. Por isso, naturalmente iriam acontecer mudanças na medida em que o conhecimento e a experiência indicassem novos rumos. Essa experiência está

⁹ Foi alegado que as especificações para os trabalhos de topografia mudaram ao longo do processo, o que trouxe problemas financeiros para a entidade por não ter previsto esses custos.

referida não apenas à relação dos agricultores com a terra e outros recursos naturais, mas também à própria consolidação dos vínculos comunitários.

É destacado hoje por quase todos os analistas, que uma das principais deficiências nos assentamentos é a carência de assistência técnica e, especialmente, de uma assistência técnica apropriada à realidade dos agricultores assentados. No caso de vir a existir essa assistência técnica, como hoje está sendo proposto, a mesma deve ser articulada ao PDSA, proposta que também hoje está sendo levada em conta para novos projetos. Na modalidade anterior pode-se falar até em desperdício de recursos, uma vez que os planos não estão sendo efetivamente implementados ou mesmo internalizados pelos beneficiários.

Assim, embora alegue a “descentralização” e “divisão de responsabilidades” na elaboração do PDSA, ao analisarmos o Roteiro Mínimo e as exigências nele contidas e o prazo para cumpri-las, verificamos que, antes de tudo, o que na verdade ocorreu foi uma transferência de responsabilidades. Isto porque, devido à falta de pessoal interno, tanto em número quanto em qualificação, o INCRA repassou uma carga de responsabilidade que dificilmente as entidades elaboradoras conseguirão desempenhar em tão pouco tempo. Pelo menos não de uma forma participativa e consciente pelas comunidades atendidas.

Um exemplo em relação a esse ponto é a exigência de que a entidade contratada se responsabilize por uma diversidade de trabalhos, como a topografia, estudo de solos, estudos detalhado de fauna e flora, etc, que dificilmente as entidades que trabalham diretamente com os agricultores terão condições de realizar para todos os casos. A partir deste ponto, o problema passa a ser da entidade contratada que terá que procurar sub-contratar esses serviços.

No caso de Dandara dos Palmares, o que se verifica é que, por parte do SASOP, conseguiu-se uma grande presença da população local na fase do diagnóstico participativo, entretanto o processo de planejamento ficou comprometido por não se conseguir um envolvimento efetivo da comunidade na fase de proposição, bem como no estabelecimento de critérios de avaliação e monitoramento participativos, os quais, por sua vez, afetaram o estabelecimento de um real comprometimento na concretização das propostas.

Em relação ao INCRA, cabe a este Instituto rever sua forma de atuação nas áreas de reforma agrária, principalmente no que concerne à descentralização e formação de parcerias, para que se possam desenvolver metodologias que não sejam participativas apenas no discurso. Desta forma, seria importante inserir os conceitos de sustentabilidade, planejamento e participação em todas as fases do processo de formação das áreas de assentamento, e não somente após as famílias já estabelecidas no local, promovendo o envolvimento das diversas esferas do poder público e entidades não governamentais neste procedimento.

Outro ponto que deve ser citado é que por tratar-se de uma “divisão de responsabilidades”, o INCRA e outros órgãos governamentais deveriam assumir um compromisso concreto em relação ao cumprimento de metas em relação aos investimentos e tarefas que são de sua incumbência (crédito para habitação, infra-estrutura, etc.) para permitir a efetiva implementação do PDSA. Se o Estado não realiza sua parte no compromisso fica difícil pensar que os assentados poderão realizar a sua.

Complementando, torna-se imperioso um processo de discussão com as entidades e movimentos sociais ligados à Reforma Agrária visando uma revisão do Roteiro Mínimo, reavaliando seu conteúdo para promover a efetiva utilização dos conceitos de sustentabilidade, desenvolvimento local e planejamento participativo nele contido, além da articulação do planejamento com a assistência técnica.

Como conclusão, a experiência do planejamento participativo no PA Dandara dos Palmares reafirma sua importância como um aprendizado social. Porém, sua efetivação de forma pontual e descontinuada compromete os resultados esperados, podendo acarretar em desgaste na credibilidade do processo por parte da comunidade. Assim, deve-se ressaltar a idéia do planejamento como um processo onde a participação deva ser a essência do desenvolvimento sustentável.

Referências Bibliográficas

- ADIB, A. **Orientações básicas para formulação de PDSA'S da reforma agrária**. Ceará: Projeto de Cooperação Técnica PCT/INCRA – IICA, 1998. 33 p.
- AMMANN, S. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1980.
- BAQUERO, M. **Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil**. In: Ver. Sociol. Política (on line), nov. 2003, no. 21, p.83-108. Disponível em www.scielo.br, acesso em julho de 2004.
- BESKOW, P. Agricultura e política agrícola no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964). In: **Estudos Sociedade e Agricultura** (12): 56-78. Rio de Janeiro, 1999.
- BRASIL,MEPF/INCRA-MA/SDR. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural**. Brasília, 1999, 36 p.
- BRASIL, MDA/INCRA. **Norma de Execução INCRA nº 2 de 28/03/2001**. Brasília: Diário Oficial da União nº 65, seção 1, p. 15, 03/04/2001.
- BRUSEKE, F. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. S. Paulo: Cortez, 2001, p. 29-40.
- BUNCH, R. **Duas espigas de milho: uma proposta de desenvolvimento agrícola participativo**. R. de Janeiro: AS-PTA, 1995. 221 p.
- CALLOU, A. *et alli*. Comunicação participativa e reforma agrária: o caso do Projeto Lumiar em Pernambuco In: **Contexto e Educação**, Universidade de Ijuí, 14 (54) abr./jun., 1999, p. 81-104.
- CARVALHO, H. **Participação e cidadania**. Projeto Aridas: uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Nordeste. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República. 1994, (mimeo.).
- CRUZ, L. Desenvolvimento Rural e Participação. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. CD-ROM. SOBER, Brasília, 1999.
- EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2º ed. Guaíba; Agropecuária, 1999. 157 p.
- GUEDES PINTO, J. **Em busca do planejamento participativo nos PDRI's**. Recife, Projeto DRIN - Brasil/OEA/SUDENE, 1981. 10p.

- GUIJT, I. **Monitoramento participativo**: conceitos e ferramentas práticas para a agricultura sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1999, 144 p.
- INCRA, SR05-BA. **Termo de referência para o plano de desenvolvimento sustentável do assentamento**. Bahia, 2001. 18p.
- LOPES, C. **Planejamento, Estado e Crescimento**. São Paulo: Pioneira, 1990, 205 p.
- MACHADO, E. et al. **Poder e Participação Política no Campo**. São Paulo/Salvador: CERIFA-CAR/DEDAP-CENTRU, 1987, 152 p.
- MARINHO, R. **Dilemas da gestão participativa do desenvolvimento local em Serra do Mel – RN. 1999**. Dissertação de Mestrado. Disponível em www.nead.org.br. Acesso em set.2002.
- MEDEIROS, L. Reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, 103 p.
- NUNES, E. **A gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: ENAP, 1997. 139p.
- REDE EICOS. **Empoderamento**. Disponível em www.eicos.psych.ufrj.br, acesso em julho de 2004.
- SACHS, I. Gestão negociada e contratual da biodiversidade. In: SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável** / organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p. 65-79.
- SANTANA, S. *et alli*. **Levantamento do meio físico e capacidade de uso das terras da fazenda Dandara dos Palmares**. Camamu:CEPEC/SASOP, 2002. 30p.
- SASOP. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Dandara dos Palmares**. Camamu, 2001, 79p.
- SOUZA MARTINS, J. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994. 174 p.

CAPÍTULO 3

O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. O CASO DO ASSENTAMENTO DANDARA DOS PALMARES – CAMAMU/BA.

Resumo

A visão hegemônica do que seja desenvolvimento ainda tem uma forte dimensão etnocentrista, onde o modelo de sociedade e o estilo de vida ocidental, de caráter produtivista e consumista, continua sendo o referencial para traçar a linha divisória entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. Porém, principalmente a partir da metade da década de 80, um novo enfoque passa a fazer parte do desenvolvimento: a sustentabilidade. O fator que mais diferencia o modelo de desenvolvimento convencional para o sustentável é a capacidade deste último de estar mais próximo da realidade uma vez que utiliza uma abordagem sistêmica multidimensional, que valoriza o conhecimento e a identidade local. Especificamente em relação à agricultura, diversos autores tem defendido a agroecologia como caminho para se atingir a sustentabilidade, pois ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas, não só porque incorpora uma nova relação entre agricultura e ecologia, mas também porque valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade. Verificou-se que o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Dandara dos Palmares serviu para iniciar as discussões e pensamentos sobre os caminhos para se alcançar uma agricultura sustentável. Porém, para se avançar, é preciso antes uma articulação do que foi proposto no Plano com a capacitação dos atores envolvidos, em especial da comunidade, além da garantia de uma assistência técnica apropriada, do desenvolvimento de tecnologias, destinação de créditos e outras políticas públicas, os quais devem incorporar a visão agroecológica.

Palavras chaves: Agricultura Sustentável, Agroecologia, Reforma Agrária

Abstract

The hegemonic vision of the development concept still has a strong ethnocentric face, which means that the occidental life style and society model, with a consumerist and productive character, still is the reference for the borderline between the developed and undeveloped countries. In the other hand, especially after the middle of the 80's, a new element takes part in the development concept: the sustainability. The difference between the conventional and the sustainable development is that the last one has the capacity of being closer to the reality, due to the fact that it makes use of a systemic multidimensional treatment, in which the local knowledge and identity are the focus. Specifically to the agriculture, some writers hold up the agro ecology as the way to achieve the sustainability, mainly for the reason that opens the gates to new paradigms, not only because this link between ecology and agriculture, but because the agro ecology values the farmer's empiric and local knowledge, the socialization of that knowledge and this use in a unique sustainable objective. This paper shows that the Sustainable Development Planning of the Dandara dos Palmares resettlement area has given the start to the discussion and ideas about the ways to reach a sustainable agriculture. But, it is necessary to give the tools to the community, especially training and appropriated technical assurance as well as technology development and public politics with a agro ecologic view.

Key words: Sustainable Agriculture, Agroecology, Land Reform.

1. Introdução

As discussões que tratam das alternativas sustentáveis de desenvolvimento, as quais se iniciam a partir da década de 60, sempre estiveram em busca de referenciais teóricos que fundamentassem as suas proposições, garantindo assim credibilidade e aceitação.

Em especial para o setor agrícola e rural, diversas são as correntes que servem de embasamento para a construção do conceito da “agricultura sustentável”. No geral, com poucas divergências, todos buscam, em uma perspectiva ampla, integrada e a longo prazo, diminuir ou eliminar os impactos ambientais, ao mesmo tempo que almejam soluções para os atuais problemas do sistema alimentar, reduzindo os índices de miséria e de fome, estabelecendo uma ética social mais igualitária, melhorando a qualidade do ambiente, da vida dos agricultores e da sociedade (EHLERS, 1999).

O presente estudo tem por objetivo analisar se o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento- PDSA tem contribuído para uma agricultura sustentável no Projeto de Assentamento (PA) Dandara dos Palmares, tendo como parâmetro os princípios da agroecologia, principalmente no que tange à uma maior consciência ambiental.

A pesquisa se justifica, pois, uma vez que o objetivo principal da elaboração do PDSA é dar condições para as comunidades, juntamente com os diversos atores que atuam nos assentamentos, atingirem uma agricultura sustentável, é necessário verificar até que ponto isto vem ocorrendo.

A escolha do PA Dandara dos Palmares foi realizada em função deste ser reconhecido como um projeto que tem realizado significativos avanços na introdução de práticas agroecológicas.

2. Desenvolvimento, Sustentabilidade e a Agroecologia

A conceituação pioneira do termo desenvolvimento provém das Ciências Naturais em meados do século XVIII, quando se introduziu a noção de desenvolvimento como o avanço de um ser até formas mais perfeitas. Assim, nesta visão, desenvolvimento significa “*um incremento das potencialidades de uma identidade, seja esta biológica ou social, permitindo o alcance de um estado*”

superior, tanto quantitativo, quanto qualitativamente” (GUZMAN et al., 2000, p.115).

Todavia, ao fazermos um estudo de diversos trabalhos que tratam do tema, percebemos que poucos arriscam um maior detalhamento sobre sua conceituação, quase sempre tomando a premissa de que o mesmo será bem entendido por aqueles que pretendem alcançá-lo, tendo já incorporado certa noção de “avanço”, “da necessidade de se atingir um estado superior”. Mas, como na sua maioria estes trabalhos são elaborados tendo como alvo países do Terceiro Mundo, o desenvolvimento passa então a ser definido pela negação, ou seja, é tudo aquilo que *não somos* ou o que ainda *não atingimos*.

Percebendo esta ambigüidade, e deixando claro que os caminhos que levam ao desenvolvimento ou ao “incremento das potencialidades” devem antes passar pela ampliação das oportunidades de escolha, Amartya Sen (2000, p.10), conceitua que o desenvolvimento nada mais é que “... a *eliminação de privações de liberdades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente*” sendo cruciais “*as oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora*”.

Entretanto, apesar do avanço da proposta de Amartya Sen e, embora Petersen (1996) também alegue que os parâmetros que determinam o que seja desenvolvimento são culturalmente construídos e dependem das experiências de vida de cada grupo ou comunidade, o que se observa é que a visão hegemônica ainda tem uma forte dimensão etnocentrista, onde o modelo de sociedade e o estilo de vida ocidental, de caráter produtivista e consumista, continua sendo o referencial para traçar a linha divisória entre desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Sob este enfoque, a dimensão econômica prevalece dentro do conceito de desenvolvimento e o “progresso” se materializa no processo no qual produzir, consumir e acumular é a tônica.

Na contra mão desta corrente, desde o início do sec. XX, alguns movimentos, chamados por Ehlers (1999) de “rebeldes”, já questionavam o caráter economista dado ao padrão de desenvolvimento em curso e alertavam para os riscos por ele apresentado, principalmente quanto à degradação ambiental e a injustiça social.

Contudo, é somente a partir das décadas de 60 e 70 que tais movimentos começam a ganhar força, fruto das preocupações crescentes com a possibilidade

de auto-extermínio da humanidade, tanto pela proliferação das armas nucleares após a segunda guerra mundial, quanto pelos crescentes danos causados ao meio ambiente pelo citado modelo de desenvolvimento, como poluição generalizada, desmatamentos, contaminação dos organismos vivos por produtos tóxicos, entre outros, culminando com uma incorporação dos componentes ambientais e sociais ao conceito de desenvolvimento. Nessa época, Schumacher (1973, p.18), numa obra já clássica, escreveu:

... cumpre-nos entender perfeitamente o problema e começar a ver a possibilidade de criar um novo estilo de vida, dotado de novos métodos de produção e novos padrões de consumo; um estilo de vida planejado para ser permanente.

Assim é que, na segunda metade da década de 80, um novo enfoque passa a fazer parte do desenvolvimento, transformando-se em um ideal a ser perseguido: a sustentabilidade, resgatando o ideal da permanência à qual se referia Schumacher.

Oficialmente, o termo se consolida em 1987 com a publicação do *Relatório Brundtland* pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, segundo o qual o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades da geração presente, sem prejudicar as futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades, realçando o entrelaçamento da economia, tecnologia, política e sociedade em sua base. A partir de então, inserem-se as variáveis ambientais e sociais que, juntamente com a econômica, se tornarão peças obrigatórias em qualquer projeto de desenvolvimento, originando um grande número de visões e conceitos do “sustentável”, mas sempre baseados no tripé econômico-social-ambiental (BRUSEK, 2001).

Sobre este ponto, Müller (2001, p.32), expressa: “*se existe unanimidade quanto à necessidade de repensar o atual modelo de desenvolvimento e agricultura, o mesmo não pode ser dito quanto ao significado da sustentabilidade e, desta forma quanto aos critérios para sua operacionalização*”.

Buscando melhor discutir e ampliar o termo, Ignacy Sachs (2000), sugere uma série de critérios sobre os quais a sustentabilidade deve se fundamentar. Tais critérios são apresentados a seguir de modo resumido:

- **Social:** buscar a homogeneidade social e a equidade, promovendo distribuição de renda e acesso a recursos e serviços sociais, dignificando a qualidade de vida;

- **Cultural:** equilibrar o respeito à tradição e a inovação, opondo-se a copiar de modo servil os modelos alienígenas de desenvolvimento, procurando combinar autoconfiança e abertura para o mundo;

- **Ecológica/ambiental:** preservar os recursos naturais, limitando o uso de recursos não-renováveis, respeitando os limites de renovação e autodepuração dos ecossistemas naturais;

- **Territorial:** diminuir ou evitar as diferenças inter-regionais, buscando contrabalançar o rural e o urbano, ao mesmo tempo em que se procura proteger áreas ecologicamente frágeis;

- **Econômico:** buscar o desenvolvimento econômico dos diversos setores de modo equilibrado, priorizando a segurança alimentar, e modernizar os meios de produção a partir de pesquisa tecnológica e científica que levem à inserção de forma soberana na economia internacional;

- **Político:** nacionalmente, deve-se promover a democracia com base nos direitos humanos e com ampla participação e coesão social. Já no âmbito internacional, a paz deve ser priorizada, juntamente com cooperação Norte-Sul no sentido de se alcançar maior igualdade. Paralelamente, visar um controle institucional do sistema financeiro internacional e na proteção dos recursos ambientais.

Sendo assim, é possível verificar que o fator que mais diferencia o modelo de desenvolvimento convencional para o sustentável é a capacidade deste último de estar mais próximo da realidade uma vez que utiliza uma abordagem sistêmica multidimensional, que valoriza o conhecimento e a identidade local. Já o modelo desenvolvimentista valoriza a universalidade, transferência e replicação de tecnologias, desprezando a particularidade e as forças criativas locais. Configuração esta que, embora seja apropriada até certo ponto à indústria e, em menor escala, ao setor de serviços, na agricultura causa sérios impactos

ambientais e sociais, como, por exemplo, a transferência de pacotes tecnológicos da Revolução Verde¹, principalmente para países tropicais e subtropicais.

Portanto, qualquer discussão que se faça sobre desenvolvimento sustentável deve passar antes pela discussão de uma “agricultura sustentável”, uma vez que este é um dos setores mais atingidos pelas idéias do modelo desenvolvimentista, sofrendo os impactos ambientais e, principalmente nos países do Terceiro Mundo, sociais. Além disso, fica patente que a sustentabilidade passa pela valorização da identidade local, contrapondo-se ao universalismo do desenvolvimentismo.

De acordo com Buarque (1998, p.9), desenvolvimento local “*é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população*”, sendo associado normalmente, “*a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto*”.

Ao estudar os caminhos para se atingir o desenvolvimento local, alguns autores, como Guzman, sugerem assimilar as propostas da agroecologia a qual, “*se baseia no descobrimento, sistematização, análise e potencialização dos elementos de resistência locais ao processo de modernização, para, através deles, desenhar, de forma participativa, esquemas de desenvolvimento definidos desde a própria identidade local do etnoecossistema concreto em que nos encontramos*” (Guzman et al, 2000, p. 139).

O movimento agroecológico reúne diversas vertentes. Uma delas vem das metodologias de estudo de agrossistemas bastante difundidas nos Estados Unidos, cuja origem advém do início do século XX, quando a ecologia e a agronomia, até então ciências bastante divergentes, iniciam um processo de aproximação, sendo que, já na década de 30, era proposto o nome agroecologia como a ecologia aplicada à agricultura. Contudo, sua real incorporação no sistema de pesquisa norte-americano só ocorreria a partir dos anos 80, com a

¹ Processo iniciado entre o final da década de 60 e início da década de 70 que preconizava o aumento da produtividade agrícola a partir do uso de variedades geneticamente melhoradas muito exigentes em adubação química, agrotóxicos, irrigação e motomecanização. Este conjunto de tecnologias, também chamado de “pacote tecnológico”, foi irradiado dos EUA e Europa a partir dos grandes avanços da indústria agrícola e das pesquisas nas áreas química, mecânica e genética, substituindo os modelos tradicionais e locais de diversas partes do planeta (EHLERS, 1999).

maior ênfase nas pesquisas sobre o Manejo Integrado de Pragas (MIP), o ciclo de nutrientes e as sucessões ecológicas.

A segunda vertente, que também ganhou destaque no início da década de 80, surgiu com base no estudo de produções tradicionais e indígenas, incorporando de forma progressiva as reflexões das ciências sociais ao movimento agroecológico. Neste enfoque merece destaque a corrente conhecida como neo-populismo ecológico, que resgatando o pensamento de Chayanov, utiliza categorias como a importância da especificidade camponesa, a idéia do desenvolvimento de baixo para cima e um certo potencial anticapitalista determinado pela racionalidade econômica dos camponeses (CAPORAL & COSTABEBER, 2000).

Nesta linha sócio-antropológica, alguns autores também destacam o significado da cultura dos povos indígenas no sentido de resgatar a rica simbologia e sistemas rituais destinados a controlar o uso da terra e codificar os conhecimentos agrários dos povos que não conheciam a escrita. Há nesta visão uma clara crítica ao caráter etnocêntrico e preconceituoso da ciência moderna, como também o caráter atomista e mecanicista do pensamento ocidental.

Por último, é reconhecido que a agroecologia se nutre também do enfoque termodinâmico da economia, cuja noção de sustentabilidade se associa à necessidade de considerar o balanço energético dos sistemas produtivos.

Desta forma, num conceito amplo, Altieri (2000) define Agroecologia como uma abordagem agrícola que incorpora cuidados com o meio ambiente e as questões sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica, adaptando as plantas ao meio e protegendo-as contra competidores e predadores com soluções locais e conhecimento descentralizado.

A base para o desenvolvimento da agroecologia é considerar que a agricultura também é um ecossistema, o qual é denominado agroecossistema, sendo seu equilíbrio determinado por fatores ambientais, bióticos e sócio-econômicos, os quais agem na busca de um balanceamento dos riscos ambientais e econômicos, procurando manter a base produtiva ao longo do tempo. Sendo ponto crucial para a sua implantação, métodos de diagnóstico e planejamento participativo que captem a percepção popular dos ambientes e permitam ao agricultor reconhecer, avaliar e indicar as soluções para os problemas.

Dentro dos movimentos que pregam um modelo “alternativo” de agricultura existem várias correntes e movimentos, como a agricultura orgânica, natural, biodinâmica, biológica e a permacultura. Tais visões possuem diversos pontos convergentes como a defesa de adubos orgânicos, seja de natureza vegetal ou animal, a diversificação de cultivos, o consórcio e o controle biológico de pragas e doenças. A razão da existência desta multiplicidade de movimentos pode ser atribuída ao fato delas se originarem em locais e épocas diferentes, bem como pela vinculação de alguns deles com determinadas correntes filosóficas, como, por exemplo, a agricultura biodinâmica, a qual está relacionada ao movimento antroposófico.

Dentre estes enfoques, a permacultura, cuja origem é atribuída aos australianos Bill Mollison e David Holmgren na década de 70, por ser um sistema de manejo permanente, é a mais indicada para o manejo de agroecossistemas tropicais e subtropicais. A metodologia para sua implementação propõe a implantação e manutenção consciente de sistemas produtivos que procuram reproduzir a diversidade, a estabilidade e a resistência dos ecossistemas naturais (SOARES, 1998).

A partir deste princípio, Vivan (1998), propõe um sistema de agricultura regenerativa, o qual busca manejar a sucessão de espécies, sem prejuízo da biodiversidade natural, criando condições de tempo e espaço físico para espécies cultivadas e naturais de interesse para o agricultor.

Ainda segundo o autor, para que este sistema seja implantado com sucesso, “... os fatores culturais, sociais e econômicos devem ser desvendados e analisados tendo como mediador a base de recursos naturais que os sustenta” (VIVAN, 1998, p. 94), e complementa com a afirmação de que as transformações propostas só podem ser realizadas e viabilizadas de modo permanente e progressivo, caso haja participação ativa das populações envolvidas.

Sendo assim, percebe-se que a agroecologia vem se tornando um importante ramo de estudo e pesquisa que procura desenvolver elementos para instrumentalizar a agricultura sustentável.

Sobre este assunto, em seu trabalho intitulado *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*, Eduardo Ehlers (1999) faz uma revisão conceitual e aponta as principais características que definiriam a sustentabilidade em uma exploração agrícola. Seriam elas:

- Manutenção ao longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola;
- Mínimo de impactos adversos ao ambiente;
- Retorno adequado aos produtores;
- Otimização da produção das culturas com o mínimo de insumos químicos;
- Satisfação das necessidades humanas de alimentos e de renda;
- Atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.

Concluindo, a partir do apontado acima e das definições de sustentabilidade apresentadas, principalmente a proposta por Sachs (2000), podemos deduzir que a agroecologia proporciona conceitos e ferramentas necessários para a transição para uma agricultura sustentável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas na agricultura, não só porque incorpora uma nova relação entre agricultura e ecologia, mas também porque valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade.

É necessário reafirmar, porém, que esta transição é processual, está longe de ser unilinear e não tem um resultado previsível. De fato, de acordo com Buttel (1995), desde o final do século passado há uma crescente “ecologização” através da internalização de valores ambientais na agricultura e na opinião pública em geral, bem como nas políticas públicas. No entanto, as modificações propostas contemplam um amplo espectro de visões, que Caporal e Costabeber (2000) agrupam em duas linhas: a ecotecnocrática e a ecossocial.

A ecotecnocrática identifica aqueles autores que procuram uma melhora das tecnologias utilizadas pelo modelo convencional, no sentido de torná-las menos danosas ao meio ambiente. Também chamada de Revolução Duplamente Verde, fundamenta-se numa menor utilização de insumos agroquímicos e energia fóssil, mas admite inclusive o uso de sementes transgênicas e outras técnicas modernas. Esta corrente privilegia a utilização de mecanismos de mercado para induzir a adoção destas técnicas melhoradas.

A corrente ecossocial engloba os movimentos ditos “alternativos”, que visam mudanças mais profundas na sociedade, inclusive buscando um novo

padrão na produção agrícola. Esse modelo se fundamenta na utilização de tecnologia tradicional e moderna, respeitando as condições do ecossistema local e promovendo a participação ativa e consciente dos diversos atores envolvidos no processo. Os autores destacam a necessidade de promover não apenas a solidariedade diacrônica (intergeracional), mas também a sincrônica (intrageneracional), estabelecendo um pacto social.

3. Planejamento Participativo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Entende-se por planejamento participativo, a prática de englobar o público alvo em todo o processo de um plano, buscando sua participação ativa e consciente desde o estabelecimento e priorização das metas e objetivos, bem como do estabelecimento das ações para a execução do mesmo, objetivando, num sentido mais amplo, o “empoderamento”² das comunidades beneficiadas em relação à sociedade como um todo, além de gerar acordos que impliquem em compromissos dos participantes na implementação das propostas. Sua origem deriva do modelo de Planejamento Comunicativo defendido pelos “Novos Humanistas”, o qual ganhou força a partir do final da década de 70 defendendo a necessidade “... *de uma consciência cívica, de formação de uma vontade política atingível através de um maior grau de reflexão e de consciência da humanidade em direção a uma justa emancipação*” (Lopes, 1990, p. 50).

Já os anos 80 trazem a ascensão das organizações não governamentais como elemento importante para a promoção do desenvolvimento rural, sendo consideradas mais eficientes que as organizações estatais justamente pela maior proximidade com as comunidades, o que proporcionaria uma participação mais efetiva.

² De acordo com a Rede EICOS, 2004 “O conceito de empoderamento vem sendo discutido desde os anos 70, propondo, a partir de questões referentes ao desenvolvimento sustentável, a autogestão de recursos políticos, econômicos e sociais como forma de diminuição da pobreza, indo além das noções de democracia, direitos humanos e participação para incluir a possibilidade de compreensão a respeito da realidade do meio (social, político, econômico, ecológico e cultural), proporcionando reflexão sobre os fatores que dão forma ao meio ambiente bem como à tomada de iniciativas no sentido de melhorar sua (público focado) própria situação.”

Como parte integrante do ideal da sustentabilidade, o planejamento participativo será invocado como de fundamental importância. Discorrendo sobre o desenvolvimento sustentável, denominado por ele de ecodesenvolvimento, Sachs (2000, p. 75) afirma que a melhoria do nível de vida das populações deve passar por um “*processo participativo de identificação das necessidades, dos recursos potenciais e das maneiras de aproveitamento da biodiversidade*”, sendo obrigatório o envolvimento de diversos atores sociais (população local, autoridades, associações civis, agentes públicos e privados, entre outros), gerando o que ele define como uma “*gestão negociada e contratual dos recursos*”.

Com relação à reforma agrária, é somente na segunda metade da década de 90 que diretrizes específicas para o planejamento das áreas de assentamento são elaboradas sob a égide da sustentabilidade. Assim nasceu o Projeto Lumiar, que, instituído pelo INCRA no final da década de 90, tinha como objetivo principal, além de fornecer assistência técnica aos assentados, a elaboração do “Plano de Desenvolvimento Sustentável”, PDSA, das áreas atendidas, sendo que, em sua concepção, a sua implantação deveria ser de forma descentralizada através do repasse de recursos às comunidades, as quais, por sua vez, contratavam as equipes técnicas previamente credenciadas pelo INCRA.

Após a extinção do Projeto Lumiar, o planejamento participativo em áreas de reforma agrária volta à pauta com o lançamento do programa intitulado “O Novo Mundo Rural” em 1998, agora em uma visão claramente liberal, propondo dar condições aos assentados para que estes “*desenvolvam atividades produtivas em níveis de competitividade, dentro da realidade e das perspectivas do negócio rural num mundo globalizado*” (Brasil, 1999, p.06). Dentro deste contexto, a questão do desenvolvimento sustentável torna-se peça chave, sendo transferidas para empresas e organizações não-governamentais as atividades e ações para sua implementação nos assentamentos. Para tanto, as áreas de assentamento criadas a partir de 1998 passaram a contar com crédito específico para contratação de entidades interessadas na elaboração dos PDSA's. A partir de então, o “Roteiro Básico” para a elaboração dos planos, criado à época do Lumiar

pelo INCRA, passa a ser o “Roteiro Mínimo Comum”³, sendo revisado e ampliado e passando a conter também, os indicadores para monitoramento e implementação dos planos.

Os princípios básicos que regem o “Roteiro Mínimo” são calcados na premissa de que o processo de desenvolvimento deve partir de uma visão local, com forte participação dos beneficiários, no caso os assentados, o poder público e das diversas organizações atuantes na região em foco. Resumidamente, os princípios básicos são: sustentabilidade, planejamento participativo, eficiência econômica, divisão de responsabilidades, integração rural-urbana e regional, integração com os municípios e preservação ambiental (ADIB,1998).

4. O PA Dandara dos Palmares e seu PDSA

O Assentamento Dandara dos Palmares está situado no município de Camamu, a cerca de 24Km da sede, na região do Baixo Sul do estado da Bahia, também conhecida como região cacauzeira. Considerando-se os recursos naturais, trata-se de uma das áreas mais bem dotadas do estado da Bahia, caracterizando-se como uma região tropical úmida, com temperaturas anuais médias entre 22° e 25° C e pluviosidade média de 2.583 mm em regime de chuvas abundantes, distribuídas durante o ano.

A vegetação típica da região é a Mata Higrófila Sul Baiana, Floresta Perenifólia conhecida como Mata Atlântica, e seus biomas associados – os manguezais e restingas. Vegetação esta que, embora esteja hoje bastante alterada pelas atividades pecuarista e extrativista, apresenta ilhas de vegetação remanescente, sendo uma das maiores preocupações mundiais devido à sua imensa biodiversidade. Apresenta árvores de grande porte concentrando grande volume e variedade de madeiras de valor e importância econômicas.

A história do PA Dandara dos Palmares começa oficialmente em 21 de dezembro de 1998, data em que é criado pelo INCRA. Entretanto, a luta pela terra dos trabalhadores que hoje nela vivem começou muito antes, em consequência da grave crise da cacauicultura que se abateu na região a partir de 1987, com a

³ O Roteiro Mínimo foi produzido pelo IICA – Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola, através de um acordo de cooperação técnica com o INCRA. Inicialmente elaborado como uma “*proposta*” para a

queda internacional dos preços, em função dos níveis elevados dos excedentes mundiais de produção. As irregularidades climáticas verificadas desde 1987/88 e a ocorrência da doença ocasionada por um fungo, conhecida como vassoura-de-bruxa, são fatores que acentuaram ainda mais esta crise.

A diminuição da produção da lavoura cacaueteira provocou o agravamento do desemprego na região, ampliando o êxodo rural, mas, ao mesmo tempo, abriu um espaço favorável à Reforma Agrária, forçando uma maior atuação do setor público que, pressionado pelos movimentos sociais organizados, desapropriou um significativo número de fazendas na região.

Em março de 1998, teve início os trabalhos de vistoria e avaliação do imóvel pelo INCRA e em agosto do mesmo ano a área foi decretada improdutiva e de interesse para a reforma agrária, sendo finalmente desapropriada com o assentamento de 65 famílias em uma área aproximada de 1.300,00 ha.

O PA Dandara dos Palmares foi contemplado com recursos para a elaboração do PDSA e serviços topográficos em 1999, sendo o SASOP – Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais, a empresa escolhida pelos assentados para desenvolver os trabalhos, os quais se iniciaram em princípio de 2000.

De acordo com o SASOP, uma organização não governamental que presta assistência técnica a diversas comunidades rurais, a primeira etapa de elaboração do plano foi o de esclarecer as famílias sobre as fases que contêm o mesmo, ou seja, diagnóstico e planejamento, procurando facilitar a compreensão das mesmas.

Em seguida, foi feito o levantamento de dados secundários e o diagnóstico, para o qual foram utilizadas diversas ferramentas do Diagnóstico Rápido Participativo *“que são aplicadas em grupo e tem um forte componente visual, permitindo e estimulando a participação de todos na construção e discussão dos diversos diagramas”* (SASOP, 2001,p. 01). Os dados levantados nesta etapa foram complementados pelo levantamento topográfico e pelo levantamento de solos.

A partir dos dados do diagnóstico, o planejamento participativo teve seqüência sendo os temas abordados em grupos de diversas composições,

apresentação do PDSA e para a definição de indicadores de monitoramento da implantação do mesmo por parte das equipes elaboradoras e comunidades, o Roteiro acabou se transformando obrigatório (N.A.).

permitindo assim, de acordo com o SASOP, a construção do futuro desejado e os possíveis caminhos para atingi-lo.

De acordo com o INCRA, a primeira versão do PDSA do PA Dandara dos Palmares foi apresentada em 2002, contendo as informações do diagnóstico e futuro desejado. Entretanto, devido a vários problemas de adequação às normas exigidas, a versão completa, inclusive com as peças técnicas dos trabalhos de levantamento topográfico, somente foram entregues em 2003.

Resumidamente, o produto apresentado pela comunidade, sob a coordenação e orientação do SASOP, contém em seu futuro desejado as seguintes diretrizes:

- **Sistema Produtivo:** manutenção da cultura do cacau como sua base, acompanhada das lavouras de dendê, guaraná e café. Outros cultivos, tais como pimenta do reino, banana, açaí, seriam incorporados como forma de diversificação do sistema. A pecuária bovina em modo agropastoril e a piscicultura também seriam implantadas no PA.

- **Serviços sociais:** abastecimento de água e energia nas casas, destinação adequada dos dejetos humanos, ensino fundamental e atendimento de primeiros socorros no próprio PA e acesso ao ensino de segundo grau, foram temas levantados pela comunidade como o cenário almejado para o futuro.

- **Ambiente natural:** como forma de assegurar a sua manutenção houve consenso quanto ao “... *uso inteligente de todos os recursos naturais disponíveis no Assentamento, possibilitando a geração de renda a partir de atividades de perfil ecológico...*” (SASOP , 2001, p.50).

- **Organização social:** ampliação da participação e poder de decisão de jovens e mulheres e, paralelamente, buscar o fortalecimento e articulação da associação dentro do espaço local e regional foi o proposto como o cenário desejado pelas famílias.

5. Material e Métodos

Para o levantamento das informações necessárias foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturado no qual se buscou investigar pontos que pudessem esclarecer o impacto do PDSA no cotidiano das famílias assentadas. Para tanto as questões foram abordadas de acordo com os seguintes tópicos:

estrutura familiar e condições sociais das famílias; associativismo e participação; meio ambiente e adoção de práticas agrícolas que visem a sustentabilidade; comercialização e formação de renda; créditos e assistência técnica.

Como forma de se garantir a representatividade foi definida uma amostra de 20 famílias assentadas, o que significa 30,77% do total. As famílias foram escolhidas aleatoriamente por sorteio, a partir da lista de beneficiários fornecida pelo INCRA, sendo as entrevistas realizadas nas residências dos trabalhadores em abril de 2004.

Com relação às informações sobre as benfeitorias de uso coletivo, o acesso a serviços e parcerias com instituições governamentais ou não, foi utilizado um segundo roteiro de entrevista, o qual foi aplicado de forma coletiva, em uma reunião que incluiu membros da diretoria da associação local e demais assentados. Além disso, foram realizadas entrevistas com informantes chaves, os quais participaram na elaboração dos PDSA's.

Os dados obtidos foram tabulados e analisados através do programa SPSS – *Statistical Package for the Social Science*, o qual foi especialmente desenvolvido para utilização na área das ciências sociais.

6. Resultados e Discussão

As 65 famílias do PA Dandara dos Palmares tem a sua disposição uma área total de 422,49 ha para exploração agropecuária, perfazendo uma média de 6,50 ha por família. Além desta, existem 233,39 ha considerados como de preservação permanente, 616,11 ha demarcados como de reserva legal e 25,80 ha de terras impróprias para uso agrícola, totalizando 1.297,79 ha.

Desta forma, a área designada como reserva legal perfaz cerca de 47% da área total do PA e, se somarmos a área de preservação permanente, teremos 65% de área destinada à conservação dos recursos naturais, enquanto a área destinada à produção ocupa apenas 32,5% do PA.

Em uma primeira análise, este dado pode parecer positivo sob o ponto de vista ambiental, porém, se os agricultores não estiverem bem seguros dos motivos desta distribuição espacial e, caso não haja um controle permanente e um resultado positivo das atividades produtivas haverá uma enorme pressão para

a utilização deste estoque de recursos, tornando-se este um motivo de preocupação.

Quanto às moradias, após o recebimento dos créditos destinados à implantação do projeto, a comunidade optou por construir as habitações agrupadas em uma agrovila, sendo as casas construídas em tijolo e cobertura cerâmica, possuindo em seu projeto básico um total de cinco dependências.

Há fornecimento de energia em 100% das habitações, entretanto não há fornecimento de água, a qual é coletada em rios e riachos que cortam o assentamento, sendo este um dos principais problemas enfrentados pela população, pois, embora as casas possuam banheiro, apenas 30% das famílias entrevistadas os utilizam. Alegando a falta de água encanada, os outros 70% têm como destino dos dejetos humanos o mato e, em 65% dos casos, sem nenhum tipo de esgotamento, o que torna alto o risco de contaminação das fontes.

Ainda em relação à água para consumo humano, 80% das famílias entrevistadas alegaram fazer uso de algum tipo de tratamento antes de consumi-la. Neste caso, o tratamento químico através do hipoclorito de sódio é o mais utilizado, sendo o material recebido da Prefeitura através de uma agente de saúde, moradora do local (Tabela 01).

Tabela 01: Dados sobre o tratamento da água consumida (%)

Faz algum tipo de tratamento da água?	
Sim	80,0
Não	20,0
Tipo de tratamento*	
Ferve	10,0
Filtra	35,0
Químico	60,0

Fonte: Dados de pesquisa, 2004

* As respostas podem ser múltiplas

Com relação ao lixo doméstico, não há sistema de coleta sistemática, sendo seu destino mais comum (80,0 % dos casos estudados) o terreno da casa na agrovila. Conforme levantado, a maioria das famílias afirmou que já recebeu algum tipo de orientação sobre o destino e tratamento do lixo, sobretudo feito pelo SASOP, havendo seleção em 90,0% das residências (Tabelas 02 e 03).

Tabela 02: Dados sobre o destino e orientações em relação ao lixo doméstico (%)

Destino do lixo doméstico	
Lote Individual	10,0
Terreno da casa na agrovila	80,0
Área coletiva no PA	5,0
Outro	5,0
Recebeu orientação em relação ao lixo?	
Sim	85,0
Não	15,0
Quem orientou ?	
SASOP	70,0
Agente de saúde	5,0
Não respondeu/ Não se aplica	25,0

Fonte: Dados de pesquisa, 2004

De acordo com o verificado, a maior preocupação se dá em relação aos materiais plásticos, pois 80,0% dos entrevistados afirmaram selecioná-los, sendo o fogo a maneira mais utilizada para eliminá-los. Já o metal e o vidro não merecem tanto destaque, pois em apenas 45% das casas eles são separados, geralmente sendo enterrados ou amontoados em espaço reservado e pouco reutilizados. É interessante notar que, embora 50,0% das famílias separem o material orgânico, apenas 45,0% delas declararam aproveitá-lo como adubo, as restantes simplesmente o queimam ou enterram.

Tabela 03: Seleção e reaproveitamento do lixo doméstico (%)

Faz algum tipo de seleção do lixo doméstico?	
Sim	90,0
Não	10,0
Tipo de material selecionado*	
Orgânico	50,0
Plástico	80,0
Metal	45,0
Vidro	45,0
Destino do material selecionado*	
Adubo	45,0
Queimado	85,0
Enterrado	30,0
Outro	25,0

Fonte: Dados de pesquisa, 2004

* As respostas podem ser múltiplas

Estas observações são importantes, pois, conforme alerta Xavier e Dolores (2001), o pré-requisito fundamental para uma agricultura sustentável é um ser humano evoluído, cuja atitude em relação à natureza seja de coexistência, e não de exploração. Assim, ao analisarmos como a comunidade do PA Dandara dos Palmares trata seus dejetos estamos buscando indicativos das percepções e ações sobre o que representa a idéia de meio ambiente e natureza.

O cuidado em evitar a poluição por material de difícil degradação, principalmente o plástico, demonstra o aperfeiçoamento da consciência ambiental da população local, que, desta forma, busca preservar seus recursos. Porém, a falta de cuidado com as fontes de água mostra desconhecimento em relação a medidas básicas de saúde, afetando negativamente a qualidade de vida da comunidade.

Buscando identificar se o PDSA suscitou debates alusivos ao meio ambiente, e se os mesmos de alguma forma afetaram o modo de vida da comunidade, fazendo surgir novos hábitos, valores e comportamentos, foi perguntado aos agricultores se eles haviam participado de discussões referentes ao assunto durante a elaboração do plano e, caso afirmativo, qual tinha sido o tema. Como resultado, 70,0 % dos entrevistados responderam positivamente, havendo citações ao desmatamento e queimada, além da necessidade de se respeitar as áreas de preservação, como os principais tópicos tratados. Complementando, ao serem questionados, 70,0 % dos trabalhadores afirmaram utilizar o que aprenderam no seu cotidiano.

Para confrontar estas declarações, verificando a real incorporação e interiorização de novas normas de conduta ecológicas, foram levantadas informações relativas às práticas agrícolas adotadas nas áreas de exploração individuais, as quais são apresentadas na Tabela 04.

Conforme pode ser verificado, a porcentagem de respostas afirmativas quanto ao uso de desmatamento e queimada no preparo do solo e capinas, bem como a larga utilização de produtos químicos como adubos e pesticidas, contradiz ao declarado pela maioria dos entrevistados em relação ao respeito às normas preservacionistas e coloca em xeque a possibilidade de se atingir os ideais de uma agricultura sustentável, pois é princípio básico da agroecologia a manutenção da capacidade homeostática do agroecossistema, mantendo seu poder evolutivo e a disponibilidade e qualidade de seus recursos básicos.

Tabela 04 Práticas agrícolas e/ou preservacionistas adotadas* (%)

Preparo do solo	
Desmatamento	60,0
Queimada	70,0
Preparo manual	100,0
Preparo c/ tração animal ou mecânica	0,0
Calagem e adubação	
Calcário	95,0
Adubação verde ou orgânica	30,0
Adubação química ou mineral	80,0
Plantio	
Morro abaixo	5,0
Em nível	0,0
Direto	5,0
Conservação do solo	
Curvas de nível	0,0
Cordão de vegetação	0,0
Cobertura morta	60,0
Capinas	
Queimada	25,0
Manual	95,0
Tração animal/mecânica	0,0
Controle de pragas e doenças	
Químico	90,0
Biológico	5,0
Integrado	0,0
Não faz	5,0

Fonte: Dados de pesquisa, 2004.

* As respostas podem ser múltiplas

Assim, para a manutenção da sustentabilidade, é preciso que os processos que envolvam fluxo de energia não provoquem desequilíbrio com o entorno natural, garantindo que o gasto energético para se produzir seja menor do que o obtido em termos de biomassa. Conseqüentemente, é preciso ficar atento para as tecnologias utilizadas, considerando a necessidade que elas originam em termos de entrada de energia suplementar ao sistema (XAVIER e DOLORES, 2001 e MARTINS, 2001).

Conclui-se, portanto, que a sustentabilidade ambiental em um agroecossistema está diretamente ligada não só ao depauperamento dos recursos renováveis, mas também na utilização de tecnologias inadequadas, ou na *não existência* de tecnologias adequadas.

Como verificado na tabela 04, os artifícios utilizados nas práticas agrícolas do PA tendem a causar um impacto negativo na base de recursos naturais da área, o que deve ser corrigido imediatamente. Entretanto, ela apenas mostra o que é ou não praticado, não deixando clara a base de conhecimentos adquiridos. Portanto, não seria correto atribuir toda a culpa aos agricultores ou à empresa elaboradora do PDSA, sem antes saber quais alternativas estão disponibilizadas, se há domínio sobre as mesmas e se os trabalhadores são acompanhados por uma assistência técnica de forma regular e adequada.

Buscando investigar um pouco mais sobre a base tecnológica disponível e os conhecimentos técnicos dos agricultores, foram feitos alguns questionamentos sobre os principais problemas enfrentados por eles e suas soluções possíveis (Tabela 05).

Tabela 05: Principais problemas existentes nos lotes, suas causas e soluções.

Problema*	Possui?			Sabe a causa? **			Sabe a solução? **		
	Sim	Não	NS/ NR	Sim	Não	NS/ NR	Sim	Não	NS/ NR
<i>Erosão</i>	30,0	60,0	10,0	67,0	33,0	0,0	17,0	83,0	0,0
<i>Encharcamento</i>	65,0	25,0	10,0	61,0	31,0	8,0	15,0	62,0	23,0
<i>Desmatamento</i>	0,0	90,0	10,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
<i>Contaminação por agrotóxico</i>	15,0	75,0	10,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
<i>Contaminação por esgoto Doméstico</i>	20,0	70,0	10,0	75,0	25,0	0,0	25,0	75,0	0,0
<i>Contaminação por lixo Doméstico</i>	5,0	85,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0
<i>Outro</i>	10,0	80,0	10,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0

Fonte: Dados de pesquisa

* As respostas podem ser múltiplas;

** Os números referem-se aos que responderam positivamente aos problemas citados.

O problema mais freqüentemente relatado foi o do encharcamento, o qual ocorre principalmente pelas características do solo predominante na área. Assim, 65,0% dos entrevistados alegaram que ele ocorre em seu lote e destes, 61,0% afirmaram conhecer o que o gera, mas somente 15,0% arriscaram uma possível solução para esta inconveniência. Em segundo lugar, a erosão aparece como

queixa para 30,0% dos agricultores, sendo suas causas conhecidas por 67,0% deles, embora apenas 17% saibam como resolver o problema.

De acordo com o levantado, excetuando-se a questão relativa à contaminação por agrotóxicos, apesar dos trabalhadores, na maioria das vezes, terem consciência dos agentes causais dos principais problemas ambientais ocorrentes, eles não tem conhecimento técnico de como lidar com eles, ou de quais seriam as soluções plausíveis para tais questões.

Mais uma vez, é interessante notar que, embora 60,0% dos agricultores afirmarem que desmatam na fase de preparo do solo (Tabela 04), nenhum deles considerou esta prática como um “problema”, ou algo que precisa ser solucionado, o que indica que este método pode estar incorporado à rotina das famílias, sem ainda ser percebido como uma prática danosa ao ambiente, embora, no discurso, conforme já relatado neste trabalho, a grande maioria o condene.

Outro ponto contrastante e que merece nota é o fato de 20,0% dos entrevistados afirmarem que possuem sistema de produção em processo de certificação ambiental, no caso o cacau orgânico, porém, como verificado na Tabela 04, 90,0 % deles confessaram que usam produtos químicos no controle de pragas e doenças.

Embora o número de agricultores interessados na agricultura orgânica fosse inicialmente maior, o processo de certificação por auditoria criou barreiras, afastando uma grande parte deles. Isto nos leva a uma reflexão em relação à adequação dos mecanismos de certificação para o nível tecnológico, sócio-econômico e cultural dos agricultores, em especial do público estudado onde o nível de analfabetismo ainda supera os 28% da população com idade acima de 18 anos.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que ainda há um estoque insuficiente de conhecimentos e pesquisas na área de agroecológica e que alguns problemas não apresentam soluções tecnológicas facilmente disponíveis para os agricultores familiares. Além disso, o processo de certificação pode induzir à criação de “pacotes verdes”, que representam uma mera substituição de insumos em relação ao pacote convencional. Nesse sentido, se observa que a agricultura orgânica esta adquirindo, em muitos casos, um viés acentuadamente mercadológico, se aproximando ao que definimos como corrente ecotecnocrática.

Já o enfoque alternativo mais próximo da corrente ecossocial defende mecanismos como a certificação participativa e a articulação dos mercados locais como forma de evitar este viés excludente da certificação por auditoria.

De acordo com o verificado, o caminho adotado pelo SASOP em relação ao PA Dandara, é o de inserir as práticas agroecológicas de maneira gradual e sistemática, fazendo que os próprios agricultores definam as estratégias a serem seguidas e o ritmo do processo. Isto permite a incorporação de um maior número de agricultores, que se tornam também experimentadores de soluções tecnológicas apropriadas ao contexto local. No caso analisado, um dos modelos de referência é o sistema desenvolvido pelo agricultor suíço Ernst Goetsch no vizinho município de Piraí do Norte, reconhecido regional e internacionalmente, o qual os agricultores estão adaptando com a orientação do SASOP, para sua realidade específica.

Diferente do processo de certificação por auditoria, o qual é visto como uma imposição externa, esta via permitiria uma construção participativa gradual da transição agroecológica. Desta forma, o emprego de técnicas danosas ao ambiente, como o desmatamento, a queimada e o emprego de agroquímicos, plantio em áreas de preservação permanente (beira de rios), embora ainda ocorram com certa freqüência, estariam diminuindo de intensidade, paralelamente à incorporação gradual de técnicas benéficas⁴ como a cobertura morta, uso de plantas repelentes, entre outros.

Com relação ao acesso à assistência técnica, este se mostra como um ponto crítico no PA. Embora 90,0% das famílias tenham declarado receber a visita de um profissional da área de ciência agrária em seu lote, em 75,0% dos casos ela ocorre, no máximo, a cada três meses. Além disto, também para 75,0% dos casos, ela está ligada ao cumprimento das obrigações contratuais do PRONAF, a qual tem um caráter predominantemente fiscalizatório. Complementando, a forma de operacionalização do crédito e da assistência técnica, em alguns casos, tem induzido o uso de insumos químicos, comprometendo a transição agroecológica, conforme entrevista com os técnicos do SASOP.

⁴ O uso de queimada, por exemplo, vem adquirindo um novo papel no cotidiano dos agricultores. Antes utilizada no período de seca para eliminar o máximo de vegetação possível, hoje é feita de forma a remover o excesso para facilitar as tarefas agrícolas, tendo os agricultores, aos poucos, adquirido a consciência de seus danos.

De acordo com Caporal e Costabeber, 2001, o saber do agricultor familiar advém de um acúmulo de informações e conhecimentos obtidos nas relações pessoais e com o ambiente que o cerca e das interações resultantes destas relações. Este saber por sua vez, ao lado das condicionantes sócio-econômicas e ambientais, irá determinar a forma de fazer a agricultura.

Assim, em uma visão agroecológica, o papel da assistência técnica é o de suprir as unidades de produção com informações que permitam alavancar modos de agricultura e de manejo de recursos naturais que garantam a sustentabilidade. Para tanto, é preciso que a mesma perca seu caráter *difusionista* e passe a ter uma postura baseada na construção participativa do conhecimento.

De acordo com a freqüência e o modelo que domina a assistência técnica no PA Dandara dos Palmares, fica difícil acreditar que este objetivo será atingido para a maioria das famílias.

Todavia, recentemente vem aumentando o interesse pelos sistemas agroflorestais e pelas práticas agroecológicas nas instituições que prestam assistência técnica na região (CEPLAC e EBDA), deixando de ser apenas uma opção de alguns profissionais que atuam nesses órgãos para se transformar numa diretriz institucional. Com relação aos órgãos de financiamento, embora permaneça uma visão ainda restrita, de liberar recursos para culturas isoladas que utilizam tecnologia convencional, começa a ocorrer uma abertura gradual, pelo menos em algumas agências para práticas agroecológicas e sistemas agroflorestais.

Continuando a investigação, uma surpresa bastante positiva foi a constatação de que em 100,0% dos lotes há um sistema agroflorestal implantado ou em implantação. De fato, o levantamento de dados no local demonstrou que, embora a cultura do cacau seja a base produtiva da comunidade, sendo aquela que os assentados reconhecem como a de maior retorno financeiro, a diversificação de cultivos é uma característica marcante das famílias entrevistadas.

De acordo com o declarado pelos entrevistados, foram listadas 38 diferentes espécies de valor agrônômico sendo cultivadas nos lotes e quintais das casas na agrovila, variando entre um mínimo de 8 e máximo de 21 diferentes tipos de plantas exploradas por cada agricultor, sendo utilizadas para alimentação, comércio ou extração, das quais as mais importantes, excetuando-

se o cacau, são: banana, cravo, mandioca, feijão, abacaxi, jaca, milho, café, pimenta, cupuaçu, batata-doce, laranja, jiló, entre outras.

Uma vez que as plantas estão distribuídas e cultivadas conjuntamente, aproveitando-se das falhas e espaços entre as plantas de cacau e árvores utilizadas para sombreamento, e como a área média dos lotes situa-se próximo aos 5,0 ha, este modelo poderia se caracterizar como um verdadeiro sistema agro-florestal.

Ressalta-se que, embora o PDSA indique como o futuro desejado para o assentamento uma maior diversificação do sistema produtivo, verificamos em campo que, independente do plano, esta é uma prática comum dos agricultores da região, que se utilizam da estratégia de diversificar como forma de garantir a subsistência (milho, feijão, mandioca, banana, entre outros), ao mesmo tempo em que se mantém culturas voltadas para o mercado (cacau, cravo, café, pimenta) e se previnem, deste modo, de intempéries e oscilações de preços. Além disto, uma vez que o tamanho médio das propriedades familiares da região é muito pequeno (cerca de 15,0 ha) e há escassez de mão-de-obra, a diversificação torna-se uma saída eficaz para melhor aproveitamento destes recursos.

Apesar desta grande diversidade de culturas, a renda obtida por estas famílias é ainda muito baixa. De acordo com o levantamento, a renda bruta média mensal familiar é de R\$466,04, o que, à época da pesquisa, significava 1,9 salários mínimos.

É importante destacar que, deste total, a cultura do cacau participava com 45,89% e as rendas não agrícolas, as quais são principalmente o trabalho temporário em outras propriedades e o recebimento de ajuda de programas governamentais, com 25,05%, restando para o autoconsumo e a comercialização de outros produtos agrícolas apenas 29,06%, um valor muito baixo quando consideramos a variedade de plantios relacionados, realçando a necessidade de diversificar a renda.

Quanto a outras atividades não agrícolas como pequeno comércio, artesanato, etc, foi verificado que 25% das famílias as utilizam para complementar seus ganhos, principalmente no comércio de alimentos, por exemplo, pamonha e “geladinho”, porém o impacto na média geral da renda do assentamento ainda é baixo.

Em relação ao beneficiamento de produtos e agregação de valor, os resultados também não são animadores, pois somente ocorre de forma significativa na secagem do cacau e no processamento da farinha de mandioca, não aproveitando o potencial de outras lavouras como a banana, e mesmo frutas que espontaneamente ocorrem na área como a jaca.

Outro desafio imposto é o de se organizar a comercialização de modo diferenciado, evitando a presença de atravessadores e garantindo ganho de renda aos produtores, processo ainda incipiente na região como um todo.

No caso do PA Dandara dos Palmares, ao fazermos uma análise das duas culturas que são essencialmente voltadas para o mercado, o cacau e o cravo, verificamos que cerca de 95% dos agricultores entrevistados os vendem de forma individual para atravessadores, diminuindo o poder de barganha e obtendo preços relativamente mais baixos.

A forma predominante de comercialização é reflexo do próprio aspecto organizativo do PA, pois, foi verificado que a principal manifestação coletiva, ao menos em termo de participação, se dá através da associação do assentamento. Porém, esta possui um caráter estritamente formal, sendo vista mais como um mecanismo para se obter crédito e acesso a outras políticas públicas.

Reforçando esta observação, ficou constatado que houve um recuo em relação ao trabalho coletivo conforme era proposto no PDSA. Assim, embora no PDSA conste a existência de grupos de trabalho coletivo, os quais eram responsáveis por cuidar de lotes comunitários de cacau, foi verificado que estes foram extintos por iniciativa dos próprios assentados. A alegação, segundo levantado durante a pesquisa, foi a incapacidade de se manterem organizados de forma a envolver toda a comunidade com os trabalhos. Por isso, o que antes eram roças comunitárias, hoje estão distribuídas entre os lotes individuais. Da mesma forma, em decisão mais recente, a área destinada para pastagem, até então coletiva, está sendo dividida entre as famílias para ampliação das roças de mandioca.

Paralelamente, embora exista modos não formais de organização sendo incorporados, como um grupo de mulheres e outro de jovens, a ação destes ainda é incipiente, embora apresentem potencial de crescimento, bastando apenas serem incentivados.

Ao mesmo tempo, algumas propostas apresentadas no plano refletem apenas a expressão dos “sonhos” da comunidade, pois não apresentam viabilidade prática, ao menos a curto e médio prazo, como, por exemplo, o caso de eco e agroturismo no PA.

7. Conclusões

Tomando como base as dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs, podemos fazer as seguintes conclusões em relação à área estudada:

- **Social**

No que se refere à dimensão social, podemos considerar que a própria criação do PA Dandara tornou-se um fator de distribuição de renda e acesso a recursos. Porém, as dificuldades observadas na área em relação ao acesso a serviços como transporte, educação e saúde, mostram as barreiras a serem transpostas para se atingir a equidade, a qual revela-se ainda insuficiente para considerar esta dimensão plenamente satisfeita.

- **Cultural**

De acordo com o verificado, embora haja esforços do SASOP e da própria comunidade em resgatar e manter as tradições da agricultura familiar da região, como a policultura e a busca pela segurança alimentar, ainda existem fortes pressões para a adoção de pacotes tecnológicos e o uso de insumos, retardando o processo de transição para a sustentabilidade. Faz-se urgente a flexibilização dos critérios para financiamento, o qual deve ser amarrado a uma assistência técnica melhor preparada para este tipo de público. Até mesmo o processo de certificação do cacau orgânico mostrou-se danoso, configurando-se como uma exigência externa no sentido de se adotar um “pacote verde”.

- **Ecológica/ambiental:**

Certamente esta é a dimensão com maiores avanços no PA Dandara. Embora certas práticas como a queimada e o uso de agroquímicos ainda estejam presentes de forma generalizada, há um forte indicativo de que elas estão diminuindo de intensidade, ou mesmo sendo interpretadas com diferente significado pelos assentados. Pelo menos no discurso, há a incorporação de importantes conceitos como em relação às áreas de preservação permanente e

reserva legal. Porém, há muito que se avançar para que a agricultura do assentamento seja considerada ecologicamente sustentável.

A maior preocupação neste aspecto, se faz em relação à desproporcionalidade entre as áreas de reserva legal e preservação permanente e as áreas destinadas aos cultivos. Não que esteja se propondo diminuir as áreas das primeiras, revertendo-as para o plantio, mas, com certeza, é possível seu uso alternativo, como apicultura, coleta seletiva, entre outros, o que deveria ter sido previsto no PDSA. Desta forma, haveria a prevenção contra possível degradação, pois, a partir do momento que a comunidade vislumbrasse uma utilidade para as mesmas, haveria a tendência da população local em preservá-la com maior afinco.

- **Territorial**

Existem atualmente no município de Camamu 11 assentamentos de Reforma Agrária, os quais tem gerado impactos econômicos e sociais sensíveis e permitido o surgimento de uma agricultura mais diversificada. Os recursos do PRONAF destinados a estas áreas, por exemplo, tem incentivando comércio local, injetando recursos na economia local. Desta forma, a crise do cacau, a despeito do seu negativo para os produtores, tem também gerado a oportunidade de se promover um desenvolvimento regional mais equitativo e socialmente incluyente.

- **Econômica:**

Embora a diversificação de cultivos seja uma realidade no assentamento, ainda há uma forte dependência em relação ao cacau na formação da renda, a qual se mostrou baixa. Este fato pode ser parcialmente explicado pelo relativo pouco tempo de existência do assentamento, pois algumas culturas implantadas ainda não se encontram em fase de produção. Porém, conforme levantado, diferentemente do esperado, o autoconsumo participa com peso relativamente baixo na renda, comprometendo a segurança alimentar. Paralelamente, o sistema de comercialização e de agregação de valores aos produtos ainda é incipiente, merecendo ser focado pela importância e peso na composição da renda familiar.

- **Política**

De acordo com Leite et al (2004), em estudo sobre o impacto dos assentamentos em algumas regiões do país, embora não se tenha havido uma profunda modificação na estrutura fundiária dos estados onde estão inseridos,

eles permitiram a formação de uma nova consciência, pois, desde o início da luta pela terra há a um aprendizado sobre a importância das formas organizativas e sua capacidade de gerar demandas, impondo às comunidades uma maior participação política.

A capacidade organizativa do PA Dandara dos Palmares comparativamente ao observado na região onde está inserido, apresenta-se melhor estruturada. A participação na associação mostrou-se massiva e existe um grupo de mulheres em atividade e outro de jovens em formação, embora ainda incipientes. Contudo é preciso que a associação dos assentados perca seu caráter meramente burocrático, revelando o viés de ser ela uma entidade de prestação de serviços de promoção humana e social aos moradores locais, um canal para a manifestação de seus problemas e anseios. Neste aspecto, é preciso fomentar uma participação mais ativa da população na gestão do assentamento. Porém, conforme ficou constatado, fica difícil acreditar na participação “*consciente*” da população se avaliados os indicadores de escolaridade da comunidade estudada, o que pode ser estendido a nível macro para todo país.

Concluindo, verifica-se que o PDSA do assentamento Dandara dos Palmares serviu para iniciar as discussões e pensamentos sobre os caminhos para se alcançar uma agricultura sustentável. Porém, para se avançar, é preciso antes uma articulação do que foi proposto no Plano com a capacitação dos atores envolvidos, em especial da comunidade, além da garantia de uma assistência técnica apropriada, do desenvolvimento de tecnologias, destinação de créditos e outras políticas públicas, os quais devem incorporar a visão agroecológica.

No caso analisado, a presença do SASOP permitiu que se realizassem certos avanços na adoção de práticas agroecológicas, embora o processo de conscientização esteja ainda em construção.

Em suma, o presente trabalho realça o caráter gradual da transição e a necessidade de se adotar um modelo participativo, adequado à realidade local, como ferramenta chave para o desenvolvimento sustentável.

Referências Bibliográficas

- ADIB, A. R. **Orientações básicas para formulação de PDSA'S da reforma agrária**. Ceará: Projeto de Cooperação Técnica PCT/INCRA – IICA, 1998. 33 p.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica das inovações na agricultura**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, 110 p.
- BRASIL,MEPF/INCRA-MA/SDR. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural**. Brasília, 1999, 36 p.
- BRUSEKE, F. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. S. Paulo: Cortez, 2001, p. 29-40.
- BUARQUE, S. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica PCT/INCRA /IICA, 1998. 106 p.
- BUTTEL, F. Transiciones Agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar.In: **Agricultura y Sociedad**, N. 74, p. 9-37, ene./mar. 1995.
- CAPORAL, F. e COSTABEBER, J. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: **Agroecologia** (CD-ROM)/ EMATER/RS-ASCAR – Porto Alegre: EMATER/RS, 2001.
- EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2º ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. 157 p.
- GUZMAN, G.; GONZALES, M. e SEVILLA, E. **Introducción a la agroecologia como desarrollo rural sostenible** . Mundi – Prensa, Madri, 2000, 535 p.
- LOPES, C. **Planejamento, Estado e Crescimento**. São Paulo: Pioneira, 1990, 205 p.
- MARTINS, S. **Agricultura, ambiente e sustentabilidade: seus limites para a América Latina**. CD-ROM/EMATER/RS. Pelotas, 2001.
- MÜLLER, J. **Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições** (O caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima/ SC). Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis - 2001
- PETERSEN, P. **Participação e desenvolvimento agrícola: uma visão estratégica com ênfase na etapa do diagnóstico**. (datil.) R. de Janeiro, 1996.
- REDE EICOS. **Empoderamento**. Disponível em www.eicos.psychology.ufrj.br, acesso em julho de 2004.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável** / organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, 96 p.

SASOP. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Dandara dos Palmares**. Camamu, 2001, 79p.

SCHUMACHER, E. **O Negócio é ser pequeno**. Trad. Octávio Alves Velho. 4º Ed. R. de Janeiro: Zahar Editores, 1983. 261 p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. S. Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 9-108.

SOARES, A. **Conceitos básicos sobre a permacultura**. Brasília: MA/SDR/PNFC, 1998, 53 p.

VIVAN, J. **Agricultura e florestas: princípios de uma interação vital**. Guaíba: Agropecuária, 1998, 207 p.

XAVIER, S. e DOLORES, D. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun. 2001, p.17-26.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto, a controvérsia sobre a importância e, principalmente, sobre o papel da Reforma Agrária no Brasil atual está longe de ter um fim. De um lado se posicionam os que julgam sua inutilidade diante da atual “modernidade” da agricultura, a qual por si mesma tem a capacidade de resolver os problemas do rural brasileiro, bastando ter apoio governamental. Em outro extremo, temos aqueles que a vêem como mais um dos instrumentos necessários para a classe trabalhadora atingir a plena cidadania dentro de um novo modelo de desenvolvimento para a sociedade, claramente de cunho socialista. Entremeando estes dois enfoques, verificamos a existência de visões menos extremas que vislumbram a possibilidade de inclusão social, geração de emprego e renda e o fortalecimento da agricultura familiar e sua multifuncionalidade como objetivos principais de uma Reforma Agrária (ALENTEJANO, 1999).

Contudo, independente do debate político-ideológico e intelectual sobre o tema, graças à pressão dos movimentos sociais e de setores organizados, é fato que os assentamentos são uma realidade. De acordo com as últimas estatísticas do INCRA, existem atualmente 26.282 famílias vivendo em 361 Projetos de Assentamento sob sua responsabilidade, ocupando um total de 1,124 milhões de hectares de terras no estado da Bahia. Tal fato gerou um acúmulo de experiências, impactando de forma irreversível, mesmo que apenas localmente, na dinâmica político-social e econômica e forçando um diálogo específico entre assentados, governo e sociedade civil (LEITE, 1999).

Paralelamente, com o fortalecimento do ideal da sustentabilidade a partir da década de 80, faz-se cada vez mais presente no cotidiano dos programas e ações públicas o chamamento por uma maior participação da sociedade, seja ele induzido pelo Estado ou como resultado da pressão da sociedade civil

organizada, buscando uma maior legitimidade e aproximação com a realidade do público alvo.

Como parâmetro para uma agricultura dita sustentável, a agroecologia vem sendo defendida pelo caráter abrangente de sua base teórica a qual incorpora não somente os campos da agricultura e ecologia, mas também das ciências sociais.

Através deste trabalho, demonstramos que o caminho para se atingir a plena cidadania, considerando seu aspecto amplo inculcido no conceito de “empoderamento”, é muito mais complexo do que se imagina. Através do estudo de caso do PA Dandara dos Palmares ficou demonstrado que não basta programas teoricamente bem fundamentados para se obter sua plena apropriação por parte das comunidades por eles atendidas.

O presente trabalho demonstrou a viabilidade de se manter o processo de Reforma Agrária como prioridade nas políticas públicas dentro de um modelo de desenvolvimento rural sustentável. Porém, é preciso aperfeiçoar os instrumentos de planejamento dos assentamentos, especificamente o PDSA, o qual, da forma pontual como se apresenta atualmente, dificilmente irá gerar resultados consistentes, dada a complexidade e dinamismo da realidade destas áreas, sendo preferível a substituição por um processo contínuo e a utilização de ferramentas que tenham um caráter processual.

Além disso, pode ser observado que o Plano, como documento escrito, parece não ter relevância para os agricultores, pois devido a seu baixo nível de escolaridade estão habituados a uma cultura essencialmente oral, sendo que o que está escrito não é visualizado como registro dos compromissos assumidos pela comunidade e, portanto, pode ser mudado a qualquer momento.

Como consequência, se estas constatações forem verdadeiras para outros assentamentos, sob o ponto de vista da apropriação do PDSA pelas comunidades, podemos afirmar que o mesmo pode ter sido até um desperdício de recurso público em alguns casos, ou, no máximo, estar sendo um instrumento de utilidade apenas para o INCRA e as instituições financeiras, uma vez que o plano tem sido exigido como pré-requisito para a aprovação de projetos para a obtenção do crédito PRONAF-A.

Já em relação ao processo de transição para uma agricultura sustentável, embora embrionário, podemos observar um deslocamento das ações e práticas,

tanto dos assentados, quanto dos técnicos e instituições que atuam no PA, para a direção de sistemas agrícolas menos impactantes, vislumbrando-se uma gradual e lenta mudança de paradigma. Porém, a presença do modelo convencional de desenvolvimento ainda é hegemônica e ela se materializa tanto no cotidiano das famílias assentadas, ao utilizarem produtos químicos e práticas danosas ao ambiente, quanto na postura dos técnicos, por possuírem fortes traços *difusionistas*, e ainda pelo sistema de crédito, que privilegia técnicas convencionais de cultivo.

Reforça-se a necessidade de repensar a assistência técnica num modelo articulado à elaboração do PDSA. Também torna-se necessário que estas e outras ferramentas de política sejam planejadas no médio e longo prazo, permitindo a continuidade dos programas e a consolidação do processo da Reforma Agrária.

Como conclusão, queremos reforçar a importância da manutenção do planejamento participativo como ferramenta para o desenvolvimento sustentável. Os resultados obtidos nesta pesquisa, embora estejam longe do ideal, não invalidam este procedimento como rotina nas ações das organizações governamentais ou não governamentais. O que ficou comprovado neste trabalho é a complexidade e a grandiosidade das tarefas impostas a cada uma das partes integrantes deste processo e da responsabilidade de cada uma delas em empreender esforços para modificar este quadro, apresentando soluções concretas que levem a uma maior efetividade dos métodos participativos de planejamento.

Referenciais Bibliográficas

ALENTEJANO, P. **A questão agrária no Brasil**. datil., 1999, 8 p.

LEITE, S. **Questão agrária, políticas públicas e processos sociais no Brasil**. Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro, 1999. (no prelo)

QUESTIONÁRIO I
PROJETO DE ASSENTAMENTO

ASSENTAMENTO: _____

MUNICÍPIO: _____

CÓDIGO SIPRA: _____

Nº DO QUESTIONÁRIO:

DATA: ____ / ____ / ____

EMPRESA ELABORADORA PDSA: _____

NOME DO ENTREVISTADO: _____

NOME COMO É CONHECIDO : _____

PRES. ASSOCIAÇÃO

BENEFICIÁRIO

OUTRO: _____

1.0 ACESSO A SERVIÇOS

1.1 Parcerias institucionais com Prefeituras Municipais (PM), Governo do Estado (GE), Organizações Não Governamentais (ONG) ou Sociedades Civil (SC) com o PA

Não

Agente da Ação	Ação
<input type="checkbox"/> PM <input type="checkbox"/> GE <input type="checkbox"/> ONG <input type="checkbox"/> SC <input type="checkbox"/> INCRA	Auxílio educação: pagamento de professores, construção de escolas, manutenção de escolas, auxílio na merenda escolar ou no transporte escolar.
<input type="checkbox"/> PM <input type="checkbox"/> GE <input type="checkbox"/> ONG <input type="checkbox"/> SC <input type="checkbox"/> INCRA	Auxílio saúde: construção ou manutenção de posto de saúde, fornecimento de medicamentos, pagamento de médico, auxiliar de enfermagem ou agente de saúde.
<input type="checkbox"/> PM <input type="checkbox"/> GE <input type="checkbox"/> ONG <input type="checkbox"/> SC <input type="checkbox"/> INCRA	Acesso ao PA e transporte: manutenção, construção ou recuperação de estradas, construção de pontes ou outras obras ligadas ao sistema viário que dá acesso ao PA. Fornecimento ou subsídio ao transporte coletivo ao PA.
<input type="checkbox"/> PM <input type="checkbox"/> GE <input type="checkbox"/> ONG <input type="checkbox"/> SC <input type="checkbox"/> INCRA	Auxílio à produção e comercialização: inclusão nas feiras públicas municipais, transporte para a produção, empréstimo ou aluguel de máquinas agrícolas, fornecimento de insumos ou assistência técnica.
<input type="checkbox"/> PM <input type="checkbox"/> GE <input type="checkbox"/> ONG <input type="checkbox"/> SC <input type="checkbox"/> INCRA	Auxílio à organização: capacitação em associativismo e cooperativismo, auxílio em reuniões e assembléias ou outro relacionado à organização no PA
<input type="checkbox"/> PM <input type="checkbox"/> GE <input type="checkbox"/> ONG <input type="checkbox"/> SC <input type="checkbox"/> INCRA	Lazer e religião: construção de Igrejas, campos esportivos, instalação de clubes, centros comunitários ou bibliotecas,

Detalhamento: _____

1.2 Suprimento de energia para instalações coletivas (escolas, posto de saúde, oficinas, unidade de beneficiamento, bombas de água).

Existe energia elétrica nas instalações coletivas? Quanto da necessidade é atendida?

- Não
- Pouca Metade Maioria Toda

1.3 Forma de suprimento

- Sem suprimento
- Rede normal
- Gerador a diesel ou gasolina do PA
- Gerador a diesel ou a gasolina alugado emprestado
- Outra forma

Detalhamento: _____

1.4 Suprimento regular de água de boa qualidade para instalações coletivas (escolas, posto de saúde, oficinas, unidade de beneficiamento).

Existe fornecimento de água boa e suficiente o ano todo para as instalações coletivas? Quanto da necessidade é atendida?

- Não
- Pouca Metade Maioria Toda

Fonte

- rio/riacho poço outros: _____

Tratamento

- fervida filtrada químico nenhum

Detalhamento: _____

1.5 Instalações sanitárias nas áreas coletivas.

Há sanitários nas instalações coletivas? Quanto da necessidade é atendida?

Não

Pouca Metade Maioria Toda

Destino dos dejetos humanos

Fossa séptica curso d'água

outros: _____

Detalhamento: _____

1.6 Destino do lixo doméstico e das áreas instalações coletivas

Existe coleta e local de destino para o lixo doméstico e das instalações sanitárias?

Não No próprio PA Fora do PA

Detalhamento: _____

1.7 Acesso a transporte público coletivo

Existe condução que todos podem pegar até a vila ou cidade mais próxima?
Quanto da população do PA é atendida?

Não

Pouca Metade Maioria Toda

0-20% 21-40% 41-60% 61-80% 81-100%

1.8 Como é o transporte coletivo até a cidade?

- Não há transporte
 Ônibus de linha regular
 Veículo particular
 Veículo do próprio projeto
 Barco
 Outro: _____

1.9 Localização da(s) escola(s) de ensino fundamental.

- Dentro do PA
 No povoado, vila, distrito ou cidade mais próxima
 Existe transporte escolar
 Menos de 1h de deslocamento até a escola
 Mais de 1h de deslocamento até a escola
 Não há escola de ensino fundamental no PA ou nas proximidades

1.10 localização da(s) escol(s) de ensino médio.

- Dentro do PA
 No povoado, vila, distrito ou cidade mais próxima
 Existe transporte escolar
 Menos de 2h de deslocamento até a escola
 Mais de 2h de deslocamento até a escola
 Não há escola de ensino fundamental no PA ou nas proximidades

1.11 Localização do atendimento regular de saúde (acompanhamento de gestantes, recém nascidos ou vacinação).

Onde é feito o atendimento regular de saúde?

- Por Agente de Saúde
 Em posto de saúde no PA

- No povoado ou cidade mais próxima
- Menos de 2h de deslocamento até o local de atendimento
- Mais de 2h de deslocamento até o local de atendimento
- Não há atendimento de saúde

1.12 Localização do atendimento de saúde emergência (doenças, fraturas, acidentes).

Onde é feito o atendimento emergencial de saúde?

- Em posto de saúde no PA
- Em centro médico no povoado ou cidade mais próxima
- Menos de 2h de deslocamento até o local de atendimento
- Mais de 2h de deslocamento até o local de atendimento
- Não há atendimento de saúde de emergência

2.0 ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO

2.1 Tipos de manifestações coletivas existentes no PA

- Associação
- Cooperativa
- Grupos de trabalho
- Grupos de afinidade (jovens, mulheres, terceira idade)
- Grupos esportivos, de lazer, culturais ou religiosos
- Outros: _____

2.2 As famílias participam ativamente como sócias ou vão às reuniões da(s) Associação(ções) ?

- Não
- Poucas Metade Maioria Todas
- 0-20% 21-40% 41-60% 61-80% 81-100%

Caso tenha acesso ao Livro de Atas:

Nº de reuniões nos últimos 12 meses:

Nº médio de famílias participantes:

--	--	--

Média percentual de participantes:

--	--	--

As decisões coletivas tomadas nas assembleias têm como fundamento o PDSA elaborado?

Não

Poucas Metade Maioria Todas

0-20% 21-40% 41-60% 61-80% 81-100%

Não se aplica

Detalhamento: _____

2.3 As famílias participam ativamente como sócias ou vão às reuniões da(s) Cooperativa(s) ?

Não

Poucas Metade Maioria Todas

0-20% 21-40% 41-60% 61-80% 81-100%

Caso tenha acesso ao Livro de Atas:

Nº de reuniões nos últimos 12 meses:

--	--	--

Nº médio de famílias participantes:

--	--	--

Média percentual de participantes:

--	--	--

As decisões coletivas tomadas nas assembleias têm como fundamento o PDSA elaborado?

Não

Poucas Metade Maioria Todas

0-20% 21-40% 41-60% 61-80% 81-100%

Não se aplica

Detalhamento: _____

2.4 As famílias participam ativamente dos grupos de trabalhos coletivos?

Não

Poucas Metade Maioria Todas

0-20% 21-40% 41-60% 61-80% 81-100%

Detalhamento: _____

2.5 As famílias participam ativamente dos grupos de afinidades?

Não

Poucas Metade Maioria Todas

0-20% 21-40% 41-60% 61-80% 81-100%

Detalhamento: _____

2.6 As famílias participam ativamente dos grupos esportivos, de lazer, culturais ou religiosos?

Não

Poucas Metade Maioria Todas

0-20% 21-40% 41-60% 61-80% 81-100%

Detalhamento: _____

2.7 Área do PA destinada à produção coletiva

Existem áreas de produção coletiva no PA? Quanto representa?

Não

ha

Pouca Metade Maioria Toda

0-20% 21-40% 41-60% 61-80% 81-100%

Existem áreas de produção coletiva definidas no PDSA?

Não

ha

Não se aplica

Detalhamento: _____

2.8 Área do PA destinada à produção individual

Existem áreas de produção individual no PA? Quanto representa?

Não

ha

Pouca Metade Maioria Toda

0-20% 21-40% 41-60% 61-80% 81-100%

Existem áreas de produção individual definidas no PDSA?

Não

ha

Não se aplica

Detalhamento: _____

2.9 Participação em Conselhos Municipais, Sindicatos, Partidos Políticos, ONGS e Sociedade Civil Organizada.

O PA possui representante ativo em alguma destas organizações:

Não

Conselho Municipal. Qual?: _____ Como?: _____

Sindicato. Qual?: _____ Como?: _____

Partido Político. Qual?: _____ Como?: _____

ONG. Qual?: _____ Como?: _____

Sociedade Civil Organizada. Qual?: _____ Como?: _____

3.0 ASSISTÊNCIA TÉCNICA/CRÉDITOS RECEBIDOS

3.1 Assistência Técnica

INSTITUIÇÃO	QUALIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA	TIPO/FORMA

3.2 O PA foi contemplado com algum tipo de crédito coletivo durante ou após a elaboração do PDSA?

Não Sim. Qual? : _____

Não se aplica

Sua aplicação está coerente com as diretrizes do PDSA?

Não Em parte Totalmente

Detalhamento: _____

3.3 Existe projeto produtivo coletivo no PA?

Não Sim. Qual?: _____

Elaborado por: _____

Se elaborado durante ou após a elaboração do PDSA:

Está coerente com as diretrizes do plano?

- Não Em parte Totalmente
 Não se aplica

Detalhamento: _____

4.0 MEIO AMBIENTE

4.1 Área de Preservação Permanente (APP) que está preservada e que tem cobertura florística natural ou recuperada.

Existem Áreas de Preservação Permanente que estão com mata ou vegetação natural? Quanto da APP?

Não

ha

Pouco Metade Maioria Toda

0-20% 21-40% 41-60% 61-80% 81-100%

4.2 Área de Reserva Legal coletiva que está preservada e que tem cobertura florística natural ou recuperada.

A(s) Área(s) de Reserva Legal é(são) demarcada(s)?

Não

Sim ha Em mapa No campo

Sua área está de acordo com o exigido por lei? Não Sim

È averbada em cartório? Não Sim

Existem Áreas de Reserva Legal coletivas que estão com mata ou vegetação natural? Quanto da Reserva Legal?

Não

ha

Pouco Metade Maioria Toda

0-20% 21-40% 41-60% 61-80% 81-100%

4.3 Área degradada por erosão do solo

Existem áreas coletivas que estão com erosão de forma que não dá para produzir ou onde já está difícil produzir? Quanto da área coletiva?

Não

ha

Pouco Metade Maioria Toda

0-20% 21-40% 41-60% 61-80% 81-100%

4.4 Práticas agrícolas e/ou conservacionistas adotadas nas áreas coletivas.

Preparo do solo:

- Desmatamento
- Queimada
- Manual
- Tração animal
- Tração mecânica

Calagem e adubação:

- Calcário
- Adubação orgânica/verde
- Adubação mineral/química

Plantio:

- Morro abaixo
- Em nível
- Direto

Conservação do solo:

- Curvas de nível
- Cordão de vegetação
- Outro: _____

Capinas:

- Queimada
- Manual
- Tração animal
- Tração mecânica

Controle de pragas e doenças:

- Químico
- Biológico
- Integrado
- Não faz

- Reflorestamento c/ espécies exógenas
- Reflorestamento c/ espécies nativas
- Viveiro de mudas no PA
- Implantação de sistemas agroflorestais

Detalhamento: _____

QUESTIONÁRIO II**BENEFICIÁRIO**

ASSENTAMENTO: _____

MUNICÍPIO: _____

CÓDIGO SIPRA: _____

CRIADO EM ____ / ____ / ____

Nº DO QUESTIONÁRIO:

DATA: ____ / ____ / ____

EMPRESA ELABORADORA DO PDSA: _____

ENTREGUE EM ____ / ____ / ____

NOME DO ENTREVISTADO: _____

NOME COMO É CONHECIDO : _____

LOTE Nº _____

 PRES. ASSOCIAÇÃO BENEFICIÁRIO OUTRO: _____

1.2 Indicadores sociais

1.2.1 Local de residência:

Em agrovila no PA No lote individual Em outro imóvel rural

Na cidade Povoado Rural

Detalhamento: _____

—

1.2.2 Material de construção:

Tijolo Barro Bloco de cimento Outro: _____

Cobertura:

Cerâmica Amianto Palha Outro: _____

1.2.3 Número de dependências :

1.2.4 Possui energia elétrica?: Sim Não

Forma de suprimento: Rede normal Gerador a diesel ou gasolina próprio

Gerador a diesel ou a gasolina alugado/emprestado Outra forma: _____

1.2.5 Possui fornecimento de água boa e suficiente o ano todo para consumo humano e animal?

Sim Não Em instalação desde ___/___/___

Fonte: rio/riacho poço cisterna poço artesiano outros: _____

Tratamento: fervida filtrada químico nenhum

1.2.6 Destino dos dejetos humanos :

Sanitário dentro de casa Sanitário fora de casa Mato

Fossa séptica A céu aberto Rio/riacho/lagoa Outro: _____

1.2.7 Destino do lixo doméstico:

Área do lote. Como?: _____

PA. Como?: _____

Fora do PA. Como? _____

1.2.7.1 O Sr./Sra recebeu algum tipo de orientação em relação ao destino do lixo doméstico?

Não Sim .De quem? _____

Orientação dada: _____

1.2.7.2 O Sr./Sra faz algum tipo de seleção do lixo doméstico (material orgânico, plástico, vidro, metal, etc...)?

Não Sim .De que tipo?: _____

Destino do material selecionado: _____

2.0 ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO
--

2.1) O Sr./ Sra participa de algum tipo de grupo existente no PA ?

- Não
 Sim. Qual ? :
 Associação
 Cooperativa
 Grupos de trabalho
 Grupos de afinidade (jovens, mulheres, terceira idade)
 Grupos esportivos, de lazer, culturais ou religiosos
 Outros: _____

Se sim, qual a importância de sua participação?

- Nada importante Pouco importante Mais ou menos Muito importante

Detalhamento: _____

2.2 Outros membros de sua família participam de algum tipo de grupo existente no PA?

- Não se aplica
 Não
 Sim. Qual ? :
 Associação. Quem?: _____
 Cooperativa. Quem? : _____
 Grupos de trabalho. Quem ? : _____
 Grupos de afinidade (jovens, mulheres, terceira idade). Quem ? : _____
 Grupos esportivos, de lazer, culturais ou religiosos . Quem?: _____
 Outros: _____ . Quem?: _____

2.3 Participação em Conselhos Municipais, Sindicatos, Partidos Políticos, ONG's e Sociedade Civil Organizada.

O Sr./Sra. Participa de alguma destas organizações:

- Não
 Conselho Municipal. Qual?: _____ Como?: _____
 Sindicato. Qual?: _____ Como?: _____
 Partido Político. Qual?: _____ Como?: _____
 ONG. Qual?: _____ Como?: _____
 Sociedade Civil Organizada. Qual?: _____ Como?: _____

3.0 MEIO AMBIENTE

3.1 Práticas agrícolas e/ou conservacionistas adotadas nas áreas individuais.

Preparo do solo:

- Desmatamento
 Queimada
 Manual
 Tração animal
 Tração mecânica

Calagem e adubação:

- Calcário
 Adubação orgânica/verde
 Adubação mineral/química

Plantio:

- Morro abaixo
 Em nível
 Direto

Conservação do solo:

- Curvas de nível
 Cordão de vegetação
 Outro: _____

Capinas:

- Queimada
 Manual
 Tração animal
 Tração mecânica

Controle de pragas e doenças:

- Químico
 Biológico
 Integrado
 Não faz

- Viveiro de mudas no lote
 Implantação de sistemas agroflorestais
 Reflorestamento c/ espécies exógenas
 Reflorestamento c/ espécies nativas
 Uso de plantas nativas, coletadas ou cultivadas ordenadamente, na alimentação e/ou como medicamentos

Detalhamento: _____

3.2 O Sr./Sra. saberia informar se durante a elaboração do PDSA foi discutido algum tema referente ao meio ambiente e/ou preservação ambiental ?

- Não Sim

Qual era o tema? _____

O que o Sr./Sra. aprendeu sobre este tema? _____

3.3 O Sr./Sra. utiliza o que aprendeu no seu cotidiano?

- Não Sim. Como? _____

3.4 O Sr./Sra. participou de algum curso/discussão sobre meio ambiente e/ou preservação ambiental nos últimos 12 meses?

- Não Sim

Quando? _____

Qual era o tema? _____

Quem promoveu? _____

Utiliza o que aprendeu no seu cotidiano? Não Sim. Como? _____

3.5 O Sr./Sra. tem algum destes problemas em seu lote e/ou área de uso coletivo?

Erosão Salinização Encharcamento Desmatamento

Contaminação por agrotóxico Contaminação por esgoto doméstico

Contaminação por lixo doméstico Outro: _____

O Sr./Sra saberia indicar a causa? Não Sim.Qual? _____

O Sr./Sra. saberia dizer como resolver o problema? Não Sim.Como? _____

3.6 O Sr./Sra. têm sistemas de produção com certificação ambiental ou social?

Não se aplica Não Sim.Qual? _____

Quem certifica? _____

4.0 CONHECIMENTO SOBRE O PDSA E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO**4.1 Sabe da existência do Plano de Desenvolvimento (PDSA) no PA?**

SIM NÃO

4.2 Poderia Definir o que é um Plano de Desenvolvimento? _____

4.3 Qual o nome da empresa elaboradora do PDSA? _____

4.4 O Sr./Sra. lembra da equipe que ajudou elaborar o PDSA?

NÃO SIM. Nomes: _____

4.5 O Sr./Sra. participou da elaboração do PDSA?

SIM NÃO De que forma? _____

4.6 O Sr./Sra acha o PDSA importante para o PA?

Nada importante Pouco importante Mais ou menos Muito importante

Por quê? _____

4.7 O Sr./Sra. acredita que, depois do PDSA, a vida no PA melhorou?

Nada Pouco Mais ou menos Muito

Por quê? _____

4.8 O Sr./Sra. poderia dizer uma decisão importante, tomada pela comunidade, e que esteja contida no PDSA?

SIM NÃO Qual? _____

4.9 Conhecimento/satisfação em relação ao lote e áreas coletivas, a partir do mapa de capacidade de uso do solo:

4.9.1 O Sr./Sra saberia explicar o que significa este mapa? (mostrar mapa)

Não Sim. Significado: _____

4.9.2 O Sr./Sra ajudou a construir este mapa?

Não Sim. Como? _____

4.9.3 O Sr./Sra saberia me explicar o que significam as cores e desenhos apresentados no mapa?

Não
 Sim. Detalhamento: _____

4.9.4 O Sr./Sra saberia identificar seu lote neste mapa?

Não se aplica
 Não Sim. Detalhamento: _____

4.9.5 O Sr./Sra. esta satisfeito(a) com a localização do seu lote?

Não se aplica
 Sim Não
 Por quê? _____

4.9.6 O Sr./Sra. esta satisfeito(a) com o tamanho do seu lote? Não se aplica Sim Não

Por quê? _____

4.9.7 O Sr./Sra saberia dizer qual o tipo de solo predominante em seu lote? Não se aplica Não Sim. Qual? _____**4.9.8 O Sr./Sra saberia dizer para que ele é bom (qual sua aptidão)?** Não Sim. Qual? _____
_____**4.9.9 O Sr./Sra saberia dizer para o que ele não é bom (quais são as restrições)?** Não Sim. Qual? _____
_____**4.9.10 O Sr./Sra saberia identificar onde estão as áreas de uso coletivo neste mapa?** Não se aplica Não Sim. Detalhamento: _____
_____**4.9.11 O Sr./Sra. esta satisfeito(a) com a localização da(s) área(s) de uso coletivo?** Não se aplica Sim Não

Por quê? _____

4.9.12 O Sr./Sra. esta satisfeito(a) com o tamanho da(s) área(s) de uso coletivo? Não se aplica Sim Não

Por quê? _____

4.9.13 O Sr./Sra saberia dizer qual o tipo de solo predominante na(s) área(s) de uso coletivo? Não Sim. Qual? _____**4.9.14 O Sr./Sra saberia dizer para que ele é bom (qual sua aptidão)?** Não Sim. Qual? _____
_____**4.9.15 O Sr./Sra saberia dizer para o que ele não é bom (quais são as restrições)?** Não Sim. Qual? _____

5.0 PRODUÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/FORMAÇÃO DA RENDA

5.1 O Sr./Sra produz no seu lote?

Não se aplica
 Não
 Sim. O que?:

Cultura							
Área (Aprox.)							
Produção(Aprox.)^a							
Está de acordo com PDSA?^b							
Comercialização^c							
Onde vende^d							
Renda (Aprox.)							
Auto consumo							
Beneficiamento							
Renda (Aprox.)^e							
Auto consumo^e							
Renda Total							

a) Referência: última safra ou últimos 12 meses

d) 1- diretamente em mercados locais ou nas vizinhanças/ 2- via atravessadores

b) 1-Sim/ 2-Não/ 3- Em parte

e) Referente ao produto beneficiado

c) 1-Individualmente/ 2-Coletivamente/ 3-Não comercializa

Detalhamento: _____

5.2 O Sr./Sra tem criação de animais em seu lote, quintal ou área coletiva?

Não se aplica Não Sim. O que?:

<i>Criação</i>							
Nº Animais							
Valor(Aprox.)							
Está de acordo com PDSA?^a							
Comercialização^{bc}							
Onde vende^d							
Renda (Aprox.)							
Auto consumo							
Sub-produto							
Renda (Aprox.)^e							
Auto consumo^e							
Beneficiamento							
Renda (Aprox.)^f							
Auto consumo^f							
Renda Total(aprox.)							

a) 1-Sim/ 2-Não/ 3- Em parte

b) 1-Individualmente/ 2-Coletivamente/ 3-Não comercializa

c) Referente aos últimos 12 meses

d) 1- diretamente em mercados locais ou nas vizinhanças/ 2- via atravessadores

e) Referente ao sub-produto

f) referente ao produto beneficiado

Detalhamento: _____

5.3 O PDSA introduziu alguma cultura, produto ou criação nova no PA?

Não Sim.Qual? _____

5.4 O Sr./Sra. está satisfeito com esta nova cultura, produto ou criação?

Não Sim.Por quê? _____

5.5 O Sr/Sra, ou outro membro da família, tem renda complementar gerada dentro ou fora do PA com qualquer trabalho agrícola de diarista, safrista ou empregado?

Não Sim.

<i>Quem?</i>				
Tipo de Trabalho				
Período/ano				
Renda(Aproximada)*				

* últimos 12 meses

5.6 O Sr/Sra, ou outro membro da família, tem renda complementar gerada dentro ou fora do PA com atividades não agrícolas, com costura, artesanato, comércio de produtos não agrícolas, serviços não agrícolas?

Não Sim.

<i>Quem?</i>				
Tipo de Trabalho				
Período/ano				
Renda(Aproximada)*				

* últimos 12 meses

5.7 O Sr/Sra, ou outro membro da família, tem renda complementar gerada por outros benefícios do governo, com pensões, aposentadorias, bolsa-escola, vale-gás ou outro benefício?

Não Sim.

<i>Quem?</i>				
Tipo de benefício				
Período/ano				
Renda(Aproximada)*				

* últimos 12 meses

6.0 CRÉDITOS RECEBIDOS/ASSISTÊNCIA TÉCNICA
6.1 O Sr./Sra. já recebeu algum destes créditos:

Apoio Quando? _____
 Coletivo Individual Usado para: _____

Auxílio Habitação Quando? _____
 Coletivo Individual Usado para: _____

PRONAF-A Quando? _____
 Coletivo Individual Usado para: _____

_____ Quando? _____

Coletivo Individual Usado para: _____
 _____ Quando? _____
 Coletivo Individual Usado para: _____

6.2 O Sr./Sra. recebe assistência técnica em seu lote?

Não se aplica Não Sim

6.2.1 Se sim:

Quem fornece? _____
De que tipo? _____
Qual a frequência? _____
Formação do(s) Técnico(s): _____

7.0 HISTÓRICO DO ASSENTADO

7.1 Local de moradia

No próprio PA Em outro imóvel rural Na cidade
 Povoado Rural No mesmo município Outro município

Detalhamento: _____

7.2. Tipo de Moradia:

Própria Alugada Outro _____
 Tijolo Barro Bloco de cimento Outro: _____

Cobertura:

Cerâmica Amianto Palha Outro: _____

7.2 Qual era sua atividade principal ?

Produtor Rural Prop. Rural Arrendatário Posseiro

Parceiro Outro _____

Trabalhador Rural Assalariado Diarista

Safrista Outro

Trabalhador Urbano Assalariado Autônomo Outro _____

Detalhamento: _____
